



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO - LET**

**TENSÃO DIGLÓSSICA NA AQUISIÇÃO DE LÍNGUA: UM
ESTUDO DE BILÍNGÜES NIPO-BRASILIENSES**

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA
APLICADA**

MESTRADO EM LINGÜÍSTICA APLICADA

YUKO TAKANO

ORIENTADORA: PROF^ª. DR^ª MARIA JANDYRA CUNHA

**UnB
2002**

YUKO TAKANO

TENSÃO DIGLÓSSICA NA AQUISIÇÃO DE LÍNGUA:
UM ESTUDO DE BILÍNGÜES NIPO-BRASILIENSES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA APLICADA
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE BRASÍLIA

BRASÍLIA – 2002

YUKO TAKANO

**TENSÃO DIGLÓSSICA NA AQUISIÇÃO DE LÍNGUA:
UM ESTUDO DE BILÍNGÜES NIPO-BRASILIANSES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução da Universidade Federal de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras: Linguística Aplicada

Área de concentração: Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas Estrangeiras

Orientadora: Prof. Doutora Maria Jandyra Cunha – UnB

Brasília
Instituto de Letras da UnB
2002

**TENSÃO DIGLÓSSICA NA AQUISIÇÃO DE LÍNGUA:
UM ESTUDO DE BILÍNGÜES NIPO-BRASILIENSES**

Agosto de 2002

Brasília

Autora: Yuko Takano

Banca Examinadora:

Presidente: Professora Doutora. Maria Jandyra Cunha
PPG de LA (IL/UnB)

Membro: Professora Doutora Elza Doi
PPG de Linguística Aplicada (IEL/Unicamp)
(IEL/Unicamp)

Membro: Professor. Doutor. Gustavo Lins Ribeiro
PPG em Antropologia Social (PPGS/ UnB)

Suplente: Professora. Doutora. Cristina Stevens
PPG de LA (IL/ UnB)

SUMÁRIO

Lista de Figuras e Tabelas.....	x
Resumo.....	xii
Youshi.....	xiii
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	01
1.1 Estrutura da Dissertação.....	01
1.2 Termos e Palavras Chave.....	02
1.3 Justificativa do Estudo e Contribuição para Área.....	03
1.4 Contextualização.....	05
1.5 Objetivo.....	07
1.6 Pergunta de Pesquisa.....	07
1.7 Metodologia de Pesquisa.....	07
1.7.1 A Pesquisa de Campo.....	07
1.7.2 <i>Nikkei</i> de Pesquisa.....	08
1,7.3 Contexto de Coleta de Dados.....	10
1.7.4 Instrumento de Pesquisa.....	11
1.7.4.1 Questionário I.....	11
1.7.4.2 Questionário II e III.....	12
1.7.4.3 Entrevista Gravada.....	12
1.7.4.4 Nota de Campo.....	13
1.7.5 Procedimentos de Coleta de Dados.....	13
CAPÍTULO II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA - ESTADO DE ARTE.....	15
2.1 Considerações sobre o Bilingüismo Social.....	15
2.2 Diglossia e suas Tendências.....	19
2.2.1 Diglossia Clássica.....	20
2.2.2 Diglossia de Fishman.....	21
2.2.3 Diglossia de Conflito.....	25
2.3 Considerações sobre Língua e Identidade.....	26
2.4 Considerações sobre as Correntes Teóricas de Língua.....	29
2.5 Aquisição de Língua.....	32

2.5.1 Correntes Teóricas.....	34
2.5.1.1 Análise Contrastiva.....	35
2.5.1.2 Interlíngua.....	36
2.5.1.3 Modelo Monitor.....	37
2.5.1.4 Teoria de Acluturação.....	40
2.6 Sumário.....	43
CAPÍTULO III - PANORAMA HISTÓRICO E LÍNGÜÍSTICO DA COMUNIDADE NIPO-BRASILEIRA	46
3.1 Breve Histórico da Migração Japonesa.....	46
3.2 Caracterização Sociolingüística dos Nipo-Brasileiros.....	50
3.2.1 Uma Proposta de Análise.....	53
3.3 Línguas Entrelaçadas.....	54
3.3.1 Língua Portuguesa do Brasil Falada por <i>Issei</i>.....	54
3.3.2 Variante Colônia.....	58
CAPÍTULO IV - ANÁLISE DE DADOS	66
4.1 Procedimentos para Análise de dados.....	66
4.2 Caracterização Sociolingüística do Grupo Universitário.....	67
Nana - Família Bilíngüe I.....	69
Jun - Família Bilíngüe II.....	79
Kin - Família Bilíngüe III.....	87
Lily - Família Bilíngüe IV.....	93
4.3 Sumário das Famílias Bilíngües.....	101
4.4 Situação do Uso Lingüístico.....	105
4.5 Situação da Competência Lingüística.....	106
4.6 O Fenômeno da Diglossia na Comunidade Nipo-Brasiliense.....	110
4.7 Situação de Tensão Diglóssica.....	119
CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	149

ANEXO 1	159
Quadro Geral das Instituições Públicas do Ensino de Língua Japonesa Ensino Superior Médio.....	160
Quadro Ensino Fundamental e Médio.....	161
ANEXO 2	162
Questionário I.....	163
ANEXO 3	171
Questionário II.....	172
ANEXO 4	174
Questionário III.....	175
ANEXO 5	176
Transcrição da Entrevista de NANA.....	177
ANEXO	189
Transcrição da Entrevista de JUN.....	190
ANEXO	203
Transcrição da Entrevista de KIN.....	204
ANEXO 8	225
Transcrição da Entrevista de LILY.....	226
ABSTRACT	252

LISTA DE TABELAS E QUADROS

CAPÍTULO I

Tabela 1 - Ensino de língua Japonesa – Ensino Público.....	06
Tabela 2 - Momentos da Pesquisa.....	11
Tabela 3 - Gravação.....	12

CAPÍTULO II

Tabela 4 - Diglossia.....	22
Tabela 5 - Língua.....	29
Tabela 6 - Aquisição de Língua.....	33

CAPÍTULO IV

Quadro 1- Transcrição.....	66
NANA – FAMÍLIA BILÍNGÜE I:.....	Excerto.4.1 a 4.15
Quadro 2 - Siglas das Línguas.....	77
Quadro 3 - Sinais Utilizados.....	77
Quadro 4 - Família Bilíngüe I.....	77
Quadro 5 – Comunidade da Família Bilíngüe I.....	78
Rede Lingüística da Família Bilíngüe I.....	78
JUN – FAMÍLIA BILÍNGÜE II:	Excerto 4.16 a 4.28
Quadro 6 - Família Bilíngüe II.....	85
Quadro 7 - Comunidade da Família Bilíngüe II.....	86
Rede Lingüística da Família Bilíngüe II.....	86
KIN – FAMÍLIA BILÍNGÜE III	Excerto 4.29 a 4.36
Quadro 8 - Família Bilíngüe II.....	91
Quadro 9 - Comunidade da Família Bilíngüe III.....	92
Rede Lingüística da Família Bilíngüe III.....	92
LILY- FAMÍLIA “SEMI-BILÍNGÜE DE Lily” IV.....	Excerto 4.37 a 4.48
Quadro 10 - Família Bilíngüe IV.....	99
Quadro 11 - Comunidade da Família Bilíngüe IV.....	100
Rede Lingüística da Família Bilíngüe IV.....	101
Quadro 12 - Percepção quanto à habilidades.....	107
Situação de Competência Lingüística	Excerto 4.49 a 4.50

Fenômeno de Diglossia na Comunidade Nipo-Brasiliense.....	Excerto 4.51 a 4.61
Quadro 13 - Perfil de Aquisição.....	114
Exemplos: Padrão <i>versus</i> Colônia	
a) Quadro 14.....	117
b) Quadro 15.....	117
c) Quadro 16.....	119
d) Quadro 17.....	119
Situação de Tensão Diglósica.....	Excerto 4.62 a 4.87
Quadro 18 - Situação de Aquisição das Variantes e ou Línguas.....	131
CAPÍTULO V	
Quadro 19 – Diglossia Nipo-brasiliense	145
Quadro 20 – Tensão Diglósica.....	145
Quadro 21 – Percepção da Variante Colônia pelos Nikkeis de Pesquisa e o Uso dessa Variante.....	147

RESUMO

Este estudo foca a tensão diglôssica que interfere na aquisição da língua japonesa por *nikkeis* brasileiros do Distrito Federal. Quatro *nikkeis* de segunda geração foram investigados dentro e fora da sala de aula durante seu processo de aprendizagem da variedade padrão do japonês como alunos da pesquisadora na Universidade de Brasília.

O uso de duas línguas (japonês e português, a língua oficial e dominante no Brasil) e o uso de duas variedades do japonês (padrão e colônia, esta uma variedade do japonês desenvolvida no Brasil) foram também observados nos domínios residencial e da comunidade bilíngüe onde eles vivem nos arredores de Brasília.

Além da observação de campo, o corpus da pesquisa foi colhido através de questionários e entrevistas (livre e introspectiva), baseado no que foram reconstruídas as histórias de vida dos sujeitos pesquisados.

Os dados mostraram que a tensão diglôssica entre as duas variedades da língua japonesa usadas na comunidade manifestaram-se das seguintes formas:

- (1) Os *nikkeis* estavam conscientes do valor menor atribuído à variedade colônia quando eles evitavam de usá-la nos eventos e celebrações oficiais em que eles detectavam a presença de japoneses de fora da comunidade.
- (2) Sem condições de falar a variedade padrão, eles preferiam usar o português no qual suas dificuldades lingüísticas seriam geralmente desculpadas.
- (3) Os *nikkeis* reportaram que o casamento interétnico entre descendentes de japoneses e brasileiros levava ao deslocamento da variedade colônia falada pelos primeiros, ao invés de incentivar o bilingüismo com o uso de ambas as línguas (português e japonês colônia).
- (4) Um dos sujeitos pesquisados afirmou que o colônia perturba ao invés de auxiliar sua aprendizagem do japonês padrão.
- (5) Os *nikkeis* pesquisados usavam o colônia como parte de sua própria identidade cultural.
- (6) Tendo fortalecido sua identidade cultural durante o processo de aprendizagem, os sujeitos pesquisados que falavam a variedade colônia começaram a usá-la como uma ponte para o aprendizado da variedade padrão.
- (7) Como consequência, eles afrouxaram o filtro afetivo (Krashen e Terrel, 1983) para buscar mais insumo na variedade colônia mas, ao mesmo tempo, interagem mais facilmente no japonês padrão.
- (8) Eles também expressaram a crença de que a consciência de seu próprio uso da língua pudesse favorecer a reaquisição da variedade colônia, sem bloqueios, por parte daqueles que a tinham perdido.

要旨

この論文はブラジリア市在住の日系2世学習者の日本語習得に干渉するダイグロシアテンションを考察することを目的とする。調査の対象となったのは現在大学で日本語を第二言語として学習中の日系2世4名で観察は教室内と教室外で行われた。

なお2言語使用(日本語、そして公用語として支配的であるポルトガル語)さらに2種の日本語使用(共通語とブラジル日系社会において生まれ育った日本語のバリエーション、いわゆるコロニア語)の観察は家庭のドメインさらに対象者が住んでいるブラジリア市近辺のバイリンガルコミュニティのドメインにおいても行われた。

調査にあたっては、主にアンケート、授業での観察及び個人面接をデータ収集手段として使用した。収集されたデータをもとに被験者の“生い立ち史”が再構築された。また、日本語の“コロニア語”変種を規定するため、基礎的な実態調査も行ったが、これは主にフィールド観察による。

ブラジルの日系社会で使用されている日本語の2種のパラダイム間に起こるダイグロシアテンションは次のように表面化されていることがデータにより明確になった。

- (1) 調査の対象となった日系人はコロニア語は威信の低い変種であるとの価値観を意識していて、公的なイベントやセレモニーの場においてコミュニティ外の日本人がいる場合は使用を避ける。
- (2) 共通語ができない場合は困難さに対する弁明がきくポルトガル語使用を選択している。
- (3) 調査の対象となった日系人は日系人と非日系ブラジル人の混種結婚はポルトガル語とコロニア語のバイリンガリズム促進とはならず、コロニア語の非使用という結果をもたらすと語っている。
- (4) 1人の調査対象者はコロニア語は共通語取得の援助とはならず、反対に障害になると断言している。
- (5) 調査の対象となった日系人はコロニア語を自己の文化的アイデンティティの一部として使用している。
- (6) 共通日本語の学習を通して、自己の文化的アイデンティティを強化したコロニア語話者の日系人たちは、コロニア語を共通語習得のための中間言語として使用するようになった。
- (7) その結果として、コロニア語に対する情意的フィルターによるしきいが低くなり、コロニア語にリソースを求めるようになったとともに、共通語でのインターアクションももっと活発になった。
- (8) 調査の対象となった日系人は自分が話している言葉についての内省の機会が、すでに失われつつあるコロニア語への偏見のない再習得を可能にするであろうとの確信を延べている。

CAPÍTULO I

“As línguas divergentes podem ser usadas pelos grupos étnicos como uma tática simbólica manter sua identidade e distinção, e, por outro lado a língua convergente que integre o falante num contexto social mais amplo.”

Giles¹

1.1 Estrutura da Dissertação

No capítulo introdutório apresentamos a justificativa da pesquisa, sua contextualização, os objetivos e a pergunta norteadora do estudo. Discorremos ainda sobre a metodologia utilizada, bem como os instrumentos aplicados para a realização desta pesquisa, e por fim, apresentamos os procedimentos realizados durante a coleta de dados.

O segundo capítulo é dedicado à fundamentação teórica que vai servir de subsídio para a investigação dos registros coletados.

No primeiro momento, focalizamos a comunidade nipo-brasileira à luz dos estudos sobre bilingüismo social, partindo de trabalhos consagrados como a teoria da diglossia de Ferguson² e Fishman³ que estudam o fenômeno da diglossia clássica. A situação sociolingüística da comunidade (nipo-brasileira) ultrapassa a fronteira da diglossia clássica e instala-se sob perspectiva de diglossia assimétrica e desigual. Revelam-se, nesse processo, as facetas de prestígio e de estigma social que se entrelaçam e provocam uma tensão entre as variedades da língua japonesa. O reflexo dessa tensão pode, inclusive, agir na construção da identidade nipo-brasileira.

No terceiro capítulo, buscamos contextualizar os leitores, de forma resumida, no histórico da comunidade nipo-brasileira. Assim, incluímos um panorama

¹ Giles, 1997.

² Ferguson, 1996.

³ Fishman, 1971.

da imigração japonesa bem como, um perfil lingüístico da comunidade nipo-brasileira, particularmente dos *nikkeis* de pesquisa residentes no Distrito Federal.

No quarto capítulo analisamos o corpus trabalhado e apresentamos os resultados obtidos. Para análise dos dados, em primeiro lugar, utilizamos a história de vida dos *nikkeis* de pesquisa, na intenção de buscar informações sobre o comportamento lingüístico deles e averiguar a tendência dessas variantes no contexto atual. Para essa análise utilizamos também a rede lingüística. Verificamos também, a percepção que os *nikkeis* de pesquisa têm a respeito das variedades da língua japonesa focadas. Buscamos, ainda, investigar também como esse aspecto influi no processo de ensino e aprendizagem da língua japonesa.

O quinto capítulo é dedicado às nossas considerações finais, onde respondemos as perguntas de pesquisa apresentadas no primeiro capítulo.

1.2 Termos e Palavras Chave

A seguir, explicamos alguns termos e expressões que serão repetidamente usados ao longo desta dissertação.

Nikkei: termo referente a japoneses radicados no estrangeiro ou seus descendentes já nascidos fora do Japão.

Hi-nikkei: refere-se às pessoas que não são nikkeis.

O grupo que compõe a etnicidade nipo-brasileira segue as seguintes classificações:

a) **Issei:** é um termo utilizado para japoneses nascidos no Japão. O significado do **i** é do vocábulo **iti** em japonês que significa **número um** e **ssei** significa **geração**, portanto primeira geração;

b) **Jun-issei:** termo usado para imigrantes japoneses que vieram na infância;

c) **Nissei:** refere-se aos filhos de isseis. O **ni** (número **dois**) e **ssei** (**geração**) refere-se a segunda geração;

d) **Sansei:** é o caso da terceira geração. O significado do **san** (**três**) e **sei** (**geração**);

e) **Yonsei:** são os filhos de sanseis. O significado do vocábulo **yon** é (**quatro**) e **sei** (**geração**), portanto, referindo-se à quarta geração; e

Embora a pesquisa refira-se à primeira geração e segunda geração especificamente, achamos oportuno mencionar até a quarta geração.

f) Ai-no-ko, Hafu e daburu: é o caso dos filhos nascidos dos casamentos interétnicos (nikkei e hi-nikkei). Os termos hafu e daburu são empréstimos lingüísticos das palavras (half e double) do inglês, adotadas pela língua japonesa.

Koronia-Go: usado por Mase⁴, entre outros, quando se refere à língua usada pela colônia japonesa. O vocábulo **Koronia = Colônia e Go = língua**.

Falar Peculiar: Por falar peculiar, referimos à língua manifestada pela comunidade nipo-brasileira (**Koronia-Go**).

Comunidade Transplantada: termo utilizado pela Cunha⁵, em referência às comunidades que se formaram devido à imigração, transplantando sua língua e cultura do lugar original.

Variante Padrão: usamos esse vocábulo, quando nos referimos a uma das variedades da língua japonesa (Tóquio) que é considerada como a variedade oficial do Japão.

Variante Colônia: o termo é usado para caracterizar a variedade da língua japonesa que nasceu e se desenvolveu a partir da imigração japonesa no Brasil, particularmente no Distrito Federal. Muitos estudiosos da área utilizam o vocábulo **Koronia-Go**, mas, neste trabalho optamos pelo termo, **variante colônia**.

1.3 Justificativa do Estudo e Contribuição para a Área.

Na virada do milênio, quando se comemora os 500 anos do Descobrimento do Brasil, a história da composição étnica brasileira é revista. Nesse cenário, podemos localizar a participação e contribuição dos imigrantes japoneses, que completa noventa e dois anos de interação com a comunidade brasileira. Embora já tenha se passado quase um século de história de integração japonesa no território brasileiro, a comunidade nipo-brasileira ainda é pouco estudada. Mesmo que nas últimas décadas tenham sido priorizados os estudos da linguagem nipo-brasileira, ainda não há pesquisas suficientes nessa área. Apesar da nossa pesquisa abordar parcialmente a questão da variante colônia, ainda nos faltam dados e transcrições dessa variante⁶.

⁴ Mase, 1986.

⁵ Cunha, 1994, 1996, 2000.

⁶ A pesquisa, no âmbito dos estudos japoneses, tem crescido nas últimas décadas, principalmente em países em que a imigração japonesa fez-se presente. Vários estudos exploratórios realizados anualmente no ENPULLCJ Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa. Esse evento itinerante é realizado em universidades que completou o XIII ENPULLCJ. Entre os trabalhos acadêmicos, destacam-se as teses de doutorado entre outros, os quais de Suzuki, 1995; Doi 1997; e Nakayama, 1996 e dissertação de mestrado entre outros, os estudos de Doi, 1983; Joko 1987; Nawa 1988; Takasu, 1999 e Kuyama 1999.

A valorização das comunidades lingüísticas minoritárias vem acontecendo graças aos estudos entre os quais os de Rodrigues e Cunha⁷ que propõem o resgate da identidade étnica e identidade lingüística dessas populações.

A razão e a motivação do meu interesse neste estudo provêm da necessidade de resgatar o falar da comunidade nipo-brasileira, desprovido de qualquer preconceito. A valorização desse falar é necessária, uma vez que ele representa um dos traços da etnicidade *nikkei*. Por ser parte da história lingüística nipo-brasileira é necessário que ele reafirme o seu espaço lingüístico.

A língua desenvolvida pela comunidade nipo-brasileira está distante da língua de origem (língua japonesa-padrão) e ela vem sofrendo o estigma. Muitas vezes, ela é considerada como um falar ‘inapropriado’, ou até mesmo como um ‘falar caipira’ ou ‘falar da roça’. O preconceito sobre a variante minoritária gera em seus falantes um complexo de inferioridade em relação à língua japonesa oficial.

A desmistificação sobre o ‘falar’ da comunidade nipônica é necessária para que se valorize um ‘falar’ histórico gerado no seio da imigração japonesa no Brasil. O código lingüístico estigmatizado que denominamos de **variante colônia** nesta dissertação, trata-se de uma variante desenvolvida no seio da sociedade hospedeira, resultante da interação entre a língua de origem e a língua local.

A quebra das fronteiras lingüísticas é condição fundamental para o resgate da identidade lingüística e da manutenção da própria etnicidade. Como a própria palavra revela, étnico vem do grego *étnos*, que significa nação, aquilo que está relacionado com a noção de povo. Tanto a identidade étnica quanto à identidade lingüística dizem respeito ao sentimento de identificação e de pertencimento a um determinado grupo étnico.

O perfil da comunidade lingüística nipo-brasileira pode-se agrupar em três situações lingüísticas: a) monolíngües (português ou japonês) e b) bi(multi)língües (português/ variante padrão, português/ variante colônia e português/variante colônia/variante padrão).

Colhemos subsídios referentes à situação diglósica vivida pela comunidade nipo-brasiliense e investigamos como esse fenômeno se manifesta em sala de aula (a nossa referência na Universidade de Brasília, como explicaremos na seção 1.7) com os

⁷Rodrigues, 1986; Cunha, 1994;1996; 2000;2001.

alunos *nikkeis* de pesquisa. É uma área com um valor ímpar, tanto sob o prisma lingüístico-pedagógico, quanto do ponto de vista histórico e sociocultural.

A pesquisa apoia-se em bases sócio-histórica, étnico-cultural e lingüística e observa como o fenômeno da diglossia pode interferir no processo de ensino/aprendizagem. Propomos explorar os elementos que possam contribuir na aquisição da língua japonesa padrão.

A pesquisa também aborda, em linhas gerais, o panorama da história da imigração japonesa, visando elucidar a perspectiva sócio-histórica dessa comunidade transplantada para o Brasil, o que dará subsídio para a nossa temática.

A escolha dessa temática deve-se a necessidade de colocar em pauta as questões lingüísticas e as áreas afins no que tange ao ensino da Língua Japonesa e alertar os educadores sobre a interferência desses fenômenos lingüísticos no dia-a-dia de uma sala de aula, a fim de que a aquisição de língua ocorra de forma mais eficaz.

Sabemos que o insucesso na aprendizagem de uma língua não recai apenas nas diferenças fonéticas, morfológicas e lexicais, estende-se, inclusive, no campo da identidade étnica, porque toda a construção ou a reconstrução do 'eu' processa-se nessa área. Minimizadas essas barreiras, o processo de aquisição ou de re-aquisição da **variante padrão** pode ocorrer de forma eficiente e sem traumas.

Há necessidade de um novo paradigma para o ensino da língua japonesa para os *nikkeis*, que têm como língua materna a **variante colônia**, em se buscar um modelo que privilegie os dois sistemas (variante colônia/variante padrão), visto que sabemos que eles podem coexistir sem causar danos ao ensino.

1.4 Contextualização

A crescente relação diplomática e econômica nas últimas décadas entre o Brasil e o Japão, favoreceu a procura do ensino de língua japonesa no território brasileiro. Cada vez mais, aumenta o número de alunos que se interessam em aprender a língua, bem como a cultura japonesas.

Essa procura foi registrada também nos Estados Unidos por Hanaoka⁸. No Brasil, o Centro de Língua Japonesa da Fundação Japão, situada na cidade de São Paulo, verificou nos últimos três anos que a procura pela língua japonesa triplicou.

⁸ Hanaoka, 1987.

O levantamento realizado pelo Centro em 1993 revelou os seguintes dados: dentre 18.372 alunos, 642 alunos eram de rede pública. Os dados obtidos, após cinco anos, comprovaram que o número de alunos de rede pública (São Paulo e Paraná) aumentou para 3.084 alunos. O ensino de língua japonesa nas redes públicas deve trilhar novos caminhos para atender à nova demanda que inclui formação de professores de língua japonesa como LE ou L2; material didático específico; e conscientização das autoridades competentes brasileiras para o fato de que a língua japonesa, pode ter um lugar de destaque, entre as línguas mais faladas no Brasil.

O quadro abaixo demonstra o panorama geral do ensino de língua japonesa nas instituições de ensino público do território brasileiro.

Tabela 1

Nível de Ensino		Número de Instituições	Número de Professores	Número de Alunos
Ensino Superior	Graduação	5	23	327
	Disciplina Optativa de Graduação	3	8	901
	Extensão Universitária	15	40	602
Ensino Fundamental	CEL (SP) CELEM (PR)	21	19	1628
	Disciplina incluída na Grade Curricular	6	11	911
	Disciplina Extra Curricular cursado por todos os alunos	4	7	386
	Disciplina Extra Curricular	9	13	275
TOTAL		58	114	3830

Fonte: Ensino de Língua Japonesa, Fundação Japão, 2001, p. 1
Segue em anexo a localização dessas Instituições Públicas.

Esse panorama demonstra interesse cada vez maior pela língua japonesa nas últimas décadas. Surge também um novo perfil de estudantes. Se antes a procura era restrita a japoneses e seus descendentes, hoje, a maior demanda é daquele grupo para o qual a língua japonesa representa a opção de uma segunda língua ou de uma língua estrangeira. Nesse novo contexto a língua japonesa, que antes era restrita ao grupo étnico, aos poucos começa a tecer uma nova rede lingüística, o que contribui para a formação bi(multi)lingüe do Brasil.

1.5 Objetivo

O objetivo deste estudo é verificar como a tensão diglósica (japonês padrão X colônia) interfere no processo de aquisição da língua japonesa por nipo-brasilienses e apresentar subsídios para a compreensão de seus fenômenos sociolinguísticos.

1.6 Pergunta de Pesquisa

As perguntas de pesquisa que orientam este estudo foram:

Pergunta 1

COMO A TENSÃO DIGLÓSSICA (JAPONÊS PADRÃO X JAPONÊS COLÔNIA) PODE INTERFERIR NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA LÍNGUA JAPONESA POR NIPO-BRASILIENSES (NISSEIS) ?

Pergunta 2

COMO OS NIKKEIS DE PESQUISA PERCEBEM A VARIANTE COLÔNIA FACE À VARIANTE PADRÃO?

1.7 Metodologia de Pesquisa

Este trabalho obedeceu ao paradigma da pesquisa qualitativa. Recursos etnográficos foram utilizados na coleta de dados.

Nesta seção discutiremos a respeito dos momentos percorridos durante a realização da pesquisa. Discutimos o motivo da escolha dos instrumentos e procedimentos utilizados durante o período da coleta de dados.

1.7.1 A Pesquisa de Campo

O estudo desta investigação não segue o paradigma quantitativo que demandaria uma investigação prévia e rigorosa do controle de variáveis (idade, sexo, tempo de permanência no Brasil, etc.). Optamos pela vertente qualitativa que atendia melhor os nossos objetivos.

Haguette⁹ aponta a importância da metodologia qualitativa nas ciências sociais, argumentando que:

“As metodologias qualitativas derivam da convicção de que a ação social é fundamental na configuração da sociedade... teórico dos dois tipos de metodologias qualitativas... mais relevantes para a sociologia, ambos apoiados na crença da importância dos aspectos subjetivos da ação social: o interacionismo simbólico e a pesquisa-ação-pesquisa participante”

Esta pesquisa privilegiou a observação participante como técnica de coleta de dados. Esse construto focaliza o comportamento humano numa perspectiva interacionista, isto é, tenta averiguar o sentido desse comportamento que surge na interação entre os atores sociais no seu dia-a-dia.

Como nosso trabalho é um estudo de caso e os objetivos foram essencialmente exploratórios, decidimo-nos por uma observação participante que permitisse a observação mais detalhada do comportamento verbal de *nikkeis* em seu dia-a-dia de uma sala de aula de língua japonesa, onde meu papel era de professora. Fora da sala de aula, na comunidade, minha informação foi obtida através de suas percepções reveladas em entrevistas. Tive, entretanto, a oportunidade de participar de eventos sociais, conforme citado na seção 1.7.2.

1.7.2 Nikkeis de Pesquisa

Os *nikkeis* desta pesquisa são alunos universitários da UnB, que cursam a disciplina de língua japonesa como matéria optativa ou obrigatória. Todos os alunos pesquisados pertencem à comunidade nipo-brasileira e tiveram contacto com ou usam a **variante colônia**. Para os pesquisados utilizamos o termo “*nikkei* de pesquisa”.

A pesquisa piloto foi iniciada, nos meados do ano 2000, a partir da definição do objeto da pesquisa. A pesquisa de campo realizou-se em três etapas:

- a) a primeira etapa foi de observação do comportamento lingüístico da comunidade nipo-brasiliense. Para essa observação participamos dos eventos promovidos pela comunidade. Os eventos são:
 - Dia das Mães (ano 2000 em Taguatinga - DF)
 - Dia das Mães (ano 2001 no Templo Budista - 315 Asa Sul - DF)

⁹ Haguete, 1987:

- Undookai¹⁰ (ano 2000 - Riacho Fundo - DF).

Pelo fato desta pesquisa tratar de uma variedade da língua japonesa, foi necessário investigar, ainda que de forma breve, a situação da **variante colônia**.

Sentimos necessidade de fazer um levantamento, ainda que preliminar, da variante colônia utilizada pelos membros da comunidade nipo-brasiliense. Utilizando notas de campo como instrumento de pesquisa, observamos o comportamento verbal dos *nikkeis* de primeira e segunda geração. O comportamento verbal dos sujeitos foi anotado pela pesquisadora e utilizado como fonte preliminar.

Os sujeitos observados na comunidade foram indivíduos escolhidos aleatoriamente pela pesquisadora. Não nos interessava nesses momentos o indivíduo X ou Y, mas a interação lingüístico-social da comunidade.

b) a segunda etapa corresponde às observações realizadas em sala de aula e nos corredores da UnB. Utilizamos nessa fase um questionário piloto para selecionar o grupo de *nikkeis* de pesquisa. Distribuímos dez questionários e definimos através dele o perfil dos *nikkeis*. Limitamos o grupo a 5 universitários *nikkeis*. Entretanto, devido à greve perdemos contato com um deles o que nos limitou a 4 *nikkeis* de pesquisa.

Os critérios utilizados a delimitação dos sujeitos de pesquisa foram:

- 1) *nikkeis* que têm ou tiveram contato com a língua japonesa em algum momento de sua vida;
- 2) *nikkeis nisseis* da comunidade nipo-brasiliense que estudam a língua japonesa na Universidade de Brasília;
- 3) *nikkeis* que freqüentavam nível básico de língua japonesa padrão; e
- 4) *nikkeis* que apresentavam interesse em participar da pesquisa.

¹⁰ Undookai: é um evento tradicional do Japão cultuado pelos imigrantes até os dias de hoje. Esse evento é realizado em escolas japonesas do Japão e do Brasil. Trata-se de uma gincana esportiva em que as duas equipes (vermelha e branca), compostas pelos alunos da escola ou membros da comunidade, disputam uma classificação. Em Brasília, o evento é realizado uma vez por ano pela comunidade, observamos que a participação dos jovens, ao evento, tem diminuído consideravelmente, e tem aumentado a participação dos hi-*nikkeis*.

c) feita a seleção, passamos para a última fase que foi a de entrevista dos quatro *nikkeis* de pesquisa.

Os *nikkeis* de pesquisa são: uma aluna do módulo livre que cursa a língua japonesa, Lily; os outros três são alunos de licenciatura em língua japonesa. Dentre os três há uma *nikkei* de nome Nana, e os dois homens Kin e Jun. Todos os participantes receberam nomes fictícios.

1.7.3 Contexto de Coleta de Dados

O fato de a pesquisadora ter conhecimento prévio do universo *nikkei* que iria encontrar, muito contribuiu para a agilidade da pesquisa. Do mesmo modo, deve ser registrado que a pesquisadora pertence ao universo dos *nikkeis* de pesquisa, o que, em parte, facilitou seu acesso. Não houve constrangimento por parte dos pesquisados.

Ao definir o objeto de estudo, a pesquisadora com anuência do grupo, pode observar o comportamento lingüístico desses *nikkeis* em sala de aula e extra-sala.

Como estratégia de aproximação procuramos convergir a nossa fala ao código mais próximo desses *nikkeis*. Para se observar o comportamento lingüístico dos bilíngües, no nosso caso em sala de aula, carece de dados naturais e espontâneos. Para obter mais insumos recorreremos ao “bate-papo” extra-sala e à aplicação de dois instrumentos de apoio: os questionários e uma entrevista, conforme já mencionado anteriormente.

As situações lingüísticas foram agrupadas em domínio do lar, onde o *nikkei* de pesquisa seria um integrante. No domínio da comunidade nipo-brasiliense (igreja, clube, escolas da comunidade, etc) o interlocutor seria de uma categoria mais ampla, portanto, não avaliamos se esse interlocutor era bilíngüe em japonês **variante colônia** ou **variante padrão**.

O grupo observado durante a coleta de dados foi classificado em dois subgrupos: Lily integrante de um grupo composto de vinte alunos da aula de japonês, ministradas duas vezes por semana, com duração de 1 hora e 50 minutos cada. Esse grupo foi observado durante quatro semestres em sala de aula e extra-sala.

Entre os integrantes do segundo grupo também uma turma de cerca de vinte alunos, encontram-se Nana, Jun e Kin (*nikkeis* de pesquisa). Eles assistem à aula quatro vezes por semana, durante 1 hora e 40 minutos cada. Dentre os três acima nominados, dois foram observados em sala de aula e em atividades extra-classe, durante quatro

semestres. O terceiro foi observado durante dois semestres em sala de aula e em quatro semestres de atividades extra-classe.

A tabela ilustra os momentos da observação dos *nikkeis* de pesquisa:

Tabela 2

Grupo	Nikkei de Pesquisa	Semana	Hora (min)	Número Semestre	Local	Número Semestre	Local
I	1	2	110	4	Sala Aula	4	Extra-Classe
II A	2	4	100	3	Sala Aula	4	Extra-Classe
II B	1	4	100	2	Sala Aula	4	Extra-Classe

Devido ao conhecimento prévio da **variante colônia**, os *nikkeis* tinham um desempenho lingüístico não compatível em relação aos colegas da sala *hi-nikkeis*.

Notamos ainda que os *nikkeis* de pesquisa, apresentavam diferenças comportamentais. Enquanto uns mostravam-se introvertidos e pouco participativos no início da observação, outros eram mais extrovertidos e participativos.

A observação do grupo I iniciou-se com dois *nikkeis* da mesma sala. Como já citamos anteriormente, por motivo de greve, perdemos o contato com um dos *nikkeis*.

No caso do grupo II também observamos que o desempenho lingüístico desses *nikkeis* não era compatível ao da turma, devido ao conhecimento prévio da **variante colônia**. Os *nikkeis* de pesquisa desse segundo grupo têm como meta aperfeiçoar a língua japonesa, isto é, ser dominante na **variante padrão**.

Os *nikkeis* de pesquisa que compõem o grupo II são alunos de turmas diferentes e por esse motivo, a observação do grupo II seguiu conforme a tabela 2.

1.7.4 Instrumento de Pesquisa

1.7.4.1 Questionário I

O questionário I (ver anexo 2) foi utilizado para selecionar os *nikkeis* de pesquisa. Para tanto, verificamos o perfil lingüístico, bem como o perfil lingüístico da família.

Abordamos os seguintes tópicos:

- Identificação
- Família

- Uso de Línguas (Japonês e Português) e Variantes (Padrão e Colônia) no domínio domiciliar e social
- Aquisição de Línguas
- Opinião sobre as Variantes (Padrão *versus* Colônia)

1.7.4.2 Questionários II e III

Os questionários II e III (ver anexos 3 e 4) abordam perguntas mais específicas em relação à língua. Nesse questionário averiguou-se em quais situações o falante utiliza a **variante colônia** e em quais situações ele utiliza a **variante padrão**.

1.7.4.3 Entrevista - Gravação em Fita

A entrevista foi utilizada com a intenção de fomentar uma relação de confiança entre o *nikkei* de pesquisa e a pesquisadora. A entrevista favoreceu um entrosamento mais próximo e trouxe resultados favoráveis à pesquisa.

Como já foi mencionado anteriormente, além do questionário selecionado e da entrevista, foi feita observação em sala de aula e em eventos extra-salas. Essa observação serviu de suporte para uma triangulação dos dados.

A tabela abaixo ilustra o contexto das cinco fitas gravadas.

Tabela 3

Nikkei de Pesquisa	Fita	Lado	Minutos
NP 1 – Nana	1	A	16
NP 2 – Jun	2	A	19
NP 3 – Kin	3	A	30
NP 3 – Kin	3	B	04
NP 4 – Lily (Ep)	4	A	30
NP 4 – Lily (Ep)	4	B	05
NP 4 – Lily	5	A	30
NP 4 – Lily	5	A	11
Total	5		147

Nomenclatura: NP= Nikkei de Pesquisa
Ep= Entrevista piloto

1.7.4.4 Nota de Campo

A nota de campo foi utilizada como uma fonte de anotações das observações, no dia-a-dia da sala de aula.

Este instrumento foi utilizado também para coletas de dados dos eventos comemorativos da comunidade nipo-brasiliense.

Os dados observados serviram de subsídios para a nossa análise.

1.7.5 Procedimentos de Coleta de Dados

Iniciamos a coleta de dados no primeiro semestre de 2000 e finalizamos em julho de 2001. No total obtivemos quinze questionários, dos quais dez questionários I foram distribuídos entre os alunos nipo-brasileiros para escolha dos *nikkeis* de pesquisa e cinco questionários II e III que trazem perguntas mais específicas em relação ao uso das línguas. A outra etapa foi a gravação de cinco entrevistas, já mencionadas no item anterior (1.7.4), das quais uma foi realizada no início da observação e serviu de “piloto”.

Os dados que colhemos durante a pesquisa obedeceram aos seguintes procedimentos:

- Entrevista informal, sem gravação, para coleta de informações relevantes sobre o comportamento verbal dos *nikkeis* de pesquisa;
- Nota de campo referente ao comportamento verbal do *nikkei* frente ao ensino e/ou aprendizagem da língua padrão; e
- Entrevistas, gravadas em fita, com os *nikkeis* e a pesquisadora com o objetivo de colher dados mais específicos.

Listamos os passos para a coleta de dados a seguir:

- 1) Durante o primeiro mês de aula, realizamos uma entrevista inicial com os *nikkeis* de pesquisa para obter informações acerca de experiências anteriores com a língua japonesa desses *nikkeis*. Essas interações informais funcionaram como ponto de apoio com o grupo a ser pesquisado. Ao realizarmos a entrevista, explicamos aos *nikkeis* de pesquisa sobre a pesquisa e solicitamos permissão para a observação. As entrevistas não dirigidas ou conversas informais com os colaboradores de pesquisa foram feitas a partir de interações sem roteiro planejado e não previamente agendadas.

- 2) A gravação 'piloto' foi uma entrevista que não obedeceu a um roteiro. Foi realizada em novembro de 2000 e se destinava a identificar 'situações' pertinentes à proposta de pesquisa. A gravação definitiva foi realizada entre junho a julho de 2001.
- 3) As entrevistas se basearam na gravação em fita. A princípio, exercemos o papel ora de pesquisadora, ora de entrevistadora. Sendo assim, além das perguntas sublinhadas na entrevista, quando necessário, a pesquisadora formulava perguntas com o objetivo de estimular a discussão e também de colher mais dados relevantes para a pesquisa. Essas perguntas estavam baseadas em algum evento do dia-a-dia de sala de aula ou nas nossas anotações de campo, além da história de vida dos *nikkeis* de pesquisa.

Coletados os dados, transcrevemos as entrevistas gravadas.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA - ESTADO DE ARTE

" a fala nativa do indivíduo é considerada como parte integral de sua história familiar, um sinal de identidade local. Ao identificar-se como falante do dialecto tanto em casa como fora da comunidade, o indivíduo comunica orgulho de sua comunidade e dá contribuição especial de sua comunidade à sociedade como um todo."

Ribeiro e Garcez

2.1 Considerações sobre o Bilingüismo Social

O estudo do bilingüismo focaliza os fenômenos que surgem no uso da língua, trazendo nas suas considerações os fatores psicológicos, lingüísticos, e sociais, nos quais se completam mutuamente. No caso do bilingüismo social, os estudos focalizam os fenômenos lingüísticos surgidos numa interação social. Esse paradigma defende a tese de que existe uma relação intrínseca entre o meio social e o comportamento lingüístico de falante bilingüe. Busca-se neste paradigma a contextualização social do comportamento bilingüe.

A multidiversidade cultural do povo brasileiro, o contato com a pluralidade de línguas e o trânsito livre desses grupos étnicos colaboram para o surgimento de fenômenos interessantes que são desafios para o estudo dos nossos cientistas sociais.

O estudo do bilingüismo no Brasil é relativamente recente, devido à crença que se criou de que o país é monolingüe. Os estudos antropológicos e lingüísticos (entre eles Ribeiro; Rodrigues; Cunha e Cavalcanti¹¹) revelam que o país é constituído por várias comunidades étnicas, incluindo as comunidades autóctones, cada qual com a sua história cultural e lingüística de origem. O grupo étnico autóctone refere-se às comunidades indígenas, que foram por muito tempo negligenciadas pela política nacional. Há ainda outro grupo que contribui na formação de um país bi(multi)lingüe

¹¹ Ribeiro, 1999; Rodrigues 1986; Cunha, 1996; Cavalcanti, 1998.

(ver Cunha)¹² e que se compõe das comunidades transplantadas. Os estudos recentes mostram que o Brasil não é monolíngüe. Cunha¹³, afirma que,

*“O Brasil é um país multilíngüe e multiétnico. Sua população de cerca de 156 milhões de habitantes é composta, principalmente por lusofalantes que convivem com vários grupos de minoria lingüística transplantada e, 206 grupos indígenas que falam suas próprias línguas nativas”.*¹⁴

Como mencionado anteriormente, temos que observar as atitudes lingüísticas do falante em relação às línguas ou às variedades da língua, devido ao juízo de valor que se faz a essas línguas. Se a atitude do falante é favorável a uma variedade da língua, mesmo que essa variedade seja baixa, o componente positivo favorece a manutenção lingüística. No nosso trabalho, quando tratamos das variantes à luz da diglossia clássica, utilizamos o termo variante alta para padrão e baixa para colônia.

Os estudos lingüísticos que tratam da manutenção lingüística ou substituição investigam as manifestações surgidas numa relação entre a língua e a identidade étnica. São essas manifestações que colaboraram para efetivar um deslocamento lingüístico ou a manutenção. Utilizamos o termo ‘deslocamento lingüístico’, porque esse termo representa melhor um processo lingüístico em ‘andamento’ e por ser um ‘deslocamento,’ a língua pode passar por um processo de substituição ou ela pode ‘retomar’ o seu lugar.

Nas últimas décadas, com a crescente migração para a zona urbana, os pesquisadores que trabalham com minorias étnicas preocupam-se em contribuir na integração dessas minorias à sociedade majoritária sem trazer danos à sua integridade, procurando preservar a língua e a identidade étnica. Os estudos sobre migrantes novaiorquinos de Cobarrubias¹⁵, sobre os Yudja do Xingu no Brasil de Cunha¹⁶, sobre os finlandeses Suécos de Lainio,¹⁷ entre outros, mostram essa preocupação.

Como a nossa pesquisa refere-se ao falar peculiar gerado na história da imigração japonesa, recorreremos à terminologia variedade e/ou variante, utilizada por sociolingüístas. Gumperz¹⁸ denomina de ‘variedade’ as variações de língua, sejam elas

¹² Cunha, 1994 e 2001.

¹³ Cunha, 1996: 2 (“Brazil is a multilingual and a multiethnic country. Its population of around 156 million inhabitants is made up mainly of lusofones who live with several transplanted linguistic minority groups and 206 indigenous group who speak their own native languages”.)

¹⁴ Nossa tradução (n.t.).

¹⁵ Cobarrubias, 2001.

¹⁶ Cunha, 1996,2001.

¹⁷ Lainio, 2001.

¹⁸ Gumperz, 1979.

no nível individual ou no nível social. Gumperz usa o termo ‘variedade’ distinguindo as variedades nas seguintes perspectivas: variedade com conotação de identidade em que distingue ‘eu’ do ‘outro’ e a variedade que se usa com a conotação de participação, isto é, naquelas situações em que a comunicação é feita com o ‘outro’ grupo.

Neste trabalho, optamos pelo termo ‘variante’ por retratar melhor a nossa temática. Gal¹⁹ refere-se ao termo ‘variante’ àquele contexto em que julgamento de valor das línguas está presente entre os grupos lingüísticos. Essa situação cria uma relação hierárquica entre as línguas, porque atribui a elas o *status lingüístico*. A posição assimétrica e desigual das variedades gera uma relação de subordinação desenvolvida historicamente e que acaba refletindo no comportamento lingüístico de um bilíngüe. Em um contexto assim definido, os aspectos como prestígio e/ou estigma começam a se articular e cada qual vai se posicionando e demarcando o seu espaço lingüístico. São esses elementos que vão se somando para consagrar a tensão lingüística e que pode culminar numa “alienação lingüística” (Hamel e Sierra).²⁰

O motivo pelo qual escolhemos o termo variante colônia, deve-se em parte pelas características peculiares desse falar que surgiu nos intercâmbios de variedades da língua japonesa e do contato com a língua portuguesa do Brasil e além do mais, soma-se a ela o juízo de valor que se dá às variedades da língua japonesa (colônia *versus* padrão). A valorização lingüística cria situações de desigualdade entre elas, motivo pelo qual usamos o termo variante, porque não se trata apenas de mais uma variedade da língua japonesa, mas sim, de um falar que nasceu no contexto lingüístico típico, talvez atípico da história das comunidades transplantadas.

Nesta pesquisa distinguimos a variante em duas perspectivas para fins de parâmetro de comparação entre **variante padrão** *versus* **variante colônia**. Não utilizamos o termo variante nipo-brasileira, mas acreditamos que este termo seja mais compatível, porque abrange um grupo maior, a comunidade nipo-brasileira. Sugerimos que nos estudos posteriores o termo ‘língua da colônia’ seja substituído pelo termo língua ou dialeto nipo-brasileira(o) que reflete melhor a língua de um grupo em um espaço lingüístico mais abrangente e pode representar a etnicidade desse grupo (etnolingüística). Enquanto que a língua da colônia pode até representar um grupo lingüístico. Mas o termo ‘colônia’ não seria adequado para representação de um grupo étnico.

¹⁹ Gal, 1979.

²⁰ Hamel e Sierra, 1983.

Embora existam pesquisas referentes a esse falar como os estudos de Mase; Doi; Joko; Nawa; Kuyama,²¹ entre outros, ainda falta-nos um registro do que vem a ser um *Koronia-Go*.

Em contextos em que não há registro da **variante colônia**, precisamos com urgência averiguar o comportamento dessa **variante** em termos de tendência à manutenção ou à substituição lingüística, bem como investigar os motivos que podem levar a uma substituição e ou motivos que podem contribuir para a manutenção da mesma.

Para o estudo de manutenção ou substituição de uma língua é necessário investigar esses fenômenos com enfoque em dois parâmetros: o primeiro a nível microssocial e o segundo a macrossocial. No nível microssocial o enfoque é dado sob perspectiva do indivíduo, investigando o fenômeno surgido nas interações rotineiras do falante bilíngüe. Essa investigação preocupa-se com o comportamento verbal do dia-a-dia do falante e com as situações lingüísticas que possam surgir no processo comunicativo.

Citaremos como exemplo, a pesquisa etnográfica de Gumperz e Blom, que investigaram o uso das duas variedades do norueguês (Bokmal e Ranamal). Bokmal é a variedade padrão, representa a instituição formal e Ranamal equivale a um dos dialetos norueguês. Ao investigar o uso das duas variedades do norueguês, observaram que cada variedade tinha um valor social 'estabelecido' pelos falantes. O dialeto Ranamal representa a língua de identificação, de inclusão e de pertencimento. No caso do Bokmal traz conotação de prestígio e de poder identificada na variedade usada em instituição escolar.

Os estudos etnográficos inserem certos atributos de 'valor social' das línguas na análise do comportamento verbal de uma sociedade ou mesmo de uma cultura. O falante percebe que o falar padrão simboliza a sofisticação escolar *versus* dialeto que simboliza falta de instrução.

No segundo parâmetro, o objeto é investigado sob a perspectiva da sociedade, isto é, observa-se os fenômenos lingüísticos surgidos numa interação social dos falantes bilíngües. Essa investigação no nível macrossocial é denominada de diglossia. Esse estudo preocupa-se com a relação entre o uso lingüístico e a organização do comportamento social, portanto, com o fenômeno diglósico.

²¹ Mase, 1986; Doi, 1983; Joko, 1987; Nawa, 1988; Kuyama, 1999.

A presença de estigma lingüístico nas investigações das comunidades de fala revela a importância de buscar abordagens alternativas, como a de natureza etnográfica que possam contribuir nas análises desses fenômenos. Conforme Ribeiro e Garcez²², refere-se a uma situação em que:

“retrata a diversidade lingüística de uma comunidade bidialetal que opera a nível social e interacional. É na relação do dia-a-dia, nas múltiplas interações do cotidiano, que surgem sutis alternâncias de código entre os falantes que são carregados de significado social.”

Os estudos etnográficos analisam os padrões de comportamentos comunicativos à luz do seu significado social e com base nessa concepção, podemos inserir a nossa comunidade de fala.

Existem várias definições dos estudiosos da linguagem no que tange à comunidade de fala, mas restringimo-nos as concepções acima mencionadas, com intuito de elucidar o termo ‘comunidade de fala’ proposto neste trabalho.

Ressaltamos dois arcabouços teóricos que analisam os fenômenos a nível macro: o primeiro refere-se ao construto teórico clássico de Ferguson²³ e Fishman²⁴ que investigam a diglossia sob perspectiva de estabilidade lingüística num contexto de bilingüismo, isto é, as línguas coexistem harmoniosamente, cada qual com funções complementares. O segundo arcabouço trata a diglossia como um processo dinâmico, em que aborda as problemáticas como a de competição entre as línguas e se preocupa com as questões como a de minorias lingüísticas numa comunidade bi(multi)lingüe. Essa é a outra face da diglossia que investiga a língua numa relação de conflito e procura evitar o determinismo da diglossia clássica.

2.2 Diglossia e suas Tendências

Para delinear a nossa temática, dedicamos o presente capítulo à revisão dos principais teóricos consagrados dos modelos que servem de sustentação epistemológica para uma visão geral do processo diglósico. Com base nesses insumos, analisamos a tensão diglósica da comunidade nipo-brasileira.

²² Ribeiro e Garcez, 1998: 31.

²³ Ferguson, 1964.

²⁴ Fishman, 1972.

2.2.1 Diglossia Clássica

O modelo clássico de análise introduzido por Ferguson designa a diglossia como um fenômeno que surge a partir da coexistência de duas ou mais variedades de línguas na mesma comunidade, sendo essas línguas usadas com valores funcionais distintos. Mesmo que as línguas apresentem uma hierarquia, há certo equilíbrio, estabilidade e harmonia entre elas. As línguas coexistem de forma idealizada como um arranjo estável.

Ferguson²⁵ apresenta o seu paradigma, pontuando que a diglossia...

“é uma situação lingüística relativamente estável, na qual, além dos dialetos principais da língua (que podem incluir um padrão ou padrões regionais) há uma variedade superposta, muito divergente, altamente codificada (na maioria das vezes gramaticalmente mais complexa), veículo de um grande e respeitável corpo de literatura escrita, quer de um período anterior, quer de outra comunidade lingüística, que é aprendida principalmente através da educação formal e usada na maior parte da escrita e fala formais, mas não é usada por nenhum setor da comunidade na conversação usual...”

Podemos tomar por base esse conceito para especificar um tipo de situação que ocorre na comunidade transplantada estudada por nós, ou seja, a comunidade nipo-brasileira. Nessa comunidade coexistem variedades lingüísticas distintas e diferenciadas: de um lado a língua portuguesa do Brasil usada para que os falantes de japonês possam comunicar-se com os membros da sociedade majoritária; e de outro lado, a língua japonesa que se divide em duas variedades a **variante colônia** usada para comunicarem com a própria comunidade nipo-brasileira e a **variante padrão** usada em situações formais e com os falantes dessa variante. A relação entre as línguas é bem definida pelos falantes bilíngües. Sob a perspectiva clássica de Ferguson, mesmo que as línguas estejam posicionadas de forma assimétrica, elas não se opõem, pelo contrário elas se completam. Essa hierarquia não prevê uma relação de desigualdade lingüística e nem as línguas em competição, pois cada qual tem um valor funcional preestabelecido pelos falantes bilíngües. A opção por uma língua ou pela outra, vai depender do contexto e do seu interlocutor.

Para Ferguson, as variedades apresentam uma relação assimétrica e podem coexistir sem o viés da hierarquização. O autor distingue as variedades em alta e baixa

²⁵ Ferguson apud Neves. 1974 :111

(em inglês, high e low, respectivamente). As línguas nesse paradigma podem coexistir de forma harmônica, cada qual com o seu papel definido dentro da sociedade ou da comunidade de fala.

O conceito diglótico de Ferguson pode ser aplicado também em condições que envolvem duas variedades de uma mesma língua. Essas variedades co-relacionam-se e mantêm uma harmonia entre elas. A defesa desse argumento pode-se resumir nesses termos: poucos falantes utilizam a variedade alta devido ao acesso restrito e é efetivada nas instituições escolares; e a primeira aquisição desses falantes é na variedade baixa, enquanto que a aquisição da variedade alta é efetivada nas instituições escolares. Por esse motivo, os falantes usam no seu dia-a-dia a variedade baixa e, nas situações formais, utilizam a variedade alta.

O arcabouço teórico do Ferguson propõe a coexistência das línguas ou das variedades da mesma língua em harmonia, mesmo que essa relação apresente-se sob a perspectiva de alta e baixa, porque as línguas não se opõem e não se competem. Pelo contrário, as atitudes e valores culturais são aceitos como legítimos e complementares.

2.2.2 Diglossia de Fishman

O modelo de Fishman²⁶ traz outra face da diglossia. Esse paradigma aborda a diglossia e o bilingüismo como fenômenos distintos, e cada qual tem função complementar no contexto bi(multi)lígüe.

Fishman questiona-se sobre a oposição funcional entre as línguas, sejam elas variedades da mesma língua ou estejam elas em contexto bi(multi)lígüe. Sua tese reformula e amplia o conceito de diglossia clássica e estabelece quatro pressupostos teóricos que distinguem o bilingüismo e a diglossia de uma comunidade de fala.

Fishman²⁷ insere na sua análise o conceito de domínio como:

*“... um construto sócio-cultural extraído a partir dos termos de comunicação, de acordo com as instituições de uma sociedade e as esferas de atividade de uma comunidade de fala, de tal modo que as condutas individuais e as pautas sociais podem distinguir uma das outras, e se relacionam mutuamente”.*²⁸

²⁶ Fishman, 1971.

²⁷ Fishman apud Lorenzo, 1995: 55. (“es un constructo sociocultural abstraído a partir de los temas de comunicación, de acuerdo con las instituciones de una sociedad y las esferas de actividad de una comunidad de habla, en tal forma que las conductas individuales de las pautas sociales pueden distinguirse unas de las otras y relacionarse mutuamente”.)

²⁸ (n.t)

Atribui-se ao conceito de domínio àquelas situações em que a interação comunicativa ocorre pautada em regras consensuais aceitas pela comunidade de fala ou pela sociedade. Sendo assim o uso das línguas é definido em diferentes domínios da sociedade. Como o domínio prevê as situações lingüísticas, através dele pode-se averiguar o posicionamento do bilingüismo, isto é, se tende a estabilidade ou a instabilidade. Quando o bilingüismo é estável tende à manutenção lingüística, enquanto que, a instabilidade tende à substituição da língua. Nessa perspectiva, o estudo como da diglossia pode ser um aliado importante para a sobrevivência do próprio bilingüismo.

Fishman aponta que o bilingüismo e a diglossia são duas vertentes distintas que podem coexistir ou não numa comunidade lingüística. A diferença entre elas é que a diglossia é determinada por normas aceitas pela sociedade, portanto tem como base uma comunidade lingüística. Já no caso do bilingüismo, trata-se de um comportamento individual em relação às línguas que teriam 'status' equivalentes.

O quadro abaixo é a reprodução da representação feita por Fishman²⁹ de quatro modelos de diglossia.

Tabela 4 - **DIGLOSSIA**

1	DIGLOSSIA E BILINGÜISMO	2	BILINGÜISMO Sem DIGLOSSIA
3	DIGLOSSIA Sem BILINGÜISMO	4	Sem DIGLOSSIA E Sem BILINGÜISMO

Fonte: Fishman, 1971.

O quadro proposto (tabela 4) por Fishman mostra quatro situações, ou sejam: 1- a existência de diglossia e de bilingüismo em equilíbrio de forças, sem tensão; 2- a existência de bilingüismo sem diglossia, tende no futuro a ser substituído; 3- diglossia sem bilingüismo, não existe uma interação intergrupai; e 4- sem diglossia e sem bilingüismo. É difícil, nesse milênio, encontrar uma sociedade com essas características.

A primeira situação apontada por Fishman no quadro acima apresenta um bilingüismo estável. Nesse caso, o bilingüismo e a diglossia estão numa relação de equilíbrio em que as línguas e as culturas coexistem harmoniosamente. Para Fishman, a

²⁹ Fishman, 1971:288.

sociedade que se aproxima desse esquema é o Paraguai, porque as duas línguas, tanto guarani quanto espanhol, coexistem num mesmo espaço lingüístico e elas se completam mutuamente, cada qual com a sua função determinada pela sociedade.

O advento da globalização reforça e favorece o repertório lingüístico cada vez mais complexo e massificante, perfil esse nada mais do que o reflexo de uma sociedade contemporânea. Portanto, é difícil encontrar ou manter uma sociedade que apresente situação (1), isto é, a coexistência da diglossia e do bilingüismo.

A segunda situação apresenta o bilingüismo sem diglossia que é a característica comum das comunidades transplantadas. Ao contrário da situação (1), o bilingüismo apresenta-se instável, devido à ausência da força articuladora da diglossia. Para Fishman, esse parâmetro está numa fase transacional por falta de normas e valores estabelecidos pela comunidade de fala. Assim, as variedades que não possuem funções complementares determinadas pelo consenso societal, tendem ao deslocamento para a variedade com maior domínio lingüístico. A situação lingüística transacional é caracterizada pela instabilidade e alia-se ao fator 'tempo' para provocar uma substituição lingüística. A situação lingüística da comunidade em questão segue esse paradigma.

A terceira situação refere-se a uma sociedade dividida em dois polos distintos e distantes: a elite e a massa popular. Esse distanciamento ocorre em vários setores, seja no campo político, religioso ou lingüístico. O exemplo citado por Fishman é a aristocracia russa antes da Primeira Guerra Mundial, em que os dois polos sociais, por serem fechados, não se interagem. Assim, cada segmento social tinha o seu repertório lingüístico distinto e exclusivo. Para as comunicações intergrupais, requisitavam-se intérpretes.

Por fim a situação que está muito mais no campo da hipótese do que numa situação real, ou seja, dificilmente encontraríamos uma sociedade que apresente uma situação lingüística como na situação (4), sem bilingüismo e sem diglossia.

Para Fishman, a diglossia é um arranjo consensual da sociedade e por ela ter a função legitimada, favorece e assegura a sobrevivência das línguas ou das variantes. Quando o uso das línguas ou das variantes está pautado na diglossia, elas podem perdurar de uma geração a outra (Fishman)³⁰.

³⁰ Fishman, 1985: 39.

Fishman descreveu uma situação lingüística em que o bilingüismo se estabeleceu de uma geração a outra. O exemplo citado é o caso da comunidade francófona no Canadá. Essa comunidade manteve a língua pela instauração da diglossia através de regra consensual do uso das línguas, isto é, as línguas (inglês e francês) têm funções distintas e quem a estabelece é a comunidade de fala. Foi observado, nos estudos, que os falantes bilingües determinavam o uso de uma ou de outra língua de acordo com os domínios, entre outros como escola, trabalho, domiciliar e religião. O uso de uma ou outra língua é pré-estabelecido pela comunidade lingüística. Fishman cita alguns casos, como as comunidades de imigrantes nos Estados Unidos, cujo bilingüismo se desenvolveu e se instalou. A influência da sociedade hospedeira é inquestionável para o deslocamento lingüístico, principalmente, naquelas situações em que a situação diglósica é instável. Nesse caso, a ação da sociedade majoritária torna-se decisiva e influencia na escolha da língua.

Quando não encontra a força articuladora da diglossia, a língua da sociedade majoritária começa a penetrar nos domínios que antes eram reservados para a língua de uma comunidade minoritária. Lentamente, ela vai absorvendo e ocupando o espaço lingüístico, que em última instância leva a uma substituição lingüística, isto é, desloca-se a língua minoritária e ocupa-se a língua majoritária. Para que isso não ocorra, a diglossia deve ser articulada nos diferentes domínios sociais, com a intenção de ocupar o seu espaço para assegurar a sobrevivência da língua minoritária. Fishman argumenta, ainda, que essas condições determinam a estabilidade ou a instabilidade do bilingüismo. Pelo exposto, pode-se afirmar que a diglossia é uma forte aliada para a manutenção lingüística.

À medida que a comunidade transplantada vai interagindo com a sociedade local, novos padrões culturais e lingüísticos são assimilados e, paulatinamente, eles vão sendo incorporados na comunidade e nos lares, modificando os hábitos culturais e lingüísticos originais. As relações e casamentos interétnicos colaboram também para a substituição lingüística e, essas situações vulneráveis criam um ambiente desfavorável para a manutenção lingüística.

Para que se promova um bilingüismo num contexto bi(multi)lingüe, é necessário resgatar os paradigmas como o modelo diglósico de Fishman, que busca na sua análise o fenômeno diglósico como um mecanismo necessário para a proteção do próprio bilingüismo. Como são comportamentos verbais regidos pelas regras

consensuais definidas e aceitas pelos membros da comunidade de fala, acabam mantendo o seu 'status quo' e promove o uso das línguas.

2.2.3 Diglossia de Conflito

A diglossia de conflito é um paradigma que atende às mudanças sociolingüísticas em estado de 'desenvolvimento', tornando-se uma fonte de valor ímpar para averiguar o deslocamento e ou a substituição lingüística de grupos sociais em um contexto de mudanças políticas, ideológicas e sócio-econômicas.

Na sociedade moderna, existe a crença em adotar-se um único código lingüístico com intuito de abranger na sua plenitude o campo comunicativo. À primeira vista, poderia ser uma solução para o mundo dito 'moderno'. Entretanto, quando se trata de código lingüístico, a 'solução' torna-se um 'problema', principalmente quando nos referimos a identidade lingüística sob prisma de identidade étnica. Nesses termos, o código lingüístico é um elemento que caracteriza e auto-identifica uma determinada comunidade étnica e/ou lingüística.

A presença da segunda língua em vários países do mundo demonstra a existência de um processo de assimilação cultural e lingüístico de uma comunidade por outra. A assimilação, muitas vezes, ocorre trazendo seqüelas no falante e cria-se uma tensão devido à imposição da língua do 'outro' em contraste com a resistência da língua do 'eu'. Sociolingüistas como Hamel e Sierra³¹ averiguaram esse impasse lingüístico quando foram pesquisar os catalões, os occitanos e os caribenhos. Hamel e Sierra questionam alguns pressupostos dos seus antecessores que aplicam os conceitos de modelo diglósico fundamentados numa visão harmônica e consensual. Esse estudo que investigou a situação social das línguas revelou o grau de desigualdade e de dependência entre as comunidades lingüísticas. Com intuito de atender esse novo fenômeno, foi necessário interpolar um novo paradigma que abordasse a minoria lingüística e resgatasse as questões em aberto, como a estratificação ideológica das línguas, bem como questões que envolvem uma competição entre línguas, disputando o mesmo espaço físico. Para essa situação conflitiva criada entre as línguas, Hamel e Sierra denomina de conflito diglósico.

³¹ Hamel e Sierra, 1983.

Essa situação lingüística propicia a manipulação do Estado embutido de poder, e impõe a sua política lingüística e cultural, que em última instância, leva à negação de qualquer direito de uma comunidade minoritária.

O paradigma que aborda a diglossia com conflito, busca na sua análise a relação de subordinação que geralmente é sustentada pela ideologia lingüística dominante. São esses elementos que vão se somando para consagrar o conflito lingüístico até resultar numa 'alienação lingüística' (Hamel e Sierra)³². O estudo averiguou que, a luta catalã contra franquismo se estendeu até resultar na proibição e repressão de quaisquer aspirações da língua dominada. Essa situação concebe as línguas num processo de competição entre uma língua dominante e uma língua dominada. Ao analisar o fenômeno como a de dominação/dominado exigiria um novo enfoque, que levasse em consideração os fatores políticos, econômicos, culturais, sociais e psicológicos subjacentes. A essência deste estudo não é discutir essas questões, mas é necessário refletir sobre essas questões que são pertinentes para nossa análise.

Pelo modelo teórico desenvolvido pelos clássicos da diglossia, o objeto é investigado com uma visão romântica, em que a diglossia apresenta-se estável, harmoniosa e equilibrada. A comunidade lingüística estudada por nós, entretanto, revela outra realidade, na qual, os pressupostos desenvolvidos pelos clássicos não refletem a complexidade que existem quando se trata de relações assimétricas e desiguais entre as línguas.

2.3 Considerações Sobre Língua e Identidade

Nas últimas décadas, as pesquisas na área dos estudos da linguagem têm focalizado aspectos sociais e históricos, dando-se a devida atenção ao uso da língua e aos fenômenos que surgem nessa interação. Por se tratar de um comportamento verbal, começam a emergir questões como a relação entre a língua e identidade nas análises do objeto investigado. Simplesmente, pelo fato do 'direito' de um homem poder se manifestar acerca do seu mundo com base nas percepções adquiridas em seu contexto social e lingüístico. Muitas vezes, essas percepções só têm sentido, quando são expressas na sua língua. O ato da fala não é apenas uma articulação das cordas vocais, mas cada corda vocal do falante tem a intenção de revelar o 'eu' e o 'meu mundo'.

³² Hamel e Sierra. 1983.

A variante em questão por ter desenvolvido num contexto peculiar da comunidade nipo-brasileira, faz emergir questões como de identidade lingüística vinculada à identidade étnica.

Nos estudos lingüísticos que tratam da manutenção lingüística ou do deslocamento, investigam as manifestações surgidas na relação entre língua e identidade étnica e que podem colaborar para efetivar ou não o deslocamento lingüístico. O aspecto psicológico tem a sua parcela de contribuição, se a atitude do falante for favorável a essa variedade da língua, mesmo que essa variedade seja de não prestígio, o componente positivo favorece a manutenção lingüística. Nessa situação, a língua desempenha uma função de ‘colaborador’ e fortalece a construção da identidade etnolingüística de uma comunidade ou de um grupo.

O estudo da linguagem, nos últimos tempos, focaliza o uso da língua em seu ‘habitat’ e analisa os fenômenos que surgem em decorrência das relações entre língua, homem e a sociedade. Sabe-se que a língua é um meio pelo qual o homem constrói e reconstrói a sua realidade social e, que através dela estabelece os laços de etnicidade. Por conseguinte, a língua representa um instrumento de identificação tanto das comunidades lingüísticas quanto da sua etnicidade.

Gumperz³³ argumenta que uma das condições favoráveis para a estabilidade ou manutenção é vincular a língua à identidade social e etnicidade. Insere, ainda, na sua análise, aspectos como de pertencimento e de orgulho em relação à sua comunidade de fala. Esse estudo da sociolingüística interacional que focaliza a interação humana no seu dia-a-dia, tenta averiguar o que representa a comunicação verbal e não verbal em termos de poder, controle social e de identidade social. Sendo que ‘identificar-se’ desempenha um papel importante numa interação verbal.

Gumperz³⁴ observou que em uma interação intergrupar, as dificuldades surgidas não residem na adequação simplesmente lingüística e nem o contato assíduo entre os grupos não é uma condição *sine qua non* para superar as dificuldades. Existem outros fenômenos que agem e colaboram para a ineficácia dessa comunicação. As condições sócio-históricas também interferem numa interação verbal entre os grupos étnicos.

³³ Gumperz, 1982: 5.

³⁴ Gumperz, 1982.

O estudo de Worfran³⁵ que investiga o falar Black dos Estados Unidos comprovou que, o fenômeno da etnicidade não tem uma significância para um grupo de maioria em uma cultura abrangente. Em contraste, a manutenção da sua integridade é fundamental para a minoria étnica. As pesquisas etnolingüísticas como as do Black English comprovaram que a língua e a identidade étnica mantêm-se pelo laço do pertencimento e de inclusão, e essa conduta favorece a preservação da identidade Black bem como da identidade lingüística.

Romaine³⁶ observa que em uma sociedade multilíngüe, o que determina um falante a usar uma determinada língua ou uma variedade é a identificação que ela tem com o seu grupo ou com o seu interlocutor. Sendo assim, quando um falante nipo-brasileiro utiliza a **variante colônia** com os membros da comunidade a que pertence, em parte, está expressando atos de identificação. Ao situar esses estudos, notamos que a **variante colônia** é um traço distintivo da etnicidade e desempenha a função de estabelecer não só a identidade lingüística, mas também a sua identidade *nikkei*.

Ross³⁷ propõe nos estudos de identidade coletiva três modelos, posteriormente utilizados por Taylor e Giles³⁸ são: comunal, minoritária e nacional.

Comunal refere-se àquelas sociedades extremamente tradicionais que conservam as suas tradições culturais e lingüísticas, devido ao pouco contato com o mundo externo e geralmente mantêm-se no mesmo território. A função da língua é exclusiva e distinta e, muitas vezes, o intercâmbio com outros grupos étnicos é realizado por um intermediador. No Brasil, a comunidade que se aproxima desta característica seria a dos grupos autóctones estudada por Cunha. Esse grupo se mantém em território distinto e as variedades indígenas convivem cada qual com função exclusiva e distinta.

O segundo modelo trata-se de grupo minoritário que, por falta de poder de decisão e por não ser legitimada, torna-se vulnerável, dominado e excluído. O grupo com essa característica apresenta uma percepção negativa da comunidade a que pertence. Sendo a percepção desfavorável em relação ao seu grupo, pode, inclusive estender a percepção negativa à sua comunidade lingüística. Essa situação não favorece a manutenção da minoria lingüística, mas favorece a substituição da língua minoritária. Observamos que essa situação ocorre com a comunidade transplantada, devido ao uso

³⁵ Worfran, sem data.

³⁶ Romaine, 1989.

³⁷ Ross, 1979.

³⁸ Taylor e Giles, 1979.

restrito da língua de origem. O fato de estar em um contexto interétnico favorece o uso da língua majoritária e, em consequência, o deslocamento do bilingüismo.

O terceiro modelo refere-se ao grupo que se opõe ao segundo modelo, portanto é uma língua legitimada e adquire um certo 'status' no âmbito nacional e internacional. Por ser legítimo, pode-se manter o seu 'status quo', cuja característica tem uma percepção favorável em relação à língua ou em relação à identidade. Inserimos duas observações para esse modelo: a primeira corresponde o 'status' da língua local (português do Brasil), por ser a língua de uso comum, mantendo-se a sua posição e o segundo modelo trata-se da **variante padrão** que, por ser a língua internacional (trânsito internacional), detem o poder de barganha e pode manter o seu 'status quo'. No entanto para a história lingüística da **variante colônia**, essa posição legitimada da variante padrão serve de parâmetro comparativo entre a língua legítima *versus* língua ilegítima, cujo resultado não favorece a sobrevivência da **variante colônia**.

2.4 Considerações Sobre as Correntes Teóricas de Língua

Utilizamos o quadro resumido por Cunha que se baseou na classificação catalogada por Stern³⁹ que visa sintetizar as funções que a língua desempenha nos seus falantes. Cunha compara a língua I e a língua II como mostra o gráfico abaixo que servirá de base para a presente pesquisa.

Tabela 5

LÍNGUA I	LÍNGUA II
Língua Materna	Língua Estrangeira – LE
Língua Nativa	Língua não – Nativa
Primeira Língua	Segunda Língua - L2
Língua mais Forte	Língua mais Fraca

Fonte: Cunha, 2002

A identificação da L1 e da L2 das comunidades indígenas do Brasil é mais clara e definida, uma vez que a língua materna é a língua que representa o seu código lingüístico e o código étnico (Cunha⁴⁰). Portanto nessas comunidades a primeira aquisição é o código lingüístico-étnico e depois a aquisição de outras línguas. Para a

³⁹ Stern, apud Jandyra, 2001.

⁴⁰ Cunha, 2000.

comunidade autóctone a L2 ou a L3 têm funções específicas, sendo uma das funções da L2 servir de comunicação intraétnico.

A língua portuguesa do Brasil além de ser a língua oficial e de livre acesso no território nacional, representa a língua de ascensão social para os grupos autóctones (Reis⁴¹).

No caso da comunidade nipo-brasileira, *a priori*, a divisão entre L1, L2 e LE, torna-se mais complexa já que a classificação depende de fatores, entre eles como idade, local de nascimento, tempo de permanência no Brasil e tempo de permanência em comunidade lingüística. Essas variáveis interferem no processo de aquisição de L1 ou de L2 para *isseis (jun-isseis)* e, para a maioria dos *nisseis*.

Cunha (2002) distingue a língua em termos: língua mais forte (de uso predominante e de maior afinidade) e língua mais fraca (de uso menos predominante). A linha divisória entre elas, muitas vezes, é indefinida. Cunha explica que a língua mais forte não precisa necessariamente ser a língua materna. Como o uso da língua portuguesa do Brasil é mais abrangente acaba favorecendo o papel de língua mais forte entre os *nikkeis*, mesmo sendo o português sua segunda língua.

A situação lingüística das comunidades transplantadas difere uma das outras e, em muitas delas, a definição muitas vezes não é distinta e clara. Um dos fatores que favorece essa situação é que as línguas da primeira e segunda línguas estão em posição de substituição para muitos dos membros dessas comunidades.

Halliday, Mckintosh e Stevens⁴² argumentam que a língua materna será aquela adquirida na infância, antes da idade escolar. No nosso caso, na maioria das vezes, os *nisseis* e os *isseis* têm a língua japonesa como língua materna e a língua portuguesa como L2.

Em termos de perfil dos falantes *nikkeis*, encontramos aqueles que são monolíngües que usam só a língua materna (japonês ou português) e os bilíngües. Os monolíngües em japonês são aqueles imigrantes que vieram para o Brasil na fase adulta e permaneceram em comunidades ou atividades 'isoladas'. Essa situação, muitas vezes, favorece o uso da língua intragrupal e não favorece o desenvolvimento do bilingüismo. No nosso estudo, verificamos através do depoimento que, mesmo morando há décadas no Brasil a mãe de uma das *nikkeis* de pesquisa é monolíngüe em japonês. Do mesmo modo encontramos na comunidade nipo-brasiliense aqueles que são monolíngües em

⁴¹ Reis, 1990.

⁴² Halliday, Mckintosh e Stevens, 1974.

português que geralmente, são *nisseis* (nova geração) e os *sanseis* e gerações subseqüentes. No caso dos bilíngües *nikkeis*, são falantes que utilizam em graus variados a L1 ou L2 e, outros que são ambilíngües (que têm o domínio de duas línguas) e as utilizam para todos os fins.

Em relação aos falantes ambilíngües os teóricos Halliday, Mckintosh e Strevens⁴³ consideram que:

“os verdadeiros falantes ambilíngües são raros”. Mesmo os indivíduos que aprenderam duas línguas desde que nasceram raramente realizam todas as atividades lingüísticas em ambas, havendo na maioria das vezes um certo grau de especialização”

Como não existe linha divisória ou fronteira lingüística em uma comunidade transplantada, a língua materna adquirida na infância torna-se vulnerável e com o tempo acaba sendo substituída pela L2.

Quando se trata de manutenção da língua, temos que levar em consideração aspectos como domínio, função, ‘status’ e atitude.

Para Romaine⁴⁴, um fator de suma importância, no que se refere à manutenção lingüística, é o número de falantes que a utilizam. Acreditamos também, que a manutenção da língua seria garantida se os números de falantes dessa língua duplicassem ou até triplicassem, isto é, a língua fosse passada de uma geração a outra como efeito dominó. Mas a realidade tem revelado que, em algum momento, o efeito dominó é interrompido e posiciona-se para uma substituição lingüística.

Com base nessas reflexões, percebemos a importância da rede social ou, da rede bilíngüe (diglósico) nas comunidades lingüísticas para averiguar em que situação lingüística é usada uma determinada língua. Para Labov⁴⁵ seria:

*“... Os falantes variam sua fala de acordo com a situação social, na qual eles se encontram”.*⁴⁶

⁴³ Halliday, Mckintosh e Strevens, 1974: 101.

⁴⁴ Romaine, 1989

⁴⁵ Labov, 1980: 9. (“...speakers vary their speech in accordance with the social situation in which they find themselves”.)

⁴⁶ (n.t)

2.5 Aquisição de Língua

Nas sessões anteriores discorremos sobre a importância e a complexidade do bilingüismo. Algumas considerações também foram feitas acerca da relação entre língua e identidade, temas bastante explorados nas pesquisas da Linguística Aplicada, nos últimos anos.

No contexto em que o bilingüismo é a referência, tornam-se necessárias as investigações não só a respeito do papel da L1, como também da L2 na aquisição de língua.

Na comunidade bilíngüe em questão é inquestionável a importância da aquisição de L2 (portuguesa), porque ela representa a língua de maior poder de comunicação. No entanto focalizaremos, nesse trabalho, o papel das variantes, isto é, da **L1c (variante colônia)** e da **L1p (variante padrão)** em termos de aquisição de língua como foi proposto no Capítulo I (na sessão de objetivos e perguntas de pesquisa).

Os membros do grupo minoritário aprendem a língua do grupo ‘dominante’, por imposição. Essa situação, segundo Lambert e Gardner,⁴⁷ provoca no falante um *stress* social, psicológico e cultural que interfere na aquisição da L2. Por outro lado, o que contribui para a eficácia da aquisição é a atitude do aprendiz que, se for favorável à língua bem como à comunidade linguística acaba refletindo de forma positiva e propicia um ambiente sadio no processo de aquisição.

Klein⁴⁸ define a aquisição em três parâmetros:

*“Assim nós temos três tipos básicos de aquisição de linguagem. A aquisição de primeira língua (FLA), a aquisição de segunda língua (SLA) e a re-aquisição (RA).”*⁴⁹

No que se refere à re-aquisição, existem poucos estudos que tratam desse assunto. A re-aquisição, segundo Klein, procura trabalhar aqueles casos em que há perda da língua. Essa perda linguística ocorre em duas situações: (1) nos casos de afasia, provocada por lesão cerebral e (2) no caso de falta de contato com a língua, por quaisquer motivos, pode provocar pela falta de uso, a *hibernação*⁵⁰ da língua. Ao

⁴⁷Lambert e Gardner, apud Romaine, 1989.

⁴⁸Klein, 1986: 3. (“Thus we have three basic kinds of language acquisitions: First language acquisition (FLA), second language acquisition (SLA), re-acquisition (RA)”.

⁴⁹(n.t)

⁵⁰hibernação: (nosso grifo) Usamos esse termo que traz a idéia de algo adormecido e não esquecido. Acreditamos que uma vez adquirido a língua, ela fica armazenada e preparada para ‘um dia’ ser acionada. Por esse motivo escolhemos o termo hibernar.

investigar os falantes bilingües *nikkeis*, a proposta de re-aquisição à luz da segunda acepção, torna-se interessante para o estudo.

A abordagem epistemológica de Krashen refere-se à aquisição como um processo de apreender (*pick up*) num contexto natural e informal, portanto adquire-se a língua de forma inconsciente e natural, enquanto que a aprendizagem é aquela situação em que se apreende a língua em um contexto de ensino, em um processo consciente e formal. Nessas condições, a aprendizagem passa por um crivo da consciência, e ela por sua vez controla e monitora as regras apreendidas. Em contraste, a aquisição, percorre o caminho natural da 'maturação' e ocorre em situações naturais, ficando exposta a um processo inconsciente de constante amadurecimento. Como a aquisição pressupõe regras inerentes ao processo, não há interferência das mesmas numa interação verbal. Nessa situação o ato comunicativo é relevante e mantém o seu *status quo*.

Long e Freeman⁵¹ distinguem a aprendizagem e a aquisição como um processo contínuo, isto é, para se adquirir uma segunda língua, passa-se pelo processo de aprendizagem.

Klein⁵² traz a seguinte classificação em termos de aquisição, sendo oportuno utilizá-la na análise da comunidade em questão.

Tabela 6 Aquisição de Língua

Idade	Língua A	Língua B	Definição
1 - 3 anos	+	-	Monolíngüe
1 - 3 anos	+	+	Bilíngüe
3 - 4 anos Até puberdade	+	+	Segunda Língua
Após puberdade	+	+	Segunda Língua

Fonte: Klein, Wolfgang. *Second language acquisition*, Cambridge, 1986, p.15.

Klein⁵³ propõe a idade como fator preponderante na definição da aquisição de línguas para verificar se é uma L1 ou L2. Sendo assim, Klein utiliza:

*"... nós usaremos o termo "aquisição da segunda língua" quando a aquisição de L2 começa aos 3 ou 4 anos de idade (no estágio em que a aquisição de primeira língua ainda está em progresso)."*⁵⁴

⁵¹ Long, Freeman, 1991.

⁵² Klein, 1986.

⁵³Klein, 1986:15. ("... common usage, we will use the term "second language acquisition" if acquisition starts at or after of 3 or 4 (i.e. at a point when first language acquisition is in fact still in progress).")

⁵⁴ (n.l).

Com base nessa situação lingüística, podemos recorrer aos pressupostos teóricos de aquisição de L2, atendo-nos aos seguintes parâmetros: o primeiro refere-se às crianças expostas a situações em que não se aprende outra língua antes de terem adquirido certo grau de domínio da língua materna. O segundo parâmetro pressupõe o aprendizado simultâneo de duas línguas e as crianças adquirirão as duas línguas como sendo L1, portanto serão bilíngües.

Muitos estudos na área de neurofisiologia confirmam que o fator idade é importante para a aquisição de segunda língua. Sendo assim, quanto menor a idade (antes da idade escolar) melhor em termos de aquisição de segunda língua.

Inferimos que a engrenagem do processo de aprendizagem de uma língua, por uma criança, ocorre sem muito obstáculo, pela própria característica fisiológica da criança e também por estar desprovida de qualquer mito ou preconceito, essa situação contribui e efetiva a comunicação verbal, de forma ágil e simples. Já no caso de adulto, diferentemente das crianças, além das características fisiológicas já está provido de valores e de conceitos arraigados.

Há fatores, entre outros como psicológico, sociológico, etnolingüístico e político que interferem no processo de aquisição de uma língua, o que muitas vezes os estudos puramente lingüísticos não conseguem detectar. Com base nessas reflexões focalizaremos a problemática do ensino de língua japonesa para o *nikkei*.

2.5.1 Correntes Teóricas

Para atender as dificuldades encontradas no processo de aprendizagem, os estudiosos da área desenvolveram estudos como da Análise Contrastiva (Lado)⁵⁵ e, posteriormente, como da Análise de Erros da escola gerativista (Selinker)⁵⁶. A Análise Contrastiva a princípio tinha cunho pedagógico e buscava através do método contrastivo entre a L1 *versus* L2 ou a língua-alvo (LA) facilitar a aprendizagem. Nos estudos lingüísticos surgem novas abordagens em virtude das dificuldades encontradas no processo de aquisição de LA.

Quando se trata de aquisição de L2, devemos levar em consideração vários aspectos entre eles, os psicológicos, os culturais e os sociais. Para atender ao novo paradigma surgem estudos de cunho multidisciplinar ou interdisciplinar. Ressaltamos os

⁵⁵ Lado, 1957.

⁵⁶ Selinker, 1972.

seguintes estudos teóricos que servirão de apoio a nossa pesquisa: a interlíngua, o modelo monitor, o modelo de aculturação (segundo paradigma de aquisição de L2) e o de acomodação.

2.5.1.1 Análise Contrastiva

A análise Contrastiva tem base comportamentalista e foi adotada pela escola estruturalista. O paradigma refere-se àquelas metodologias usadas em escolas de línguas em que a aquisição se efetua por meio de hábitos e reforços.

Lado⁵⁷ aponta no parágrafo abaixo, a importância da hipótese de Análise Contrastiva para a aquisição de L2.

*“O professor que utiliza o processo contrastivo da língua estrangeira versus língua materna do aluno, saberá melhor quais são os verdadeiros problemas e pode fornecer soluções para ensiná-lo adequadamente”.*⁵⁸

Um dos pioneiros a adotar a Análise Contrastiva à luz da lingüística foi Bloomfield⁵⁹ enfatizando a importância da descrição científica da linguagem.

Essa corrente teórica baseia-se na tese de que, se as estruturas da L2 são similares às da L1 pode ocorrer uma transferência, e ela pode ser positiva na aquisição de L2. No entanto, o inverso pode gerar um erro e tornar-se uma interferência negativa.

Os teóricos contemporâneos desenvolveram outros paradigmas que exploraram aspectos subjacentes ao ensino que a Análise Contrastiva não detectou, e em consequência disso, aos poucos essa teoria foi sendo superada. No entanto, no ensino de língua japonesa esse método pode ser muito útil, principalmente, nos estudos fonéticos como foi investigado pela Joko⁶⁰. Com base nos estudos de Joko, podemos identificar os sons similares da L1 e da L2 e elaborar um corpus destes sons e trabalhar de forma mais intensa aqueles sons que não fazem parte do repertório fonológico da L1. A identificação prévia dos sons poderia evitar a transferência negativa na L2.

Uma das correntes teóricas que aborda e investiga os aspectos psicológicos subjacentes na aquisição de L2 é a interlíngua.

⁵⁷ Lado, 1964 apud Ellis: 23 (“*The teacher who has made a comparison of the foreign language with the native language of the students will know better what the real problems are and can provide for teaching them.* ”)

⁵⁸ (n.t)

⁵⁹ Bloomfield, 1966.

⁶⁰ Joko, 1986.

2.5.1.2 Interlíngua

No estudo da aprendizagem de línguas, a teoria de interlíngua é desenvolvida junto com outros fenômenos como o de transferência, de pidginização e de fossilização.

A hipótese da interlíngua apresenta características similares ao da pidginização, mas para alguns teóricos esses dois fenômenos são vistos como sinônimos, visto que ambos tratam de duas línguas em contato, e nesse contato o aluno busca apoio na L1 para construir a L2.

O termo interlíngua foi mencionado por Selinker⁶¹ referindo-se às construções intermediárias feitas pelo aluno visando atingir a LA. Nessas condições a interlíngua é gerada em uma fase de transição criada no processo de aquisição. Normalmente, a situação pidginizante é transitória, cuja principal característica é apresentar estruturas da L1 na L2 ou L2 na L1, conforme o caso. Mas essa situação pidginizante pode vir a ser fossilizada.

A fossilização mencionada refere-se aos erros e desvios no uso da língua estrangeira. Como esses desvios estão internalizados, são difíceis de serem eliminados. Tal fenômeno ocorre de forma acentuada nas comunidades transplantadas, como pode ser visto na comunidade nipo-brasileira, que assimilaram a língua japonesa na infância e por falta de contato com os nativos da língua alvo, gradativamente vai-se desviando da fonte original e entra no processo de fossilização. Devido a esse desvio criou-se o que nós chamamos de **variante colônia**.

O fenômeno de interlíngua ocorre tanto na comunidade nipo-brasileira, quanto na comunidade dos *Dekassegui*⁶² no Japão. Mencionamos o termo *Dekassegui* como um fenômeno migratório das últimas décadas que migrou vários *nikkeis* a trabalho para a terra de origem dos seus antepassados, sem qualquer conotação negativa que o termo possa significar.

Os *nikkeis* que vivem no Japão também criaram um novo código de comunicação, que serve de língua intermediária. Nesse caso, os *nikkeis* inserem os elementos da L1 (português) na L2 (língua japonesa).

⁶¹ Selinker, 1971 apud Spolsky.

⁶² Dekassegui: termo usado para os trabalhadores *nikkeis* ou *hi-nikkeis* que imigram para o Japão para fins econômicos e com intuito de voltar para a sua pátria de origem.

Os teóricos argumentam que a hipótese da interlíngua é importante no ensino devido às diversas estratégias que o aluno cria para se fazer entender. O aluno tende a utilizar as regras da L1 para a produção de língua alvo e, geralmente recorre às estruturas simplificadas (McLaughlin⁶³). Como é uma estratégia criada por aprendiz, supõe-se que ele tenha o controle desse processo. É um recurso que se alia ao processo de aprendizagem, caso não fossilize.

Quanto ao ensino de língua japonesa, notamos que existe também a interferência lingüística em termos fonológicos, semânticos e morfo-sintáticos da L1. No nosso caso, a L1 pode ser entendida em duas vertentes: alunos que têm a L1 (língua portuguesa) e alunos que tem L1 (**variante colônia**). Observamos que uma das estratégias utilizadas pelos alunos é o empréstimo lingüístico, esse fenômeno conhecido no Japão como *Gairai-go*⁶⁴, um recurso muito utilizado na língua japonesa.

A interlíngua pode operar também nos paradigmas da sociolingüística, quando ela aborda as questões como de relação entre língua e a comunidade de fala. Por ser a língua de um determinado grupo social, ou de uma determinada comunidade de fala, é impossível ignorar as manifestações culturais inerentes ao processo. Sendo assim, deve-se levar em consideração o *background* sociocultural dos indivíduos, (Savedra⁶⁵).

2.5.1.3 Modelo Monitor

A construção teórica de Krashen⁶⁶ baseia-se em cinco hipóteses: da aquisição e da aprendizagem; do monitor; de ordem natural; de input; e de filtro afetivo.

A aprendizagem segundo Krashen, tem cunho formal e instrucional e refere-se, portanto, àquelas situações em que se estudam as formas da língua. A característica funcional da aprendizagem dependerá de esforço intelectual, bem como de capacidade de memorização. Essa concepção baseia-se na abordagem tradicional que enfatiza o entendimento e o conhecimento da língua. No caso da aquisição, as estruturas implícitas são assimiladas de forma natural e inconsciente aproveitando situações reais de convívio, e promovendo maior interação comunicativa. Krashen afirma ainda, que as

⁶³ McLaughlin, 1987.

⁶⁴ Gairaigo- Termo utilizado para vocábulos estrangeiros utilizados na língua japonesa. Com a modernidade a língua sofre essa mudança. Usar o Gairaigo significa ser “moderno, contemporâneo e atualizado”.

⁶⁵ Savedra, 1994.

⁶⁶ Krashen, 1983.

estruturas da língua, como no caso da fonética e de vocábulo vão-se incorporando gradativamente e, esse processo contribui para a adaptação natural da LA.

Krashen argumenta que a aquisição de L2 é semelhante à da L1 e, portanto, percorre os mesmos passos da assimilação, quando a criança começa a adquirir a língua através da mãe, babás ou parentes. O paradigma da aquisição defende a praticidade e a funcionalidade e, não o conhecimento sobre a língua.

Krashen⁶⁷ aponta que existem dois parâmetros para a aquisição de L2:

“O primeiro modo é através da aquisição de linguagem, isto é, usa-se a linguagem para comunicação verbal real. A aquisição é uma forma natural de desenvolver a linguagem e é um processo subconsciente... No caso de aprendizagem trata-se de um processo em que a atuação recai sobre “o conhecimento da língua” ou do “conhecimento formal”. Assim, enquanto aquisição age no subconsciente, aprendizagem refere-se ao conhecimento “explícito” das regras e, por saber as regras é capaz de falar sobre elas.”⁶⁸

Krashen estabelece essa distinção, sustentando a hipótese de que a função da aprendizagem é a de monitoramento da fala e, o seu funcionamento depende da personalidade do aprendiz, que pode ou não se beneficiar deste monitoramento. À medida que aumenta o grau de dificuldade da língua, pode-se desenvolver um bloqueio, devido ao acionamento deste mecanismo que monitora a probabilidade de erro e faz com que o aprendiz perca a espontaneidade do processo comunicativo. A aquisição percorre o caminho trilhado pela aquisição de L1 pela criança. A criança, ao aprender a L1, está desprovida do monitoramento que contribui para o processo de aquisição.

A aprendizagem preocupa-se com a forma da língua, mas sabe-se que as estruturas gramaticais são complexas e abstratas, muitas vezes, a assimilação desse conhecimento não garante que o aprendiz venha a se comunicar de forma eficaz. Perante a dificuldade encontrada, Krashen sustenta a hipótese de que o processo deve ocorrer de forma inversa, ou seja, as formas e as regras são importantes quando o aprendiz já desenvolveu a capacidade da fala. Em síntese, ele propõe que a aquisição deve acontecer antes da aprendizagem.

⁶⁷Krashen, 1983: 26-27.

(“The first way is via language acquisition, that is, by using language for real communication. Language acquisition is the ‘natural’ way to develop linguistic ability, and is a subconscious process. Language learning is ‘Knowing about’ language, or ‘formal knowledge’ of a language. While acquisition is subconscious, learning is conscious. Learning refers to ‘explicit’ knowledge of rules, being aware of them and being able to talk about them.”)

⁶⁸ (n.t)

Assim, a aquisição é mais eficaz do que a aprendizagem, porque envolve um ensino que forneça situações reais que sejam do interesse do aprendiz. O aluno, na aquisição, vai desenvolver a habilidade comunicativa da língua.

A hipótese do modelo monitor refere-se àquelas situações em que a aprendizagem da língua opera, principalmente nas instituições formais, como um inspetor. E a sua função é o controle e monitoramento das formas e das regras a serem aplicadas.

No processo ensino-aprendizagem, o efeito desse monitor pode influenciar de forma negativa ou o monitor pode simplesmente não ser acionado. Por exemplo, com as pessoas introvertidas, perfeccionistas e com baixo índice de autoconfiança, o monitor pode ser acionado e trazer conseqüências não favoráveis à aquisição da língua, devido ao uso excessivo desse monitoramento, o qual deixa de ser espontâneo o ato comunicativo. Já em relação às pessoas extrovertidas que falam sem se preocupar com os erros que cometem, simplesmente o monitor não será acionado.

Para o acionamento desse monitor são necessárias três condições simultâneas: o tempo, o foco na forma e o conhecimento da regra.

A primeira condição implica em uma disponibilidade de tempo suficiente para o aluno aplicar as regras da L2. No entanto, o excesso de zelo em relação ao uso das regras faz com que a comunicação não se efetive.

O caso de foco em formas, o aprendiz fica mais atento na forma do que na própria mensagem e, como a sua preocupação está centrada em 'como' está dizendo, e não 'no que' está dizendo, dificulta a efetivação da comunicação. Como se trata de regra, essa situação pressupõe uma condição prévia em que o aprendiz tenha conhecimento das regras a serem aplicadas.

Diferentemente do que vimos na hipótese anterior, a hipótese de 'ordem natural' defende a tese de que a aquisição de uma língua deve ocorrer de forma natural como um processo da aquisição de L1, sem formas e sem regras gramaticais. Essa hipótese focaliza a aquisição da língua igual a uma situação em que a comunicação é efetuada de mãe para filho. Por conseguinte, o ato comunicativo flui de forma natural e inconsciente. Como segue o fluxo natural, existe etapa de desenvolvimento na aquisição de L2. Portanto, nessa situação, o monitor não tem espaço para atuar. Se essa hipótese é semelhante ao hipótese da aquisição de L1, o aprendiz vai passar por um desenvolvimento esperado, isto é, os erros vão surgir e serão superados gradativamente. Assim, ele vai conquistando os estágios, como uma criança que assimila L1, na sua

vivência lingüística. O processo de maturação percorre o caminho natural das estruturas simples para as mais complexas.

A hipótese de ordem natural para Krashen⁶⁹ propõe que:

“Nós adquirimos as regras de linguagem numa ordem esperada, algumas regras com tendência de vir antes e outras depois. A ordem não parece ser determinada apenas por simplicidade formal e há evidência de que é independente da ordem, na qual as regras são ensinadas em aulas de línguas.”⁷⁰

Daí a hipótese de ‘filtro afetivo’ desempenha um papel de grande importância no processo de aquisição de L2, porque propicia condições favoráveis ou não para a aquisição. A condição será desfavorável se o filtro afetivo estiver alto ou rígido, podendo bloquear o processo de aquisição e, conseqüentemente, o inverso significa boas condições para a eficiência da aquisição.

Os fatores psicológicos entram em cena no filtro afetivo e colocam em pauta as questões como de afetividade, de atitude, de motivação e de necessidade que interagem no processo de aquisição. Essa hipótese dá ênfase aos aspectos emocionais que atuam na aquisição. Se a atitude do aprendiz for ótima em relação à L2, ele tenderá a manifestar maior interesse pela língua a ser adquirida, o que favorece tanto a retenção quanto à compreensão das mensagens. Nesse caso, o aprendiz tende a estar mais aberto para a entrada de insumos e pelo simples fato de ser favorável à L2, consegue manter o filtro afetivo na posição baixa (Krashen)⁷¹.

2.5.1.4 Teoria de Aculturação

O modelo de aculturação, introduzido por Brown⁷² na década de 80, procura averiguar o aspecto cultural inerente ao processo de aprendizagem de língua. Já que a língua é um dos instrumentos de manifestação cultural, ao estudar a aquisição da língua-alvo, há que se vincular ao estudo, os aspectos culturais também da cultura-alvo (CA).

⁶⁹ Krashen, 1983 apud McLaughlin:30. (“... we acquire the rules of language in a predictable order, some rules tending to come early and others late. The order does not appear to be determined solely by formal simplicity and there is evidence that it is independent of the order in which rules are taught in language classes”.

⁷⁰ (n.t)

⁷¹ Krashen, 1983 apud McLaughlin.

⁷² Brown, 1973.

O impacto em relação à CA pode provocar uma situação de choque lingüístico e criar um ambiente não favorável ao ensino de língua. Portanto, adaptar-se à nova cultura ou adquirir a nova cultura é uma condição ímpar para amenizar o choque cultural e conseqüentemente o choque lingüístico.

Esse pressuposto identifica e distingue quatros estágios a serem superados no processo de aquisição: o primeiro estágio é definido como um estado de euforia, porque no início de contato com a L2 o aprendiz encontra-se entusiasmado e eufórico com a novidade. O segundo momento é marcado pelo choque cultural, quando ele percebe algo que não é familiar que é um ‘estranho no ninho’. Como não se identifica, há certa hostilidade em relação à língua e à cultura-alvo, essa situação provoca um estado de ‘tensão’, devido ao confronto entre a cultura do ‘eu’ e a cultura do ‘outro’. O terceiro momento refere-se ao estágio de ‘*stress* cultural’ que evidencia o momento crítico do processo de aquisição. Passada essa fase, o aluno parte para o processo de assimilação e ou adaptação à nova cultura. A adaptação à nova cultura requer mudanças comportamentais que, por sua vez, envolvem atitudes favoráveis e conhecimento da CA. Segundo paradigma de Brown quanto maior a adaptação, melhor é o desempenho na fala.

Para Schumann,⁷³ a aquisição de uma língua e o processo de aculturação tem uma relação implícita, portanto para a aquisição da LA é necessário que se passe por processo de aculturação.

A proposta desse teórico envolve a existência de vários fatores que possam determinar esse distanciamento e que refletem negativamente ou positivamente na aquisição da L2. O teórico aponta as situações que podem ser favoráveis para a aquisição, entre elas: a) quando o grupo de L1 tem a situação de igualdade com os grupos de língua alvo. Em situações como a relação de dominado – dominante, subordinado – não subordinado e prestígio – desprestígio; b) quando a língua alvo e o grupo de L2 têm, ambos, o interesse em passar pelo processo de assimilação; c) quando os dois grupos têm atitudes favoráveis entre eles; e d) quando o grupo de L2 é menor e não tem característica de um grupo ‘fechado’ e ‘coeso’.

O processo de globalização no mundo moderno favorece um contexto bi(multilingüe), priorizando os aspectos culturais, sociais e psicológicos na aquisição de L2. Para favorecer a aquisição de L2 surgem novos paradigmas como o de acomodação

⁷³ Schumann, 1986.

(Schumann),⁷⁴ que enfatiza a importância desses aspectos no processo de aquisição. Nesse paradigma, discute-se a importância do grau de distanciamento entre os aspectos sociais e psicológicos que podem influenciar no processo de aquisição. A distância social refere-se à situação em que o aprendiz percebe certa distância em relação ao grupo social da LA, e a distância psicológica são àqueles de cunho individual.

A teoria de acomodação de Schumann e a de Giles trilham o mesmo caminho, mas Ellis⁷⁵ pontua que existem pontos divergentes. Assim:

*“ Schumann explica esses relacionamentos em termos de variáveis que criam uma distância social real, mas para Giles é uma distância percebida. Giles argumenta que a distância percebida é importante no ensino de L2, porque refere-se à situação de como o intragrupo se define em relação ao outro grupo”.*⁷⁶

Giles, diferentemente de Schumann, argumenta que a relação intergrupar apresenta-se num processo dinâmico e não estático, devido às manifestações como a de identidade étnica que interagem em uma relação intergrupar. Assim, o grau de motivação que o aluno apresenta depende da atitude que se tem em relação ao grupo étnico ‘do outro’. Giles apresenta algumas variáveis que operam nesse processo: a) grau de identificação, referindo-se a uma situação em que o aluno faz a distinção entre o ‘meu’ grupo e o grupo do ‘outro’. Observamos que nessa variável o fator ‘pertencer’ é importante para o aprendiz; b) parâmetro de comparação, nessa variável opera em termos de valor social, isto é, qual a posição que o seu grupo ocupa em relação ao outro. Por se referir ao juízo de valor de um grupo sobre o outro, revela os aspectos subjacentes como poder, estigma, preconceito e prestígio; e c) grau de distância ou semelhança, referindo-se àquela situação marcada pela proximidade ou pelo estranhamento. No caso de proximidade, existem aspectos semelhantes entre eles, portanto, trata-se da situação de identificação com o outro grupo e no estranhamento ocorre o inverso. Nesse caso o aprendiz percebe que existe uma distância entre seu grupo e o outro grupo em termos culturais e lingüísticos.

Andersen⁷⁷ complementa a teoria de Schumann, introduzindo na sua análise a abordagem da nativização e da desnativização. A nativização é um processo que

⁷⁴ Schumann, 1976.

⁷⁵ Ellis, 1983:256. (“Schumann explains these relationships in terms of variables that create actual social distance, Giles does so in terms of perceived social distance. Giles argues that it is how the ingroup defines itself in relationship to the outgroup that is important for SLA..”

⁷⁶ (n.t).

⁷⁷ Andersen, 1983.

envolve a assimilação de uma língua utilizando os recursos da língua materna. Nessa hipótese, o aluno tende a recorrer à assimilação do novo conhecimento através das normas internalizadas, ou das normas familiares, isto é usa-se a L1 para a construção da L2. Essa construção, muitas vezes, refere-se às estratégias que o aprendiz recorre, no início do processo de aprendizagem e que servem para simplificar o processo de aquisição de L2 (situação pidginizante).

Brown aponta a diferença entre o processo de enculturação e o processo de aculturação. Para ele, o de enculturação é o processo de aquisição de uma primeira cultura, ou seja, C1. No caso da aculturação, é o processo adicional de assimilação de uma outra cultura denominada C2.

A aquisição cultural passa-se por um processo idêntico ao de aquisição de L1, de forma natural, em que o indivíduo aprende o conhecimento necessário para funcionar em grupo. Esse processo de aquisição pode ocorrer tanto no ambiente nativo (enculturação), quanto em contexto não nativo (aculturação).

Assim exposto, a construção do 'eu' opera no âmbito da enculturação quando se define a identidade cultural ou social. Já o caso da aculturação envolve o processo de assimilação, isto é, desvincula-se da visão etnocêntrica e adota características e comportamentos da nova cultura.

No Capítulo IV, faremos uma análise dos dados surgidos no decorrer da investigação, sobre o ensino da língua japonesa com base nessas abordagens teóricas ressaltadas.

2.6 Sumário

A globalização favorece um mundo cada vez mais bi(multi)lígüe, devido ao intercâmbio cultural e lingüístico entre os grupos étnicos⁷⁸. Os cientistas sociais nas últimas décadas vêm investigando os fenômenos lingüísticos inseridos nesse contexto complexo e desigual, e para atender ao novo paradigma introduz a natureza

⁷⁸ O fenômeno da globalização lingüística foi analisado por Cunha (2000) que mostrou a possibilidade da coexistência da fragmentação e homogeneização cultural, apontando para o fato do global causar ou, pelo menos, relacionar-se com o local. A autora sugere que as asserções sub-nacionais de identidade sejam uma reação à homogeneização cultural e destaca que a expansão global do inglês resultou em uma variedade de 'ingleses' (*Englishes*), cada um calcado no contexto lingüístico-cultural de sua sociedade adotiva (ex. inglês malaio, inglês indiano, etc.).

interdisciplinar (Mackey)⁷⁹ do bilingüismo nas suas análises, como contribuição para um entendimento holístico do fenómeno. A proposta desses cientistas é trazer para pauta a ecologia lingüística que defende o direito de cada etnia a se desenvolver culturalmente sem as manipulações alheias e, com o intuito de preservar o repertório lingüístico, como meio de comunicação intragrupal. Porque antes de qualquer imposição da lei, a língua é um instrumento de uso social e exerce uma função numa comunidade de fala.

O estudo na área de bilingüismo tem sido atuante nas últimas décadas devido à valorização dada às línguas pelos cientistas que tentam cada vez mais, enfatizar a importância da língua na construção de identidade étnica.

Nas últimas décadas os conceitos sobre o bilingüismo também modificaram, se antes o fenómeno era visto como a soma de duas línguas num mesmo indivíduo, hoje os estudos do bilingüismo trazem uma visão mais holística, isto é, o bilingüismo apresenta-se com várias 'facetas'.

As ciências sociais estudam a realidade numa perspectiva histórica e essa realidade, entretanto, não coincide com a prática política vigente, uma vez que elas manifestam a ideologia de um grupo dominante. Os estudiosos da área da linguagem (Cunha⁸⁰, entre outros), buscam valorizar o direito básico do homem de expressar os seus sentimentos na língua do coração, desprovido de poder, hierarquia e preconceito. Quebra-se o mito de que a unificação lingüística seja a solução para intercambiar entre as etnias, porque nas entrelinhas da unificação existe de certa forma uma imposição que massifica o direito lingüístico do homem.

A história da humanidade evidencia a luta do grupo dominado, mas, muitas vezes, através de um discurso literalmente demagógico, que se realiza sob visão de uma elite. A realidade tem revelado que essa elite não tem nenhuma intenção de abandonar a sua posição e muito menos, ela está preocupada em investigar esse poder que manipula e articula a realidade. Que realidade é essa cujo discurso está pautado nesses interesses? Que luta é essa que dita as regras do grupo economicamente mais forte, regras estas que camuflam na democracia a verdadeira intenção?

Uma boa parcela de cientistas sociais mantêm a bandeira em prol da verdade nua e crua, cabendo ao cientista 'tocar' em questões como a do poder envolvidos na prática vigente e busca revelar as 'nuanças' sociais que estão revestidas

⁷⁹ Mackey apud Romaine, 1989: 7.

⁸⁰ Cunha, 1994;1996;2000;2001.

no que chamam de projeto social. A superestrutura age na relação do poder lingüístico, impondo e manipulando a ideologia lingüística de um determinado grupo social e, por ser majoritária ou por ser legitimada, acaba prevalecendo. O progresso das ciências sociais deve-se vincular em prol da preservação das minorias lingüísticas e sociais, bem como resguardar as suas fronteiras lingüísticas.

Cabe aos estudiosos da linguagem observar as relações de poder que se articulam na sociedade e identificar como esse mecanismo reflete diretamente nos fenômenos lingüísticos. Sendo assim, é preciso investigar sob o prisma de ‘*status* social’. Usamos o termo ‘*status*’ em duas acepções: a primeira caracteriza uma situação de oportunidade desigual. Nessa acepção, apenas uma parcela da sociedade tem acesso à variedade ou às variedades lingüísticas; e a segunda acepção caracteriza a prevalência da variedade de prestígio, justamente por ser a variedade legitimada. Assim, enquanto a variedade de prestígio mantiver o seu ‘*status*’, a variedade de menor prestígio continua sendo um instrumento de estigma social, até levar a uma substituição lingüística. Ao fazer uma pesquisa lingüística, principalmente no caso do bilingüismo, devemos verificar quais são as manifestações que possam surgir no contato de duas ou mais línguas. Para a nossa pesquisa inserimos o estudo de modelo diglössico, que revela a entrelinha de uma hierarquia lingüística.

PANORAMA HISTÓRICO E LINGÜÍSTICO DA COMUNIDADE
NIPO-BRASILEIRA

"Retrata a diversidade lingüística de uma comunidade bidialetal que opera a nível social e interacional. E na relação do dia-a-dia, nas múltiplas interações do cotidiano, que surgem sutis alternâncias de código entre os falantes que são carregados de significado social".

Ribeiro, Telles e Garcez

3.1 Breve Histórico da Migração Japonesa

Para o estudo do processo migratório no século XX, devemos considerar os aspectos contextuais mundiais da época. A reorganização mundial iniciou-se no fim do século XIX e estendeu-se até início do século XX. A emigração japonesa deve ser inserida nesse contexto.

A revolução Meiji, em 1868⁸¹, provocou uma nova era, na qual o Japão passou ao convívio internacional, integrando o processo emigratório na sua política internacional. Os primeiros imigrantes foram para o Havai no final do século XIX e quando as ilhas havaianas foram incorporadas aos Estados Unidos, a imigração japonesa seguiu para o oeste dos Estados Unidos. Posteriormente atingiu os países como Canadá, Manchúria, Ásia, Coréia, Peru, Paraguai, Argentina e Brasil. Em termos numéricos, o Brasil foi o país que mais recebeu a imigração japonesa.

A história revela que o processo de emigração japonesa começou nos idos de 1885, mas a primeira emigração só ocorreu em 1908⁸². A emigração tardia para o

⁸¹ Honda, 1986 apud Oliveira.

⁸² Saito, 1980.

Brasil deve-se, por um lado, à legislação brasileira que retardou a entrada dos imigrantes asiáticos e africanos. Oliveira⁸³ menciona nos seus estudos que:

“os asiáticos e africanos estavam fora dos planos de seleção de população migrante para a composição sadia do país, e não eram permitidas tais entradas. O assim chamado elemento amarelo não era desejável na nossa formação nacional.”

Segundo a legislação brasileira⁸⁴ que regulamenta a entrada dos imigrantes, a imigração europeia era desejada e muito incentivada em relação à imigração japonesa e africana. Mas se o governo brasileiro tinha relutância em aceitar o imigrante asiático, em contrapartida o governo japonês relutava em mandar os seus compatriotas para o Brasil.

Contextualizada de forma breve a problemática da emigração japonesa, devemos entender que além da política governamental brasileira e do movimento expansionista japonês, ela deve ser estudada inserida em um contexto mais amplo. O mundo era regido, naquela época, pelas regras internacionais com o intuito de atender aos interesses da sociedade capitalista.

Desde o início da imigração japonesa para o Brasil, até o ano de 1941 vieram em torno de 190 mil imigrantes para o território brasileiro. Com o advento da Segunda Guerra o fluxo migratório para o Brasil foi interrompido em função da política externa brasileira. Restabelecidas as relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão, presenciamos com menos vigor, o reinício do fluxo migratório, entre 1952 e 1963 com contingente em torno de 54 mil imigrantes japoneses.⁸⁵

Os estudiosos dessa área distinguem as fases da imigração japonesa em três etapas.⁸⁶ A primeira etapa que abrange de 1908 a 1925, o governo brasileiro subsidiava a entrada desses imigrantes.

A segunda etapa de 1926 a 1941, o governo japonês subsidiava as passagens daqueles. Essa política adotada pelo governo japonês incentivava, principalmente, os agricultores como parte da estratégia do governo japonês em expandir o seu império além mar.

⁸³ Oliveira apud Reis, 1999: 283.

⁸⁴ Um dos primeiros atos legais da República (1890), consiste na regulamentação do Serviço de Introdução e Localização de Imigrantes, no qual se lê o seguinte decreto: “Artigo primeiro - É inteiramente livre a entrada de Imigrantes, nos portos da República, dos indivíduos aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país, excetuados os indígenas da Ásia ou da África...” (Decreto n/528, de 28/6/1890) Vainer, 1995:43.

⁸⁵ Suzuki, 1969.

Por este prisma, podemos citar Sato ⁸⁷ explicando como o espírito nacionalista estava presente:

“os imigrantes japoneses que chegavam aqui desembarcavam em terras brasileiras tomados por espírito nacionalista, por um sentimento de amor à pátria e de superioridade do Japão. A intenção desses imigrantes, no caso de uma permanência prolongada no Brasil – o que não era a intenção primeira dessa população, pois a imensa maioria desejava melhorar de vida aqui e retornar ao Japão, era a de estabelecer no Brasil uma colônia que fosse verdadeiramente uma extensão do Japão.”

Essa intenção de retorno ao país de origem, foi interrompida pela crise nacional e internacional dos anos trinta. O mundo passa a ser disputado tanto pelo Ocidente quanto pelo Oriente o que acabou culminando na Segunda Guerra.

A década de trinta até os anos cinquenta foi um período de exacerbação nacionalista que exigiu grandes sacrifícios dos imigrantes, devido à política adotada pelo governo Getúlio Vargas que proibia o uso da língua e quaisquer manifestações culturais das comunidades estrangeiras no território nacional. A meta implícita do governo favoreceu a rápida intencional assimilação por parte dos imigrantes à cultura brasileira ⁸⁸. Além dessa política nacionalista adotada, o mundo presenciava as primeiras crises econômicas que culminaram numa configuração de balança de poder no cenário internacional, desfavorecendo o processo imigratório.

A terceira fase foi a imigração pós-guerra, que reiniciou na década de 50, embora sem o vigor das décadas anteriores.

Os números indicam que mais de 240 mil pessoas imigraram para o Brasil nas últimas sete décadas. Ao situar o movimento migratório, em termos numéricos, atualmente o país conta com uma população constituída de japoneses e seus descendentes que equivalem a 1% da população brasileira. Cerca de 70% da população nipo-brasileira está concentrada no estado de São Paulo. Segundo pesquisa feita pelo Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1.042.000 (89,2%) vivem nas cidades e apenas (10,8%) vivem nas zonas rurais. Como esses números foram levantados na ocasião da comemoração de 80 anos da imigração japonesa, os números podem ter sofrido alterações, já que nos últimos anos o fluxo migratório para o Japão tem aumentado consideravelmente, devido ao movimento *Dekassegui*.

⁸⁶ O estudo com relação ao período migratório difere de um autor a outro, mas neste trabalho adotamos a divisão por período acima mencionada.

⁸⁷ Sato, 1980:11.

⁸⁸ O Decreto-lei número 383, de 18 de abril de 1938, “proibiu também associações estrangeiras.”

O fenômeno *Dekassegui* direcionou a migração para a terra do sol nascente. Segundo Ninomiya⁸⁹, o movimento *Dekassegui* já migrou para o Japão mais de 240 mil pessoas nos últimos 20 anos. Com base nessas informações, em termos numéricos, a proporção da vinda dos imigrantes para o Brasil nas sete décadas e a dos que migraram para o Japão nas duas últimas décadas é a mesma.

Esse movimento migratório ocorreu devido à crise econômica brasileira em contraste com o crescimento econômico do Japão na década de 80, que favoreceu a ida dos *nikkeis* a trabalho ao Japão. Se outrora vivenciamos a vinda de japoneses ao Brasil, a partir dessa década vivenciamos o retorno desses imigrantes e suas gerações às origens. O motivo é o mesmo dos antigos imigrantes partindo em busca de novos horizontes, arranjar um trabalho, enriquecer e retornar à pátria.

O passado mostra que os imigrantes vieram suprir a mão-de-obra agrícola e com a meta de ‘tornar-se rico’ em curto prazo, portanto uma imigração temporária. Esse comportamento refletia no dia-a-dia dos imigrantes que não demonstravam no início, nenhum interesse em aprender a língua local. Pelo contrário, a língua japonesa era ensinada em escolas construídas pela comunidade com a intenção de manter, não só a língua, mas também a própria cultura. Mas a história revelou outra face, de uma imigração temporária para a imigração permanente.

Os imigrantes japoneses mantiveram a língua devido à própria história da colonização que propiciava a formação de núcleos rurais em várias regiões do território brasileiro. Núcleos rurais, esses, ‘fechados’ e ‘coesos’ responsáveis pela formação das primeiras comunidades nipo-brasileiras.

Coube a história testemunhar as dificuldades que a comunidade transplantada encontrou em vincular-se à nova terra. Foi um longo período de problemas decorrentes da situação de acomodação e conflito, na tentativa de adaptar-se à nova realidade, mas lentamente, a comunidade transplantada foi se integrando e assimilando novos costumes, hábitos, valores culturais e língua local.

Koyama⁹⁰ ao referir-se à integração da comunidade transplantada diz:

“ a marcha da integração pode ser lenta, mas irreversível, é algo que desperta o nosso interesse e nos faz refletir sobre o sentido social e cultural da colônia e sobre a validade da sua própria existência. ”

⁸⁹ Ninomiya Masato, 2001

⁹⁰ Koyama, 1980:11.

O processo de urbanização foi um dos fatores que favoreceu a aquisição de língua portuguesa. Se antes, a língua japonesa era o meio de comunicação entre os nipo-brasileiros, paulatinamente, ela está posicionando para a substituição. As novas gerações, mesmo em comunidade falante da língua japonesa, substituíam-na pela língua portuguesa. Essa situação é inevitável, já que ela representa a língua da instrução escolar e é a língua mais usada no dia-a-dia do falante bilíngüe.

A manutenção da língua japonesa nesse contexto, como verificamos é desfavorável. Se antes, a aquisição da língua japonesa era a aquisição de uma segunda língua, hoje a aquisição da língua japonesa é a de uma língua estrangeira.

3.2 Caracterização Sociolingüística dos nipo-brasileiros

Os imigrantes, que vieram ao Brasil, trouxeram consigo os dialetos de suas respectivas regiões de origem, os quais diferem do japonês padrão e, com o passar do tempo alguns traços desses dialetos passam-se por um processo de homogeneização e começam a ser integrados na comunicação. Além dessa mescla das variedades regionais, temos também a contribuição da língua hospedeira que somadas, fazem surgir um outro sistema lingüístico do tipo de Koinezação dos imigrantes japoneses.

Alguns estudiosos distinguem dois tipos de 'koine', o regional e o imigrante. O koine regional seria aquele que resulta, normalmente, do contato entre os dialetos regionais de uma única língua e o koine dos imigrantes, seria o resultado do contato entre os dialetos regionais, mas num território estrangeiro. No nosso caso, caberia essa situação do koine dos imigrantes. Siegel⁹¹ diz o seguinte:

*“desenvolve-se o koine dos imigrantes no seio da comunidade transplantada e muitas vezes, para os que nasceram nesta comunidade a língua materna é o koine dos imigrantes.”*⁹²

Ferguson⁹³ identifica o processo de koinezação como ajustes de vários dialetos que se encontram no mesmo espaço geopolítico. No caso da homogeneização dos dialetos oriundos de várias regiões do Japão no Brasil, pode ser estudada à luz dessas considerações.

⁹¹ Siegel, 1985. *“an immigrant koine develops in an amalgamated immigrant community and often is the primary language of the first generation born in this community.”*

⁹² (n.t.)

⁹³ Ferguson, 1971.

O processo de koinezação merece um estudo mais detalhado, mas, no momento, apenas o situaremos para fins de contextualização da **variante colônia**. Para os futuros pesquisadores fica um registro da importância desse fenômeno para o entendimento desse falar peculiar.

Existem várias correntes no que concerne ao estudo da koinezação, pidginização e criolização, cada qual apresentando seu processo evolutivo de contato entre falantes das variedades lingüísticas distintas.

De acordo com a definição de Bickerson,⁹⁴ o fenômeno acima citado ocorre pela necessidade de interação entre o falante e o interlocutor. Bickerson diz que essa situação pode criar uma língua de apoio:

“... língua auxiliar que surge quando falantes de diversas línguas mutuamente inteligíveis entram em contato estreito”.

Couto⁹⁵ refere-se aos critérios sociolingüísticos, aqueles casos em que os aspectos históricos, sociais e econômicos contribuem para a formação de um pidgin. Para sua formação é necessário que haja: a) contato de dois ou mais povos com línguas distintas e inteligíveis mutuamente, em que um dos povos detem o poder econômico e político; b) que não seja a língua materna para nenhum falante; c) que a compreensão seja precária; d) que não haja uma gramática comum entre os membros da comunidade; e e) que não exista sentimento de amor e fidelidade à língua.

Com base nesses critérios, o pidgin é um recurso lingüístico criado em situações de face-a-face pelos falantes. Portanto, é um mecanismo de comunicação que nasce nas histórias lingüísticas emergenciais. Por ser um mecanismo de comunicação surgido nos moldes ‘emergenciais,’ não entra na categoria de língua, mesmo porque o pidgin apresenta-se frágil, instável e transitório. Para esses, pode a qualquer momento ser substituído. Caso um pidgin venha a se estabilizar, teremos a língua crioula.

Segundo Halliday, Mcktonsh e Strevens⁹⁶ argumentam que o pidgin:

“Enquanto permanece como pidgin não pode ser a L1 de ninguém, não tendo a condução de língua, pois existe somente em certas variedades restritas.”

⁹⁴ Bickerson, apud Couto, 1996: 15.

⁹⁵ Couto, 1996:28-29.

⁹⁶ Halliday M. A , Mckntosh Angus e Strevens Peter, 1974:26.

O pidgin surge num contexto de multilingüismo. Para esses especialistas o fenômeno “*Koronia-Go*” do Brasil não preenche os requisitos para ser considerado um pidgin.

A língua crioula, por sua vez, traz características de uma língua nativa, porque abrange a comunidade como um todo, criando novas raízes. Como é um falar gerado no seio de uma comunidade lingüística, por ela é aceito e torna-se a língua materna para os falantes dessa comunidade lingüística.

DeCamp⁹⁷ conceitua os pidgins e os crioulos como duas fases do mesmo processo lingüístico.

Buscando situar a língua japonesa trazida pelos imigrantes, recorreremos a pesquisa realizada por Suzuki⁹⁸ que fez o levantamento do fluxo imigratório de várias províncias japonesas para o Brasil. Com base nessa pesquisa, os dialetos trazidos pelos imigrantes contribuíram, em parte para a composição da **variante colônia**.

A estatística revela que o maior número procedeu da província de Kumamoto (em torno de 23 mil pessoas), Fukuoka e Okinawa (com 19 mil pessoas, respectivamente) e em ordem decrescente vieram das províncias de Hokkaido, Hiroshima, Fukushima, Yamaguchi, Kagoshima, Okayama, Koochi e Wakayama.

É oportuno fazer essas colocações visando contextualizar os dialetos regionais que vieram para o Brasil, e entre eles, o dialeto de Tóquio, pertencentes a capital do Japão designado como língua oficial, ou seja, a **variante padrão**.

Segundo Mase⁹⁹, a comunidade japonesa do Brasil apresenta um comportamento verbal inteligível apenas aos membros da comunidade, porque difere de quaisquer dialetos falados no território japonês. Mase denominou esta peculiaridade lingüística como “*Koronia-Go*” (mencionada na sessão de termos e palavras chave do Capítulo I).

O comportamento verbal dos imigrantes e seus descendentes segue o fluxo natural de uma língua em evolução. O contato com a comunidade brasileira e a fusão de dialetos oriundos do Japão, proporcionou a criação de um fenômeno lingüístico que chamamos nesta pesquisa de **variante colônia**. É nessa perspectiva que inserimos o falar bilingüe dos imigrantes e seus descendentes.

⁹⁷ DeCamp in Hildo idem rodapé 45 pg. 17

⁹⁸ Suzuki, 1969.

⁹⁹ Mase, 1986

Ao tratar o fenômeno da diglossia, sentimos a necessidade de mencionar, ainda que de forma preliminar, um estudo sobre a situação lingüística da comunidade nipo-brasileira, especificamente, da comunidade nipo-brasiliense. Por ser um estudo exploratório, carece de dados mais específicos, mas achamos oportuno anexar nesse estudo uma proposta de estudo que verificou algumas manifestações lingüísticas que ocorrem com os falantes bilíngües nipo-brasilienses.

3.2.1 Uma Proposta de Análise

No âmbito da situação lingüística em realce recorreremos a uma observação exploratória baseada na perspectiva qualitativa de Erickson¹⁰⁰ tendo como base metodológico os referenciais da etnografia.

Baseamo-nos em alguns dos suportes da observação participante, uma técnica utilizada na metodologia qualitativa e que nas últimas décadas, ganhou força em estudos da linguagem. O novo paradigma surge visando atender aos fenômenos complexos surgidos na ciência social como uma alternativa ao método tradicional. Essa nova tendência tenta suprir as lacunas deixadas pela metodologia quantitativa.

Garfinkel¹⁰¹ aponta que esse paradigma contribui para as pesquisas etnográficas e, diz o seguinte:

“A realidade objetiva dos fatos sociais como um contínuo desenrolar das atividades da vida cotidiana, com as maneiras ordinárias e artesanais deste resultado sendo conhecidas, usadas e reconhecidas por seus membros, é para aqueles que fazem em sociologia um fenômeno fundamental. Porque elas são o fenômeno fundamental da sociologia prática, elas representam o tópico predominante para os estudos etnometodológicos.”

A ‘pesquisa de campo’ foi feita em três eventos: no dia das Mães na Associação Nipo-Brasileira de Taguatinga, no dia 12 de Maio do ano 2000; na Gincana (Undookai) realizada no dia 18 de Junho do mesmo ano e o terceiro evento refere-se ao do dia das Mães, realizado no templo budista de Asa Sul, no dia 13 de Maio de 2001. Não houve possibilidade de se fazer gravação, mas anotamos e analisamos algumas manifestações lingüísticas relatadas que consideramos pertinentes à investigação. Alerta-se ainda, que tais observações não passaram por um processo rígido de investigação o que requereria mais dados, mais pormenores através de

¹⁰⁰ Erickson, 1987. (trad. Bortoni, 1989).

¹⁰¹ Garfinkel, 1967 apud Haguette, 1987:49.

recursos mais específicos. Utilizamos, uma simples técnica de coleta de dados com intuito de vincular a teoria aos fenômenos observados propiciando uma idéia para os leitores, ainda que resumida, da **variante colônia**.

O critério de seleção foi, quando houve repetição das manifestações lingüísticas peculiares que serão abordadas no decorrer deste estudo de caso. Delimitamos a faixa etária (60 a 70 anos e 40 a 50 anos) com a intenção de observar os *isseis* e os *nisseis*, que são os protagonistas deste estudo de caso. Existe a possibilidade de que os resultados aqui apresentados sejam reflexos daquele momento, já que a observação foi bem limitada, em termos de tempo e de número de sujeitos observados. Mesmo assim, inferimos que as observações são pertinentes e podem servir de insumo na exemplificação da **variante colônia**.

O primeiro e o segundo evento referem-se ao Dia das Mães, estando presentes nessa comemoração mães de todas as gerações (*isseis*, *nisseis*, *sanseis*, *yonseis* e brasileiras), ou seja, a comunidade nipônica do Distrito Federal

O terceiro evento refere-se a Undookai, uma gincana promovida pela Associação nipo-brasileira de Taguatinga, parte das comemorações culturais que foi mencionado no rodapé do Capítulo I. Sublinharemos, novamente, a ausência de jovens *nikkeis* nessas atividades da comunidade que pode em um futuro próximo, levar ao esquecimento de algumas atividades tradicionais da cultura japonesa, já que a sua manutenção requer, pelo menos, o repasse de uma geração à outra.

3.3 Línguas Entrelaçadas

3.3.1 Língua Portuguesa do Brasil Falada por Issei

Os *isseis* que vieram à nova terra na idade adulta, mesmo estando há décadas no Brasil, mantêm a língua e a cultura como uma forma de conservar o elo com a cultura do passado. Talvez tenha sido uma maneira de dar a continuidade aos códigos tradicionais de origem. Uma das razões dessa manutenção, em parte, deve-se à ideologia nacionalista dos imigrantes japoneses radicados no Brasil que mesmo longe da terra natal, mantiveram-se fiéis aos costumes e tradições.

Handa¹⁰² revela na história da vida dos imigrantes as condições precárias na aprendizagem da língua portuguesa a que os imigrantes foram submetidos. E para contextualizar recorreremos a um parágrafo do livro que diz o seguinte: ¹⁰³

“... e dedicava-se, logo na primeira oportunidade, ao treinamento do português com serventes da hospedaria.”

Quando se estuda o comportamento lingüístico dos *isseis* adultos, temos que levar em consideração o contexto do contato intergrupar. A primeira experiência lingüística, conforme os dados históricos, iniciou-se com pessoas que não tinham uma instrução formal, portanto com uma das variedades da língua portuguesa.

A história revela a dificuldade que os imigrantes tiveram ao deparar com a língua totalmente diferente da sua, com sistema lingüístico diverso. Diante de tal quadro, eles criaram uma **língua de emergência**, com expressões bem simplificadas e sem uma padronização de normas comuns. Esse fenômeno surgido na história da imigração refere-se àqueles contextos que Couto¹⁰⁴ classifica como uma “*situação pidgnizante*”. Isto é, cria-se no contato de duas línguas uma língua intermediária.

A problemática da aquisição de segunda língua tem base na própria história da imigração japonesa. No entanto, um dos fatores que contribuíram para a precariedade da aquisição da língua portuguesa do Brasil pelos *isseis* adultos foi o seu isolamento, não apenas em termos sociais, mas também em termos lingüísticos. Muitos imigrantes *isseis* adultos não tiveram a oportunidade de instruir-se na sociedade majoritária.

A formação de um pidgin ocorre em caráter de emergência, quando há encontro de duas ou mais línguas no mesmo espaço físico. Devido à precariedade desse contato, o pidgin apresenta estruturas bem simplificadas e mistura-se uma língua à outra.

O estudo sobre pidgin do japonês falado em Havaí, segundo Sugimoto¹⁰⁵ mostra que na fase inicial o pidgin apresenta vocabulário limitado e a gramática também tende a uma estrutura gramatical simplificada. Kuyama notou nos seus estudos de empréstimo lexical do português pelos *isseis*, que existe situação lingüística semelhante à do pidgin de Havaí.

¹⁰² Handa, 1987: 11.

¹⁰³ Sato, 1980:11.

¹⁰⁴ Couto, 1996.

¹⁰⁵ Sugimoto, 1985.

Kuyama¹⁰⁶ apresenta as características de pidgin segundo *Sugimoto*¹⁰⁷ e com base nesses pressupostos analisaremos os nossos dados. É oportuno assim, averiguar esses fenômenos para se ter um panorama lingüístico, mesmo que abrangente, da comunidade nipo-brasiliense.

Quanto ao comportamento verbal, os *isseis* do Distrito Federal que vieram na fase adulta e permaneceram em comunidade ‘fechada e coesa’, sobretudo aqueles que vivem em núcleos rurais, apresentam uma particularidade no seu falar. O português falado por eles, pode apresentar características semelhantes as do pidgin do Havai estudado por Sugimoto. Refere-se àquelas situações lingüísticas que apresentam seguintes características: sentenças curtas e breves; ausência das desinências modo temporal e número- pessoal; ausência de concordância em número, gênero e pessoa; e os verbos são usadas, geralmente, na terceira pessoa do singular (Handa)¹⁰⁸.

1) Usa-se uma sintaxe simples;

Ex: *Yô isquici fala ôce.*
Tinha me esquecido de dizer a você.
Eu me esqueci de dizer.

2) O tempo, número e pessoa dos verbos não se flexionam;

Ex: *Amanhã compra.* Ausência de tempo verbal
Amanhã comprarei.

Ex: *Marido i fiyo arumoça.* Ausência de número
Meu marido e meu filho almoçam.

Ex: *Yô sabi.* Ausência de pessoa
Eu sei

3) Ausência do morfema [s] plural;

Ex: *Ocê tem muito fiyo ?*
Você tem muitos filhos.

¹⁰⁶ Kuyama, 1999.

¹⁰⁷ Sugimoto, 1985 (apud Kuyama, 1999)

¹⁰⁸ Handa, 1987.

4) Ausência de concordância quanto ao gênero dos substantivos.

Ex: *Essi furuta caro.* Ausência de concordância nominal

Essa fruta é cara.

5) Omissões de algumas preposições;

Ex: *Yô paga dinheiro.*

Eu pago em dinheiro

6) Ausência de concordância em gênero do adjetivo;

Ex: *Furuta caro datta.*

A fruta estava cara.

Nota: o termo [*datta*] – sufixo coloquial da língua japonesa que marca o tempo pretérito.

Tais amostras explicitam as variedades lingüísticas existentes no repertório lingüístico dos nipo-brasilienses os quais corroboram para a formação da **variante colônia**.

O tempo verbal da língua japonesa também é restrito, apenas o tempo presente e o passado são marcados. O futuro é conjugado como no tempo presente e para sua distinção, inserimos na frase os vocábulos que denotem o futuro. Portanto, para um nativo de língua japonesa os tempos verbais da língua portuguesa são difíceis de serem assimilados.

Na estrutura da língua japonesa, há também ausência de artigo, gênero e morfema marcador de plural. A omissão ou o uso indiscriminado desses componentes gramaticais pelos *nikkeis* (sujeitos deste estudo exploratório) revela que as regras da língua materna tendem a ser marcadas na construção da L2. No caso dos léxicos, há uma tendência de incorporar os léxicos da L2 na L1 e na L2.

No item seis, verificamos o acréscimo da desinência [*datta*] {desinência modal – temporal/ passado} forma coloquial. Essa desinência foi incorporada à estrutura frasal de língua portuguesa do Brasil.

O comportamento lingüístico de alguns imigrantes japoneses pode ser visto sob duas perspectivas: aqueles que se desvincularam totalmente do estágio pidginizante,

isto é, passaram por uma situação de despignização: e a outra se refere àquelas situações em que fossilizaram no estágio pidginizante. Essa situação ocorre, principalmente, com os falantes que tiveram poucas oportunidades de contato com a língua da sociedade majoritária.

3.3.2 Variante Colônia

Os pioneiros nos estudos sociolingüísticos da língua japonesa no Brasil são Suzuki e Mase¹⁰⁹, que observaram o fenômeno da interferência. Ao deparar com o fenômeno da interferência Mase acreditava que as interferências do português no japonês não eram feitas de forma sistemática, mas sim mediante um comportamento idiossincrático¹¹⁰. Não obstante, observou que o fenômeno manifestava-se, várias vezes, em vários falantes e esses fenômenos passavam por um processo de *fossilização*,¹¹¹ culminando no ‘falar peculiar’ da comunidade nipo-brasileira.

Selinker¹¹² argumenta que a fossilização na interlíngua gera uma variedade da língua:

*“Toda competência interlingual do aprendiz pode ou não ser fossilizada, depende da própria situação interlingual. Mas quando há fossilização do grupo de fala, resultaria no surgimento do dialeto.”*¹¹³

Em situações de contato prolongado e sistemático, a influência de uma língua sobre a outra é inquestionável. Assim, o comportamento lingüístico pode direcionar para uma substituição da língua de origem, na medida em que intensifica a aquisição da segunda língua. Nesse caso ocorre a substituição lingüística ou cria-se um novo fenômeno, isto é, gradativamente vai abrindo espaço para uma nova variedade da língua. Para nosso estudo, esse fenômeno é a **variante colônia**.

¹⁰⁹ Suzuki, 19; Mase 1986.

¹¹⁰ Idiossincrasia – Diante de um conjunto de dados idênticos, os sujeitos têm tendência a organizá-los de maneira diferente, conforme suas disposições intelectuais ou afetivas particulares. Dubois;Giacomo;Guespin; Marcellesi; Marcellesi; e Mevel, 1973: 330.

¹¹¹ Fossilização- usamos este termo como um processo estável (estagnado) .

¹¹² Selinker, L. 1972. (apud Grosjean, 1982:295). *Not only can entire interlingual competences be fossilized in individual learners performing in their own interlingual situation, but also in whole groups of individuals, resulting in the emergence of a new dialect.*

¹¹³ (n.t.)

Em referência ao fenômeno de interlíngua, há que se considerar aspectos pertinentes do bilingüismo como a interferência ou a transferência, a mudança de códigos e o empréstimo lingüístico que se manifestam nos níveis fonológico, morfológico, semântico e pragmático.

A interferência no nível lexical, geralmente, ocorre devido à falta de termos exatos para expressar em uma das línguas ou, muitas vezes, o vocábulo adotado (da sua língua ou da outra) tem uma representação simbólica mais eficaz.

O estudo sobre o empréstimo lexical já desenvolvido por Kuyama¹¹⁴ ressalta a importância do empréstimo lingüístico. O exemplo abaixo enfoca uma situação de empréstimo lexical da língua portuguesa do Brasil que se incorporou a uma estrutura frasal da língua japonesa.

Exemplo: 1

Com empréstimo lexical	<i>Basutanti mamai tati ga irukara puremio ga tarinai.</i>
Sem empréstimo lexical	<i>Oozei okaasantati ga irukara shoohin ga tarinai.</i>
Tradução	Como vieram muitas mães, vai faltar o prêmio.

O falante bilíngüe usou os léxicos 'bastante', 'mamãe' e 'prêmio' da L2, no caso, da língua portuguesa. No entanto, a estrutura frasal da língua japonesa não foi alterada. As regras gramaticais não sofreram com a mudança.

Explicação: 1

C/E	Basutanti	Mamai	Tati	Ga	Irukara	puremio	Ga	Tarinai
S/E	Oozei	Okaasan	Tati	Ga	Irukara	Shoohin	Ga	Tarinai
	Bastante	Mãe	d/p	Part.	Por, ter, haver, estar	prêmio	Part.	Faltar

Exemplo: 2

<i>Ni conto desu ne.</i>
São dois contos, não é

Explicação: 2

Ni	Conto	Desu	Ne
Numeral dois	Moeda nacional	T. presente/ Desinência de polidez	Interrogação

Interessante observar que o vocábulo da moeda nacional da época dos primeiros imigrantes permanece até os dias de hoje. É comum utilizar com o vocábulo

¹¹⁴ Kuyama, 1999.

numeral japonês {*ni - dois*}. O vocábulo conto não é marcado no plural. Na história monetária brasileira, já houve várias mudanças na nossa moeda desde então, o termo conto é parte de um processo de fossilização, fenômeno observado nos casos em que o numeral é o léxico japonês. No entanto, quando se refere ao numeral em português, foi observada a colocação da unidade de moeda nacional atual (real).

Exemplo: 3

Doissu heaissu desu ka.
São dois reais?

Explicação: 3

<i>Doissu</i>	<i>Heaissu</i>	<i>Desu</i>	<i>Ka</i>
Numeral dois	Moeda nacional	T. presente / Desinência de polidez	Partícula Interrogativa

Quanto ao nível fonológico, recorreremos à análise contrastiva feita pela Joko¹¹⁵ que estabelece as diferenças e semelhanças entre os fonemas da língua japonesa e os fonemas da língua portuguesa. O estudo, detectou que, quanto ao aspecto segmental, a língua japonesa é menos complexa do que a língua portuguesa do Brasil. Assim, os fonemas similares tendem a ser produzidos de forma eficaz, mas no caso de fonemas distintos, há ocorrência da interferência da língua materna.

Exemplo: 4

Doissu heaissu desu ka .
São dois reais? .

Explicação: 4 No exemplo acima *doissu / heaissu*, inseriu a vogal {u}. É provável que isso ocorra devido à língua japonesa apresentar a estrutura silábica básica V ou VC.

A língua portuguesa do Brasil tende a apagar o {s} final da sílaba, e a língua japonesa tende a inserir uma vogal no final da sílaba, como um apoio para a produção dos fonemas.

¹¹⁵ Joko, 1983.

Doi¹¹⁶ em relação ao ritmo japonês faz as seguintes colocações:

“Segundo Bekku (1977), cerca de 60% dos itens lexicais do japonês são formados por palavras de 2 moras e seus múltiplos. Além disso, considerando que as palavras formadas por duas moras representam, em sua maioria, o vocabulário básico da língua, ele afirma que esse fato seria um indicativo de que o conjunto formado por duas moras, que denomina haku, constitui a unidade mais natural e de fácil pronúncia do japonês.”

No caso da sintaxe, podemos notar no exemplo abaixo como se processa a organização frasal da L2. Observamos que ela se ordena nos moldes da língua materna.

Exemplo: 5

<i>Era wa bastanti arumoça suru.</i>
Ela almoça bastante .

Explicação: 5

Era	Wa	Bastanti	Arumoça suru
Ela Sujeito	Part.	Bastante Advérbio	Almoçam Verbo
Estrutura da Língua Japonesa			
Sujeito	Part.	Advérbio	Objeto-Verbo

Exemplo: 6

<i>Era tati wa bastanti arumoça suru.</i>
Elas almoçam bastante.

Explicação: 6

Era	Tati	Wa	Bastanti	Arumoça suru
Ela	Sufixo marcador de plural	Partícula	Bastante advérbio	Verbo: almoçar

A estrutura sintática da língua japonesa difere da estrutura do português. A ordem frasal da língua japonesa foi mantida: **S + Adv + Verbo**. Observa-se, no exemplo, que a sequência é da língua japonesa, integrando alguns elementos da língua portuguesa do Brasil.

Nota-se também a presença do verbo “*suru*” [fazer] tanto na sua forma não flexionam quanto na forma não polida . O verbo *suru* é utilizado com os substantivos: compras, trabalho, estudo, perguntas, entre outros. Com o auxílio do verbo *suru* forma-se os seguintes verbos: trabalhar, estudar, fazer compras, etc.

¹¹⁶ Doi, 2001: 55-56.

Explicação: 6a

Substantivo	Verbo Suru	Verbo	Tradução
Benkyou = estudo	Suru	Benkyou-suru	Estudar
Arumoça = almoço	Suru	Arumoça-suru	Almoçar

Obs: O verbo *suru* flexionado na forma polida = *shimasu*

Podemos observar que o verbo ‘almoçar’ foi assimilado na terceira pessoa do singular. Essa transferência pode ter ocorrido devido ao uso do verbo em japonês que não se flexiona em número, como nos exemplos 6 e 7.

Exemplo 7

Singular	Plural
<i>Era wa arumoça suru.</i> Ela almoça.	<i>Era tati wa arumoça suru.</i> Elas almoçam.

No exemplo seguinte temos outra ocorrência de empréstimo lexical. Diferentemente das outras estruturas expostas, houve uma assimilação do vocábulo, inclusive na forma original da estrutura da L2 (língua portuguesa). Essa situação leva a refletir que existem situações em que a L2 se apresenta com mais intensidade ou ela representa melhor em determinados contextos.

Exemplo: 8

Empréstimo lexical e estrutural	<i>Achu qui tarinai.</i> Acho que vai faltar
Sem empréstimo	<i>tarinai to omou.</i> Acho que vai faltar

Explicação: 8 Notamos, no exemplo 8, que o falante utilizou o termo “**achu qui**” no início da frase da mesma forma utilizada na estrutura da língua portuguesa. Se fosse nos moldes da língua japonesa, o verbo apareceria no final da frase. Deduzimos que houve uma assimilação plena do empréstimo lexical “**acho que**” pelo *nikkei*. Essa integração pode ter ocorrido devido ao termo ser mais eficaz neste código que no outro, ou devido ao uso excessivo desse termo pelos falantes nativos.

Quanto à mudança de código pelos *nikkeis*, utilizamos as funções citadas por Gumperz¹¹⁷ e seus colaboradores Hernández-Chávez, Poplack e Scotton¹¹⁸. Para eles, a mudança de código tem funções específicas, as quais Kuyama¹¹⁹ também observou na comunidade nipo-brasileira, assim delimitada:

- 1) Função referencial – situações em que ocorre ‘déficit lingüístico’. Essa é situação em que se tem uma certa facilidade de expressão numa língua para tratar de determinado tema;
- 2) Função direta – o foco é a figura do interlocutor/ouvinte. A função direta torna-se uma estratégia inconsciente ou consciente e pode ser utilizada como um mecanismo visando excluir alguns ouvintes;
- 3) Função expressiva - segundo Poplack, evidencia a identidade mista, através do uso de duas línguas no mesmo discurso: e
- 4) Função metalingüística, segundo Scotton, os falantes bilíngües alternam os códigos na intenção de impressionar os outros participantes quanto à habilidade lingüística.

A mudança de código, como foi colocada de forma sintética nos itens anteriores, traz características subjetivas e individuais, sendo necessário observar os aspectos emocionais interferentes e subjacentes à mudança de código.

O falante articula a mudança de código, muitas vezes, intencionalmente, conforme a necessidade. Gumperz¹²⁰ refere-se à mudança de código como uma estratégia situacional do falante, isto é, a mudança de código ocorre em duas situações: “they code” e “we code”. Nos casos formais em que uma relação é mantida com pessoas menos íntimas que não pertençam a mesmo grupo étnico, ele denomina “they code”. O inverso de “they code” é “we code”,¹²¹ que sendo situação informal, os sentimentos de inclusão e de pertencimento são privilegiados em relação à mudança de código. A abordagem de Gumperz alinha a questão de identidade lingüística à identidade étnica.

Contextualizando a mudança de código observada e anotada nos eventos do Dias das Mães, nesse tipo de evento as autoridades ou representantes da Embaixada do Japão estão presentes para prestigiar a comunidade nipo-brasiliense. A situação lingüística que observamos foi de um apresentador *nikkei (issei)* bilíngüe que utilizou

¹¹⁷ Gumperz, 1976 (apud Appel y Muysken, 1996).

¹¹⁸ Chávez, Poplack e Scotton, 1979 (apud Appel y Muysken, 1996).

¹¹⁹ Kuyama, 1999.

¹²⁰ Gumperz, 1976 (apud Grosjean, 1982: 153).

¹²¹ Gumperz, 1976:28

dois códigos, a **variante padrão** ao se dirigir à autoridade presente e logo em seguida, ao se dirigir à comunidade, utilizou o código **variante colônia**. Essa mudança de código feita pelo falante demonstra a importância dada aos interlocutores pelo falante. Essa escolha linguística indica que, nas entrelinhas da mudança de código, existe a intenção do locutor de uma interação realmente mais efetiva. Essa situação pode evidenciar a importância que se dá em manter uma relação de pertencimento e de inclusão com os interlocutores *nikkeis*. Nas entrelinhas dessa situação linguística fica a nossa reflexão: se isso não seria uma manifestação da construção da identidade étnica? Apesar de ser uma língua da minoria, no entanto, é a língua que mantém uma relação de identificação e com ela se mantém a interação comunicativa. Se a **variante colônia** representa a língua dos *nikkeis* a sua manutenção é necessária, porque ajuda na construção da identidade *nikkei*.

Observamos que no exemplo abaixo, o apresentador utilizou a **variante colônia**, quando dirigiu a sua fala para a comunidade nipo-brasiliense.

Exemplo: 9

Variante Colônia	<i>Basutanti mamatatiga irukara puremioga tarinai.</i>
Variante Padrão	Okaasantati ga oozei irukara shoohin ga tarinai.
Tradução	Como vieram muitas mães, vai faltar o prêmio.

Gumperz e Blom¹²² argumentam que a comunicação se efetua de forma eficaz quando:

“o falante e público ouvinte estejam de acordo quanto ao significado das palavras e quanto à importância social da escolha da forma de expressão linguística ou quanto aos valores a ela ligados.”

A mudança de código, muitas vezes é considerada como um ‘déficit linguístico’, mas no caso de mudança de código entre os *nikkeis*, deste estudo de campo, notamos que existe um componente que se alia a essa mudança, que geralmente ocorre nas conversas informais e com interlocutores que são bilíngües, isto é que conhecem ambos os códigos.

Cunha,¹²³ aponta outra face da mudança, dizendo que:

“Trata-se do uso alternado de duas ou mais línguas em uma interação, o que pode envolver uma palavra, expressão ou uma ou várias sentenças. O elemento trocado força a total integração das línguas em alternância, fazendo com que o sentido do enunciado se complete pelo uso de ambas.”

¹²² Gumperz e Blom, 1972 (apud Garcez e Ribeiro, 1988:407-434).

¹²³ Cunha, 2001.

Podemos considerar a mudança de código como uma estratégia ou um mecanismo utilizado para manter uma relação de proximidade com o interlocutor, muitas vezes, essa alternância de código revela o ponto de equilíbrio que têm as duas línguas no repertório lingüístico. Portanto as duas línguas podem representar também a língua do 'coração'.

Esses exemplos corroboram a tese de Mase que argumenta ser a língua japonesa utilizada pelos falantes nipo-brasileiros como um fenômeno atípico. Por suas peculiaridades, só pode ser entendida pela comunidade que faz o uso desse falar.

O comportamento verbal da comunidade nipo-brasileira deve ser estudado inserido nessas reflexões, já que a **variante colônia** passou por um processo de homogeneização e no contato com a língua local nasceu um sistema bem peculiar conhecido como *Koronia-Go*, ou simplesmente, *um dialeto nipo-brasileiro*¹²⁴.

Doi (1983) em sua dissertação de mestrado, já manifestava sua preocupação.

" pesquisas deste gênero só serão possíveis enquanto existirem falantes que possuam o comportamento lingüístico característico dos estágios relevantes das situações de contacto; donde a necessidade de se realizar o registro desse comportamento antes que se percam estes informantes".

Na análise de coleta de dados observamos depoimentos como:

"Sim, essa variante.a gente conversa, diariamente, ou pelo menos no cotidiano, quando a gente encontra outros, outros nikkeis. É o que a gente conversa. É a nossa linguagem, é essa. Então ..."

Não se pode negar que as línguas coexistem em função de algum tipo de relacionamento, seja de forma direta ou não e, com elas, o homem se integra socialmente, expressando as suas necessidades e os seus sentimentos. Nesse intercâmbio vai formando a própria identidade lingüística e étnica. A fala nativa do indivíduo é considerada como parte integral de sua história familiar e social.

A interação lingüística, portanto é o resultado de um processo de identificação entre os membros da comunidade. Manifesta-se o sentimento de pertencimento, que em última instância fortalece e favorece a manutenção das comunidades etnolingüísticas.

¹²⁴ Dialeto nipo-brasileiro- grifo nosso = koronia-Go.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DE DADOS E REFLEXÕES SOBRES OS RESULTADOS

“Não é o desafio que define quem somos nem o que somos capazes de ser, mas como enfrentamos esse desafio: podemos incendiar as ruínas ou construir, através delas e passo a passo, um caminho que nos leve à liberdade.”

Richard Bach

Dedicamos no Capítulo IV, à análise dos dados que colhemos durante o processo de investigação. O primeiro momento, refere-se aos procedimentos utilizados e seguidos para a coleta de dados, conforme mencionado no Capítulo I. O segundo momento, refere-se às nossas reflexões sobre os resultados colhidos nesse processo.

4.1 Procedimentos para Análise de Dados

As entrevistas, incluindo a entrevista piloto, foram transcritas pela pesquisadora que transcreveu as 5 (cinco) entrevistas. O quadro a seguir, apresenta os números de páginas (total) transcritas das entrevistas.

Quadro 1

Entrevista Piloto de Lily	21 Páginas
Entrevista de Lily	26 Páginas
Entrevista de Nana	12 Páginas
Entrevista de Jun	12 Páginas
Entrevista de Kin	20 Páginas
Total	91 Páginas

A análise das transcrições permitiu a categorização dos dados. A transcrição da entrevista piloto fez parte da análise de dados, pois observamos que as informações eram significativas e pertinentes para este estudo. Verificamos também que alguns dados que surgiram na entrevista piloto não apareceram na entrevista com roteiro. Por esse motivo, optamos para o uso da entrevista piloto.

Outro instrumento utilizado para colher os dados foi o questionário escrito que foi aplicado em duas etapas. Na primeira etapa foi distribuído o questionário I para obtenção de dados sobre o *nikkei* de pesquisa. Os questionários II e III foram distribuídos na segunda etapa, após a entrevista. Nesses questionários procuramos identificar o uso lingüístico dos *nikkeis* de pesquisa.

Esses passos foram os procedimentos realizados durante a análise dos dados de pesquisa e o seus resultados serão analisados neste capítulo. Tentamos verificar também as possíveis mudanças no comportamento lingüístico dos *nikkeis* de pesquisa.

4.2 Caracterização Sociolingüística do Grupo Universitário

Como já dissemos, a pesquisa deste trabalho tem como *nikkeis* de pesquisa, os alunos da Universidade de Brasília do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução. A língua japonesa, nessa instituição, divide-se em duas modalidades: as disciplinas de Língua Japonesa oferecidas para alunos de qualquer área como matéria optativa e/ou de módulo livre e como disciplinas obrigatórias do curso de Licenciatura em Letras-Japonês, restritas aos alunos dessa habilitação.

A Embaixada do Japão realizou um levantamento no ano de 1997 para averiguar quantos imigrantes e quantos descendentes residem no Distrito Federal. Os números revelam os seguintes dados: imigrantes que vivem no Distrito Federal são 1.152 pessoas e os seus descendentes, em torno de 7.000 pessoas. Dentre os imigrantes, o levantamento estatístico acusa 910 mulheres e 650 homens, representando aproximadamente 0,5% da população¹²⁵ do Distrito Federal.

Em termos estatísticos não temos números que mostrem a migração da colônia japonesa para o Distrito Federal. Constatada essa questão, resolvemos nesta pesquisa reconstituir uma pequena história de vida e a história lingüística dos *nikkeis* de pesquisa. Nesta pesquisa tentamos focalizar o uso das **variantes (colônia e padrão)** e

¹²⁵ O senso realizado pela Missão Diplomática Japonesa na Embaixada do Japão.

também da **Língua Portuguesa**. Além de verificar a situação lingüística de membros da família bilíngüe, verificamos também o fenômeno da diglossia no contexto da aquisição de **variante padrão**.

Três dos quatro *nikkeis* desta pesquisa são bilíngües e uma bilíngüe ‘parcial’. São todos *nisseis* (segunda geração) e residem no Distrito Federal. Dois *nikkeis* de pesquisa moram na zona rural e os pais são agricultores e os pais de outros dois *nikkeis* residem na zona urbana. Para verificar a situação lingüística dos nossos *nikkeis* de pesquisa, recorreremos a um estudo de história lingüística dos membros das famílias desses *nikkeis* que denominamos de ‘família bilíngüe’.

O estudo de caso dos *nikkeis* de pesquisa permitiu que pudéssemos traçar uma rede bilíngüe, ainda que preliminar para compor a nossa pesquisa.

Observamos a rede bilíngüe em duas vertentes: a da família e a da comunidade/social. Cada rede exposta refere-se à situação de uso das línguas em domínio do lar e no domínio social (comunidade/instituição escolar). Por ser um estudo exploratório, apresenta características peculiares, já que o universo é bem menor que uma comunidade em si mesma. Mas as situações exploradas nesta pesquisa, não descartam a hipótese de que essas amostras tenham características que sejam pertinentes na rede bilíngüe da comunidade nipo-brasileira.

Em termos de línguas, classificamos da seguinte forma:

- 1) língua japonesa em duas variantes: a **variante I** (variante padrão) *versus* a **variante II** (variante colônia).
- 2) língua **portuguesa** *versus* língua **japonesa** (variante padrão e/ou variante colônia).

Pretendemos identificar o uso dessas línguas em termos de rede bilíngüe para compor o repertório lingüístico dessa comunidade em questão e averiguar a que tendência ao deslocamento da língua japonesa e conseqüentemente a sua substituição. O recurso utilizado, como foi dito anteriormente, é uma ‘amostra’ de ‘história de vivência lingüística’.

NANA - FAMÍLIA BILÍNGUE I

Os pais de Nana vieram ao Brasil na década de cinquenta, quando Japão passava por uma recessão pós-guerra. Pela história da emigração japonesa, foi nessa década que se iniciou a retomada do fluxo emigratório (ver Capítulo III). Os pais da Nana casaram-se no Brasil e tiveram onze filhos dos quais cinco homens e seis mulheres. A Nana é a décima filha e nasceu no Distrito Federal. Nana não soube precisar os motivos pelos quais seus pais imigraram, mas acredita-se que sejam semelhantes aos da maioria dos imigrantes japoneses. Entre esses motivos, o que se destaca é a dificuldade financeira que os japoneses passaram em consequência da guerra e o incentivo do governo japonês que oferecia recursos para emigrarem em busca de novas fontes e de novas perspectivas.

Excerto 4.1

P: Ah, tá certo. Mais ou menos cinquenta anos, né. Você sabe qual foi o motivo da imigração dos seus pais?

Nana: Meu pai é porque tava com dificuldade lá, né. Mas meu avô pediu pra ficar, só que ele preferiu, coisa de jovem, né.

Nana: Minha mãe não, ela veio com a família inteira, porque tava na época de imigração, né. Parece que os tios da minha mãe vieram pra cá primeiro e acharam bom.

(Entrevista Nana, p.2, linha 26)

Os pais de Nana vieram para o Distrito Federal na década de sessenta e se instalaram durante um ano no Plano Piloto. A ocupação do pai de Nana era burocrática, mas com a reforma agrária houve uma distribuição de terras nas cidades periféricas e muitos imigrantes japoneses foram beneficiados com essa reforma. O pai da Nana é um deles e há quarenta anos vem cultivando a terra.

Como a nossa pesquisa focalizou a *nikkei* de pesquisa, não foi possível precisar quando e como os pais da Nana adquiriram a língua portuguesa.

A língua mais usada entre os membros da família é a língua japonesa. O casamento interétnico dos irmãos modificou o comportamento linguístico dos pais. Se antes usavam só a língua japonesa, hoje no domínio domiciliar usam a língua portuguesa na presença de pessoa que não saiba falar o japonês.

Segundo o depoimento de Nana, seus pais encontram muitas dificuldades para falar o português. Apesar de não ter feito uma gravação em relação ao falar dos pais de Nana, deduzimos que o português usado segue os moldes de uma situação pidgnizante, tratada no Capítulo III.

Excerto 4.2

P: Têm brasileiros, não entendem japonês e não falam japonês. Seus pais continuam falando japonês?

Nana: Não. **Eles tentam falar em português**, sabe. Tipo, meu cunhado só fala português, né.

Nana: **Aí, meu pai. Tipo quando quer falar com todo mundo tal, e ele tá lá, né. Aí, tenta transmitir em português. Mas é muito difícil, porque, só que ele passa, mas assim, né dificuldades, mas ele tenta passar.**

(Entrevista Nana, p.6, linha 154)

Essa família bilíngüe apresenta um comportamento lingüístico típico de uma família que manteve a língua japonesa, porque está menos exposta ao contexto externo. Outro motivo que contribuiu para a manutenção da língua dessa família foi à posição adotada pelos pais de usar a língua japonesa em domínio domiciliar.

Excerto 4.3

P: Em quantas línguas vocês se comunicam, então lá na casa de vocês?

Nana: **Com meus pais é direto japonês.**

P: Direto?

Nana: **Meus pais não conversam em português com a gente, de jeito nenhum.**

(Entrevista Nana, p. 2, linha 50)

Não houve o deslocamento da língua japonesa devido à estratégia utilizada pelos pais que usam apenas a língua japonesa como meio de comunicação no domínio domiciliar. A comunicação verbal entre os filhos é feita em duas línguas. A escolha lingüística é direcionada de acordo com a faixa etária dos irmãos. Para distinguirmos a faixa etária, usamos os termos irmão mais velhos e mais novos como foi sugerida pela Nana. Assim, com os irmãos mais velhos, os mais novos usam a língua japonesa e, com os irmãos mais novos, fala-se o português como é revelado no excerto 4.4.

Excerto 4.4

Nana: sempre em japonês, mas quando a gente vai conversar com os irmãos assim, com os irmãos mais novos né.

Nana: **irmãos mais velhos**, automaticamente, a gente muda, sabe?

Nana: **a gente fala em japonês, mas com irmãos mais novos a gente conversa em português.**

P: Ah é, então vocês se comunicam em duas línguas.

Nana: é.

(Entrevista Nana, p.3, linha 57)

Nana tem um irmão que mora no Japão e quando ele vem para o Brasil traz amigos para conhecer sua família. Nessas ocasiões, ela tem oportunidade de conversar

em japonês. A estratégia incosciente utilizada pelo irmão também reforça a manutenção da língua japonesa. Essa atitude favorável à língua está sendo adotada pelos outros membros da família, inclusive pela *nikkei* de pesquisa que faz questão que o seu filho adquira a língua japonesa. Assim, a mãe e o filho têm como L1 a língua japonesa, mesmo que a criança seja da terceira geração.

Excerto 4.5

P: e você, então proporciona ao seu filho a língua japonesa também né?
Nana: **minha mãe, só fala em japonês com ele, meus pais, né.**
P: uh,hun. Falam. Então ele já entende?
Nana: **é, ele entende.**
P: **Você ficaria triste se ele deixar de falar o japonês?**
Nana: **ahh, fico sim.**
P: **é. Então, você pretende manter?**
Nana: **ah, sim.**

(Entrevista Nana, p.5, linha 125)

Observamos que nessa família manter a língua japonesa é uma proposta que os pais e os membros da família adotaram no domínio domiciliar.

Nana, em sua entrevista, demonstra atitude positiva em relação à língua japonesa e aponta que a sua comunicação em língua portuguesa é bem melhor que a língua japonesa. Mas a sua língua mais forte (língua com maior afinidade) é a língua japonesa. Nana é uma bilingüe e tem capacidade de transitar em dois universos lingüísticos e cada qual tem a representação funcional. A sua escolha lingüística não é aleatória, atribui-se a ela um conjunto de valores simbólicos em função de onde ocorre à interação comunicativa. Deduzimos que a língua japonesa representa a língua dos valores da identidade étnica e de relações de laços de família para Nana.

Excerto 4.6

P: Com irmãos mais velhos em japonês e com mais novos em português. Então qual a língua mais forte, pra você?
Nana: **é japonês, né.**
P: **é japonês?**
Nana: **éhhh, mas entendo melhor em português, tipo comunico melhor em Português.**

(Entrevista Nana, p. 3, linha 66)

Nana atribui a importância da língua japonesa, devido ao fato dessa língua representar a língua da sua origem e da sua família. Ela tenta através da língua conhecer um pouco mais da cultura japonesa e com isso compreender melhor a sua personalidade, já que essa cultura faz parte também da sua construção do seu universo. Nos estudos da linguagem devemos estar atentos aos aspectos culturais que estão subjacentes no

processo. No excerto abaixo, a Nana aponta a importância desses aspectos na construção da sua identidade. Observamos que a cultura e a língua mantêm uma relação intrínseca.

Excerto 4.7

P: você acha que é importante saber japonês, aqui no Brasil
Nana: eu acho importante, porque você é de origem, né. A sua língua, meus pais têm essa língua. Então acho importante pra poder comunicar, assim, tipo e tentar conhecer a cultura que seus pais, meus pais, tipo vieram, né. Pra entender melhor a própria personalidade. Às vezes, é muito da cultura, né.
(Entrevista Nana: p.8, linha 204)

A escolha lingüística das línguas depende da função que elas exercem numa comunicação verbal e somada a ela, a função cultural. Mesmo que a língua japonesa seja a língua mais forte para Nana, quando se trata de expressar a sua afetividade e os seus sentimentos, ela prefere usar a língua portuguesa. No seu depoimento revela a dificuldade de expressar afetividade em língua japonesa. Alia-se a ela os demais *nikkeis* desta pesquisa que apresentam também a mesma dificuldade no seu repertório lingüístico. Notamos que não se trata de um ‘déficit lingüístico’, mas um ‘déficit cultural’, isto é, como esses *nikkeis* estão expostos à cultura abrangente, onde a língua de afetividade e de emoção é usada no dia-a-dia com muita frequência e com muita exposição, assimilaram essa linguagem. Na cultura minoritária essa linguagem não é expressa por meio de palavras e nem por meio gestuais, mas sim, por atitudes. Sendo assim, ao transitarem nas duas culturas, os *nikkeis* sentem a ‘falta dessa linguagem’ que não adquiriram no domínio domiciliar, mas adquiriram no contato com o domínio social da cultura majoritária.

Excerto 4.8

P: Quando você está brava, bravinha, você prefere falar em Português ou Japonês?
Nana: em português
P: em português? Carinho também com seu filho?
Nana: é
P: em português, né. Engraçado...
Nana: não consigo transmitir em japonês.
(Entrevista Nana, p. 5, linha 116)

O depoimento da *nikkei* remete-nos ao parágrafo anterior de que a língua e a cultura sempre andam paralelamente, isto é, a escolha lingüística depende da função que cada língua representa dentro de um *background* cultural do falante. O fato de ‘não saber falar a língua da emoção em japonês’ pode ser justificado devido à cultura japonesa não demonstrar os seus sentimentos como é demonstrada na cultura brasileira.

Observamos que mesmo na família que tende a conservar a cultura de origem, a influência da cultura majoritária é significativa e a sua assimilação é inquestionável. A identificação que um falante tem em relação a uma determinada língua depende do papel que ela representa no seu dia-a-dia. Se um falante não encontra traços lingüísticos que se identificam naquela função, ele tende a mudar para o código que revele melhor o seu sentimento.

Excerto 4.9

P: **E quando você se expressa seus sentimentos, você prefere falar em português, japonês?**
Nana: **Português.**
P: **Português?**
Nana: **Meus pais, quase não tem essa comunicação, mas se fosse com meus pais, teria que transmitir em japonês.**

(Entrevista Nana, p.6, linha 162)

No domínio domiciliar dessa família, as línguas desempenham papéis bem definidos e transitam distintamente entre os irmãos. Enquanto que a língua portuguesa é o meio de comunicação entre os irmãos mais novos, com os irmãos mais velhos usa-se a língua japonesa. A troca de um código a outro é feita automaticamente e, o que a distingue é a idade dos falantes. O fato de os pais só falarem em japonês com os membros desta família, reforça o uso da língua japonesa, e conseqüentemente a língua japonesa mantém o seu 'status' de língua de maior uso no domínio domiciliar. Nessa família, a língua japonesa funciona como L1, isto é, na interação domiciliar o espaço é ocupado pela língua japonesa, pelo menos, nesta geração.

Excerto 4.10

P: **qual a língua mais usada, então dentro da sua casa, é o japonês?**
Nana: **é o japonês.**

(Entrevista Nana, p.3, linha 71)

Não foi possível identificar o uso destas variantes no domínio social dessa família, uma vez que a família não mantém muito contato com os *nikkeis* da comunidade e, não tem o hábito de participar dos eventos promovidos pela comunidade nipo-brasiliense. Mesmo nos encontros de jovens da comunidade, não é mais pré-requisito saber falar a língua japonesa. Essa situação contribui para a posição desigual das línguas em termos de distribuição funcional.

Excerto 4.11

Nana: **é mais família mesmo. Não gosta de participar da associação, essas coisas tem perto de casa, mas só que ele prefere não se envolver com essas coisas.**

(Entrevista Nana, p.4, linha 84)

A Nana também não participa dos eventos promovidos pela comunidade. Portanto, o uso da língua japonesa é restrito, apenas no contexto familiar e escolar.

Excerto 4.12

P: **além da sua família você fala com mais alguém em japonês?**
Nana: **não**
P: **não?**
Nana: **só aqui, na escola.**
P: **na escola. Você vai ao clube ou coisa assim, você frequenta?**
Nana: **não**

(Entrevista Nana, p.3, linha 74)

Pela exposição de dados colhidos durante a pesquisa, verificamos a situação lingüística do japonês *versus* português e das variantes nesses domínios. Como a nossa pesquisa tem como objeto de estudo a situação lingüística das variantes da língua japonesa, enfocamos o uso e a tendência da **variante padrão** *versus* **variante colônia** no domínio domiciliar e no domínio social.

Na família de Nana apesar dos cinquenta anos de permanência dos pais no Brasil, os pais e os irmãos mais velhos dessa *nikkei* continuam mantendo a **variante padrão** no domínio familiar. A escolha lingüística dos pais numa comunicação verbal com os filhos é na **variante padrão**, mesmo quando os filhos mais novos falam na **variante colônia**. Nana revela que, a variante que ela usa numa situação comunicativa com seus pais e seus irmãos mais velhos, é a **variante colônia**.

Pela entrevista, observamos que a **variante padrão** é a variante dominante nesse domínio domiciliar. Essa situação lingüística deve-se em parte ao pai, por ter nascido em Tóquio e ter exercido atividade burocrática do consulado por muito tempo no Brasil, fatos que contribuíram para a manutenção da **variante padrão**.

Outro fator que contribuiu para a manutenção dessa variante deve-se ao fluxo migratório do irmão mais velho para o Japão. Deduzimos que, nessa família bilíngüe a exposição na **variante padrão** foi bem maior que na **variante colônia**.

Excerto 4.13

Nana: **ahh, eu uso mais o japonês colônia. Mas meu pai assim, conversa comigo, ele só fala japonês padrão assim, sabe?**
P: **ahh, ehhh. Uh, hum**
Nana: **mais exato assim**
P: **sua mãe também?**
Nana: **minha mãe também**

(Entrevista Nana, p.4, linha 101)

A rede social dessa família também contribui para a manutenção da **variante padrão**. O pouco contato com a comunidade nipo-brasileira, em parte

favorece a sua manutenção. A rede desta família acaba se resumindo ao domínio domiciliar e, às vezes, com amigos japoneses do Japão. A posição adotada torna-se uma aliada para a manutenção da língua japonesa (colônia e/ou padrão) até os dias de hoje.

As entrevistas realizadas com outros *nikkeis* de pesquisa revelam que os *nikkeis* da comunidade, pelo menos da faixa etária aproximada da Nana, estão deixando de falar a língua japonesa e estão usando a língua portuguesa. É prematuro afirmar que a comunidade nipo-brasiliense tende para o deslocamento da língua japonesa, mas é certo afirmar que tende a um deslocamento já que a comunidade nipo-brasiliense tem adotado nos últimos anos o repertório linguístico da sociedade majoritária nas interações intragrupo.

A situação linguística da família corrobora com a tese de que as famílias tradicionais que mantêm a rede social 'fechada' e 'coesa' sofrem menos a influência da sociedade abrangente e conseguem impedir ou retardar o deslocamento linguístico.

O conceito de diglossia de Fishman¹²⁶ defende a tese de que ela é necessária para o desenvolvimento do bilingüismo e, conseqüentemente, a manutenção linguística. Pelo menos, nessa família, em estudo, convencionou-se a usar a língua japonesa no domínio domiciliar, devido à dificuldade dos pais em comunicar-se na língua majoritária.

Uma família que se enquadra nessa categorização torna-se cúmplice pela manutenção da língua de origem, devido às estratégias utilizadas como: retorno das gerações para o Japão; manter contato com as pessoas do Japão; licenciar em língua japonesa; e incentivar as gerações posteriores ao uso da língua japonesa. Enfim são esses aspectos que colaboram para a continuidade dessa língua.

Excerto 4.14

P: agora, quando você utiliza essa variante colônia, né. Seu pai, ele acha estranho?

Nana: não

P: não ele não diz, ele deixa você falar, normalmente?

Nana: às vezes ele tenta, tipo, mostrar outro lado.

(Entrevista Nana: p.6, linha 145)

No caso da **variante colônia**, há uma tendência ao seu deslocamento, pelo menos com a Nana. Um dos motivos que leva a esse deslocamento é o uso de **variante padrão** no domínio escolar e no domínio domiciliar. Os pais da Nana usam **variante padrão**, mesmo que ela use **variante colônia**, e os pais, às vezes tentam corrigir a fala

¹²⁶ Fishman (cf. cit.)

de Nana para o **padrão**. Nesse contexto é inevitável substituição da **variante colônia** pela **variante padrão**.

Excerto 4.15

P: aí, quando você vai falar, você tenta mudar os códigos?

Nana: tento

P: é

Nana: tento falar, corretamente

P: você começa... Isso quer dizer que a língua padrão está substituindo a língua colônia?

Nana: é, tou tentando substituir...

(Entrevista Nana, p. 12, linha 314)

No excerto 4.15, Nana procura convergir a sua variante para a variante de maior uso em domínio domiciliar. Pelo depoimento da Nana, notamos que ela também percebe que **variante padrão** tem 'status'.

Inferimos que no domínio domiciliar o uso de língua japonesa prevalece e, é considerada importante pelos membros dessa família. Essa atitude favorável à língua japonesa é percebida, já que os filhos mais velhos encontram-se no Japão a estudo. Apesar da língua japonesa ser a língua mais usada no dia-a-dia dessa família, a sua importância restringe ao domínio domiciliar. Como essa família não tem participação nos eventos promovidos pela comunidade, o uso da língua minoritária não se abrange ao domínio social, a não ser no caso da Nana que usa a língua japonesa no domínio escolar.

No caso da **variante colônia** o seu uso é restrito, apenas com os irmãos mais novos mantêm-se uma interação de reciprocidade, já que com seus pais e irmãos mais velhos a interação não se converge. Observamos que a língua majoritária é utilizada nas interações com os irmãos mais novos ou ocasionalmente nas interações com os parentes que não sabem falar o japonês.

Quanto à situação lingüística das **variantes** dessa família apresenta um comportamento lingüístico que favorece a manutenção da **variante padrão**, diferentemente da **variante colônia** que tende a uma substituição.

A tabela abaixo sintetiza o uso das línguas e das variantes nos domínios das famílias bilíngües. Utilizamos os seguintes recursos:

1) Língua Portuguesa e Japonesa e as variantes da língua japonesa subdividida em variantes I e II.

Quadro 2

Variante padrão	Variante I
Variante colônia	Variante II
Língua portuguesa	Português

2) Os sinais utilizados:

Quadro 3

X	0	X/0	-	Y
Uso	Não uso	Pouco uso	Sem registro	Dificuldade

3) A sigla utilizada nesta pesquisa para os *nikkeis* de pesquisa é NP.

Quadro 4

Família Bilingüe I

LÍNGUA	Pai	Mãe	Filhos+Velhos	Filhos+Novos	NP
Variante I	X	X	X	X/0	X/0
Variante II	0	0	0	X	X
Português	Y	Y	X	X	X

Pais: Entre os pais usam **variante I**.

Estratégia

- 1- Os pais usam a **variante I** com seus filhos;
- 2- Entre irmãos comunicam-se em **variante I, II e português**;
- 3- Os irmãos mais velhos interagem com seus pais na **variante I**;
- 4- Os irmãos mais novos interagem com seus pais na **variante II**;
- 5- A língua materna de Nana é a **variante II**;
- 6- Nana usa **variante II** na sua interação com os pais e com os irmãos mais velhos;
- 7- Na interação com os irmãos mais novos ela usa a **língua portuguesa** e;
- 8- Os pais usam a **variante I** com a Nana.

O quadro abaixo demonstra a situação lingüística no domínio da comunidade nipônica do Distrito Federal. Esse domínio social engloba a comunidade nipo-brasileira e a instituição escolar, no nosso caso a UnB.

Quadro 5

Comunidade da Família Bilíngüe I

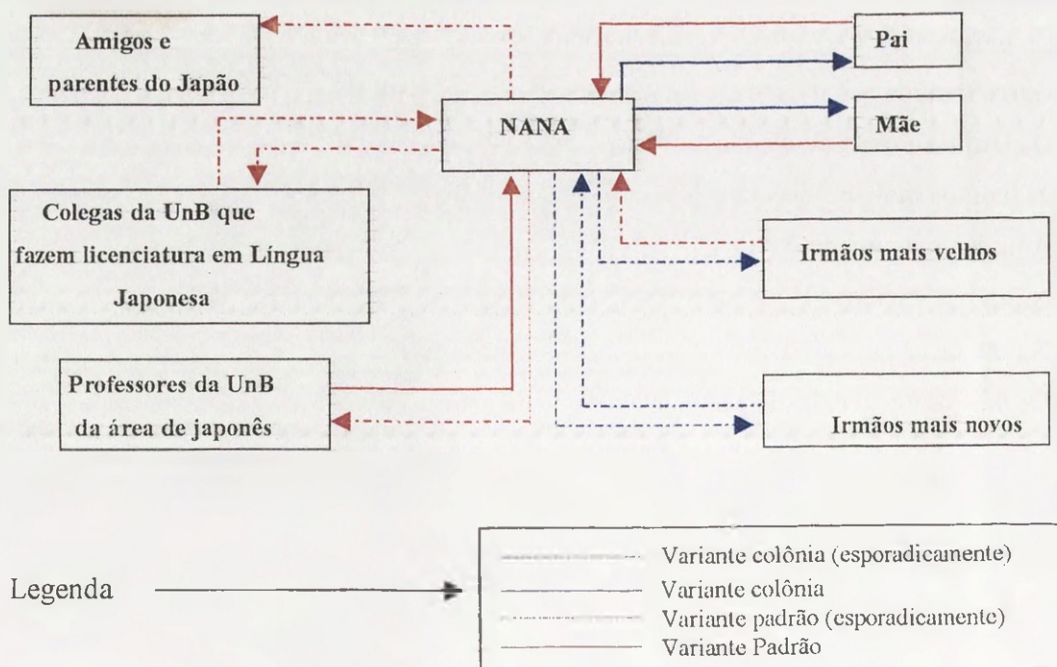
DOMÍNIO SOCIAL				DOMÍNIO SOCIAL		DOMÍNIO ESCOLAR
LINGUAS	Pai	Mãe	Filhos	NP	NP	
Variante I	-	-	-	0	X	
Variante II	-	-	-	0	X/0	
Português	-	-	-	X	X/0	

Comunidade:

- 1- Essa família não participa dos eventos da comunidade minoritária e nem da majoritária; e
- 2- **Nana** também não tem hábito de freqüentar os lugares que os *nikkeis* costumam se encontrar. Assim, o único lugar que ela interage em japonês é **na escola**. Costuma-se usar nesse domínio **a variante I**.

Utilizamos os gráficos a seguir para compor o cenário da rede bilíngüe. O desenho abaixo ilustra a situação lingüística desta família, quanto ao uso das **línguas: japonesa versus portuguesa** e das **variantes: padrão versus colônia** no domínio domiciliar e social. O termo esporádico refere-se àquelas situações em que o uso das variantes ou das línguas pode ser negociado com seu interlocutor.

Rede Lingüística da Família Bilíngüe



JUN - FAMÍLIA BILÍNGUE II

Jun nasceu em Brasília e pertence à segunda geração por parte de mãe e à terceira geração por parte de pai.

A família da mãe do Jun veio de Okayama, uma região que fica no sul do país. A família da mãe do Jun imigrou nos meados da década de cinquenta para o Brasil e, se estabeleceu no Estado de São Paulo, na lavoura. Os motivos pelos quais a família da mãe veio para o Brasil são o mesmo da maioria dos imigrantes que foram incentivados pelo governo japonês a emigrarem para outros países.

Excerto 4.16

P: cinco ou seis anos, ótimo. Você sabe qual o motivo de ela ter vindo pra cá?

Jun: bem eh, pelo que saiba assim, o Japão estava eh dando recursos para que pessoal, pessoas do sul do Japão, viessem, fosse imigr..., imigrasse para o Brasil.

(Entrevista Jun, p. 2, linha 28)

A história da imigração da mãe não foi possível precisar, mas sabe-se que a família morou um tempo em São Paulo. Os pais de Jun casaram em São Paulo e na década de setenta vieram para Brasília, onde se instalaram em Taguatinga. Essa família é composta por cinco membros, pai, mãe, uma filha e dois filhos, dos quais Jun é o primogênito. A mãe do Jun trabalha com o comércio e é bilíngue.

Essa família difere da primeira família quanto à situação linguística das línguas japonesas *versus* portuguesa e das variantes, **padrão versus colônia** no domínio domiciliar e no domínio social.

O pai desse *nikkei* de pesquisa pertence à segunda geração, portanto é bilíngue também. Segundo Jun, a língua mais dominante do seu pai é o português. Como essa família tem os pais que são bilíngues, as duas línguas transitam sem trazer seqüelas na comunicação entre os pais e filhos. A escolha linguística domiciliar é efetuada de acordo com quem se interage.

Excerto 4.17

P: Quando você usa nihongo¹²⁷? A língua que você usa com seus pais, fala em Japonês?

Jun: falo

P: em japonês

Jun: ok. Falo em japonês

(Entrevista Jun, p. 8, linha 26)

¹²⁷ Nihongo: refere-se a língua japonesa.

Jun, atualmente usa a língua japonesa (padrão) com seus pais, especificamente com a mãe. Com o seu irmão, a interação ocorre na língua portuguesa, já que o irmão não usa a língua japonesa. Jun, em sua entrevista, demonstra a preferência pela língua portuguesa nas interações com os irmãos (excerto 4.18). Observamos que a escolha de Jun pela língua portuguesa deve-se ao fato dessa língua transitar no dia-a-dia no domínio dessa família.

Excerto 4.18

P: com seus irmão?

Jun: falo mais português

P: éhh, mais português?

Jun: é mais português.

(Entrevista Jun, p.9, linha 34)

No domínio domiciliar de Jun, inclui-se a avó materna que usa a língua japonesa. Pelo depoimento, pressupomos que a avó usa o dialeto de Okayama que dificulta a interação com os netos.

Excerto 4.19

P: com a família você transita legal esses dois códigos?

Jun: mais ou menos, ehhh o japonês colônia às vezes minha vó fala algumas coisas que eu não consigo compreender (risos)

P: você não consegue compreender?

Jun: é em questão de sotaque, porque a minha vó é de Okayama

(Entrevista Jun, p.8, linha 206)

Apesar de não ter tido acesso ao repertório lingüístico dessa avó, pelo depoimento do Jun, podemos notar que a língua falada pela avó traz características do dialeto usado nas regiões de Okayama. A comunicação entre o Jun e a avó é comprometida, devido ao uso do dialeto regional por parte da avó e **variante padrão** por parte do neto (Jun).

Excerto 4.20

P: você tinha me respondido assim: “sensei,¹²⁸ eu hoje em dia, não consigo mais conversar com minha avó, porque já não ouço mais aquele falar...

Jun: sim

P: você tinha dito isso, e como é que está isso hoje?

Jun: bem, ehhh (risos), minha vó continua achando meu japonês engraçado, porque tem algumas coisas que ela não, alguns termos que ela não entende, mas na medida do possível a gente vai tentando (risos) conciliando.

(Entrevista Jun, p. 7, linha 78)

¹²⁸ Sensei= professor(a) em língua japonesa

Mesmo não existindo uma ‘obrigatoriedade’ do uso da língua japonesa no domínio domiciliar, observamos que a escolha lingüística da mãe nas interações cotidianas com seus filhos torna-se uma estratégia para a manutenção da língua japonesa no domínio domiciliar.

Excerto 4.21

P: ahhh, existe, por exemplo, alguma exigência por parte da sua mãe, seu pai que você utilize a língua japonesa?
Jun: não, não tem essas exigências.
P: não tem, ah é. Quem fala mais a língua okaasan ou otoosan?¹²⁹
Jun: okaasan.
P: okaasan, né, uh hum. Você, quando fala, pergunta em nihongo sua resposta é, geralmente, em japonês ou português?
Jun: japonês.

(Entrevista Jun, p. 9, linha 249)

A língua mais falada no domínio domiciliar desta família é o japonês (colônia, dialeto e/ou padrão) uma vez que os filhos (Jun e sua irmã) falam em japonês com sua mãe e avó devido à dificuldade dela em expressar em língua portuguesa. Segundo a nota de campo, Jun revela que a língua portuguesa falada pela avó é precária e ruim. Percebe-se que o português falado pela avó apresenta um falar com características de um pidgin. Com relação ao pidgin já foi mencionado no Capítulo anterior especificamente na sessão de ‘Português Falado por *Isseis*’, quando analisamos o repertório lingüístico dos nipo-brasilienses.

Além desse comportamento, que ajuda na manutenção da língua, observamos que a atitude dessa família bilingüe em relação à língua japonesa é positiva, favorecendo a estabilidade da língua. Pelo depoimento, além desse *nikkei* de pesquisa que gosta da língua japonesa e morou durante sete anos no Japão, tem a irmã mais nova que gosta da língua. Com essa irmã Jun usa a língua japonesa no domínio domiciliar.

Excerto 4.22

P: tem alguém na sua casa que fala, ah japonês?
Jun: fala
P: quem?
Jun: minha mãe, meu pai, e meus avós e minha irmã que fala melhor do que eu.
P: a mais nova? Porque será?
Jun: ela gostou da língua japonesa, ela se interessou mais em aprender a língua

(Entrevista Jun, p. 3, linha 57)

¹²⁹ Otoosan= pai ; Okaasan= mãe

No seu depoimento, Jun relata que é importante e oportuno saber falar japonês, principalmente naquelas situações nas quais usa-se a mudança de código (Grosjean¹³⁰) como uma estratégia, com a finalidade de excluir os seus interlocutores.

Excerto 4.23

P: e quando você está zangado?
Jun: falo em japonês. (risos)
P: ah é?
Jun: ai as pessoas não entendem (risos)
P: Esse é o recurso, isso é legal. Você pode falar, que ninguém está entendendo o que você está falando.
Jun: isto

(Entrevista Jun, p. 11, linha 288)

Jun atribuiu a importância em saber a língua japonesa por motivo semelhante àquele que procura aprender uma LE, ou seja, pela necessidade de saber outras línguas no mundo globalizado. Por outro lado, enfatizou a importância de conhecer a língua de sua origem e da cultura dos seus ancestrais. Jun relatou que tem curiosidade em aprender a língua para entender a fala dos meios televisivos e jornalísticos transmitidos pela TV a cabo.

A rede social de Jun difere da família I, pois, mesmo que a interação cotidiana dessa família seja feita em japonês, há uma tendência de se comunicarem na língua em comum. Um dos motivos dessa escolha deve-se ao caçula que não usa a língua japonesa. No caso dessa família, a escolha lingüística para se comunicar com os irmãos é feita na língua predominante entre eles. Sendo assim, o irmão mais velho não usa japonês para interagir-se com os irmãos mais novos. Mesmo que a irmã mais nova fale muito bem o japonês, não garante o seu uso. A ausência da língua japonesa entre os irmãos nas interações cotidianas faz com que a língua japonesa se posicione para um possível deslocamento. No entanto, no domínio domiciliar dessa família tem fatores que contribuem para a continuidade da língua japonesa, devido ao interesse dos membros dessa família em estudar a língua japonesa ou recorrer aos outros meios que usam a língua japonesa. Essa atitude acaba favorecendo a estabilidade da língua japonesa. A presença da avó é outro fator que contribui para a manutenção da língua, pelo menos nesse domínio. Apesar do repertório lingüístico ser nos moldes do 'falar dela', mas não deixa de ser uma das variedades da língua japonesa. Essa família inconscientemente está usando uma estratégia, em que o uso da língua japonesa em domínio domiciliar é

¹³⁰ Grosjean, 198

predominante nas interações, pelo menos, com a mãe e avó. Deduzimos que nessa família, as línguas têm as respectivas funções e estão em posição de equilíbrio.

No domínio social, vimos duas situações peculiares na transcrição dessa entrevista. O primeiro momento foi relatado no excerto abaixo, quando Jun usa código intragrupal para se comunicar com os *nikkeis*. Em contraste, no segundo momento da entrevista, Jun revela no seu depoimento que nos clubes, onde se frequentam muitas pessoas da comunidade, o uso do japonês é pouco. Ao deparar com esses dois depoimentos contraditórios, observamos que no segundo depoimento, refere-se em parte ao *nikkei* jovens de segunda ou terceira geração que não usam ou desconhecem a língua japonesa. Na comunidade nipo-brasiliense, é comum os *nisseis* mais velhos usarem a língua japonesa no domínio comunidade, mas na medida que vai avançando para *nisseis* mais novos, notamos a presença de deslocamento da língua japonesa. Assim contextualizada, observamos que nessas interações o uso da língua portuguesa é predominante.

Excerto 4.24

<p>P: Você mantém contato com outras pessoas que falam japonês, além da sua família? Jun: Sim, muitos, eu tenho muitos colegas <i>nikkeis</i>, né. Então isso <i>obriga</i>, às vezes usar japonês também</p>

(Entrevista Jun, p. 5, linha 127)

O domínio social de Jun é mais amplo do que da Nana. No excerto acima, observamos que a escolha lingüística deste *nikkei* de pesquisa segue o ritmo do comportamento lingüístico do grupo, isto é, usa o mesmo código compartilhado pelo membro da comunidade. Esse código referido não foi possível precisar se é **variante padrão** ou se é **variante colônia**. Deduzimos que ele usa **variante padrão** em vez de **variante colônia**, devido ao depoimento, em que relata que “**você acaba falando o japonês que está estudando**”. Ele revela na sua entrevista que os *nikkeis* de hoje não falam japonês, sendo assim, é difícil de diagnosticar a sua exposição à língua japonesa no domínio social.

Quanto ao domínio escolar, Jun tenta usar a língua japonesa com os colegas de licenciatura na medida do possível. A interação com os colegas da UnB é feita na **variante padrão**, já que os alunos de língua japonesa estão expostos à instrução formal. Apesar da língua japonesa estar presente no dia-a-dia da vida escolar desse grupo é difícil manter uma conversa em japonês. Segundo Jun, quando a interação começa a se complicar por falta de conhecimento da língua ou do vocabulário, acaba terminando em

língua portuguesa. Notamos que a mudança de código é marcada, nesse caso devido ao ‘déficit lingüístico’ da língua alvo.

Excerto 4.25

Jun: eh, na UnB, um pouquinho né. Usa-se, a gente tenta usar o máximo, quando tá no meio de língua japonesa, que tem a ver com a língua japonesa, como a literatura ou a cultura, a gente tenta usar, mas quando não dá a gente usa o português.

(Entrevista Jun, p. 9, linha 240)

A rede se completa quando ultrapassa o domínio familiar e começa a penetrar em outros domínios e aos poucos vai se ramificando para dar continuidade ao processo de manutenção. Observamos que essa ramificação não se completa na comunidade de fala dos nipo-brasilienses mais jovens, e em algum momento está sendo interrompida. Uma das causas desta instabilidade se refere à inexistência de norma consensual na comunidade de fala do seu uso em determinados domínios. Segundo Fishman refere-se a essa situação como bilingüismo sem diglossia (ver capítulo II). São situações lingüísticas típicas das comunidades transplantadas. A ausência da diglossia contribui para a instabilidade do bilingüismo.

Excerto 4.26

Jun: é porque, tem um problema sério, pelo menos em Brasília, na grande maioria, os jovens não falam nihongo.¹³¹

(Entrevista Jun, p. 8, linha 199)

A situação lingüística das variantes é mais complexa, embora a língua materna seja a **variante colônia**, notamos o deslocamento desta variante pelos *nikkeis* desta pesquisa em substituição à **variante padrão**. Pelo depoimento do Jun, notamos que o fenômeno da substituição é inevitável.

Excerto 4.27

Jun: quando fui pro Japão e voltei, eu interessei em entrar em curso superior de língua Japonesa, pra aprimorar mais a língua japonesa.

P: então, você já falava japonês quando você era pequeno?

Jun: falava o japonês colônia, no caso

P: japonês colônia, uh hum

Jun: isto

(Entrevista Jun, p. 4, linha 78)

¹³¹ Nihongo: língua japonesa

P: isso quer dizer que aos poucos, aquele japonês que você usava, digamos assim, aquele Japonês da comunidade aos poucos ela está sendo substituída

Jun: ahhh, ta substituída, transformada até a palavra correta.

(Entrevista Jun, p.7, linha 194)

A substituição de uma variante sobre a outra é inevitável, principalmente quando se tem uma atitude negativa a uma determinada variante. Nesse caso o viés da hierarquização é acionado e pode contribuir para o seu deslocamento. Inferimos no excerto acima, que o conceito que se atribui às respectivas variantes reflete a posição assimétrica dessas variantes. Observamos uma atitude desfavorável à **variante colônia**, quando Jun afirma “**transformada até a palavra correta**”. Esses dados revelam o papel que cada variante representa em termos de valor lingüístico, cujo o fenômeno será objeto de análise posterior.

Utilizamos o quadro abaixo para melhor visualização do uso dessas línguas e das variantes da família bilíngüe II. As especificações seguem da **família bilíngüe I** com acréscimo do dialeto de Okayama, representado pela letra D.

Quadro 6 Família Bilíngüe II

LÍNGUA	Pai	Mãe	Avó	Filha + Nova	Filho + Novo	NP
Variante I	X/0	X	D	X	0	X
Variante II	X	X	-	X/0	Y	Y
Português	X	X	Y	X	X	X

Pais: Usam a variante I, variante II e português.

Estratégia:

- 1- Os pais usam a variante I e II com os filhos;
- 2- A primeira língua dos filhos foi variante II;
- 3- A língua materna do Jun é a variante II;
- 4- Jun aprendeu o português, quando iniciou a instrução formal;
- 5- Entre os irmãos usa a língua predominante o português;
- 6- A avó usa a variante II ou dialeto. Tem dificuldade em falar o português e;
- 7- Jun, atualmente usa a variante I na interação com seus pais, avó e irmã.

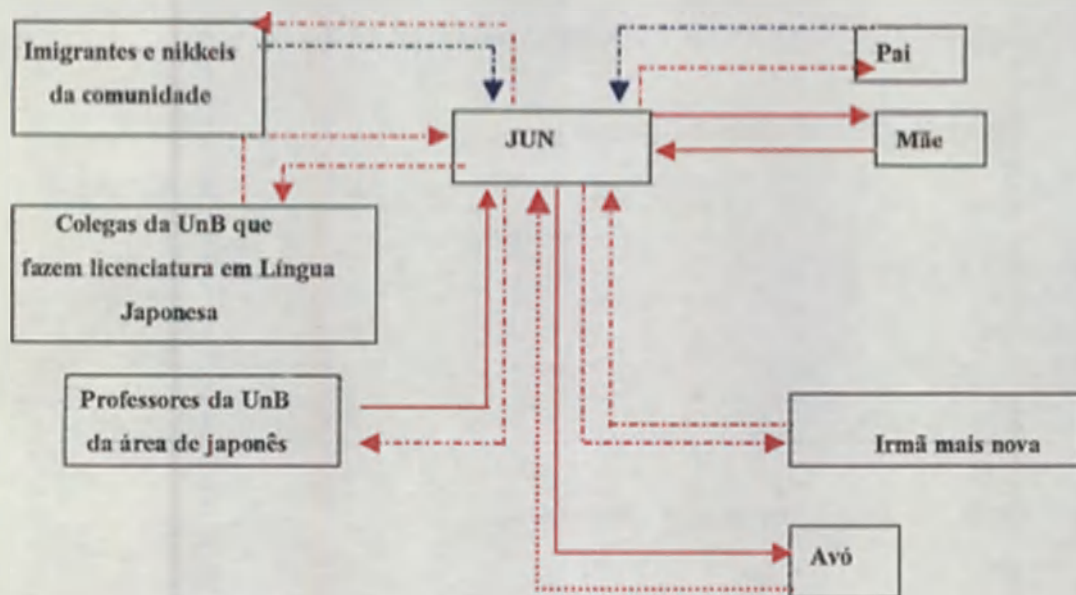
Quadro 7 Comunidade da Família Bilingüe II

LÍNGUA	DOMÍNIO SOCIAL				DOMÍNIO SOCIAL	DOMÍNIO ESCOLAR
	Pai	Mãe	Avó	Filhos	NP	NP
Variante I	X	X	-	-	X	X
Variante II	X	X	X	-	-	-
Português	X	X	0	-	X	X/0

Comunidade:

- 1- Os pais participam dos eventos da comunidade minoritária e da sociedade majoritária; e
- 2- Jun participa, às vezes, dos eventos promovidos pela comunidade nipo-brasiliense. Nesses encontros usa a variante I ou português.

Rede Lingüística da Família Bilingüe II.



Legenda

	Variante colônia (esporadicamente)
	Variante colônia
	Variante padrão (esporadicamente)
	Variante padrão
	Dialeto japonês

KIN - FAMÍLIA BILÍNGÜE III

Kin é o único *nikkei* de pesquisa que nasceu fora do Distrito Federal. Sendo natural do Paraná e radicado em Brasília desde a década de oitenta, e aqui constituiu a sua família.

Os pais de Kin vieram para o Brasil na década de trinta, uma época marcada pela recessão mundial. O mundo vivia a crise econômica e para superar a crise, o Brasil que tinha recursos naturais em abundância para o plantio, incentivou a entrada dos imigrantes para a indústria de café, pimenta, seda entre outros. Muitos imigrantes deixaram o seu país que passava por uma recessão, e vieram para o Brasil com a expectativa de melhorar as condições de vida. A motivação dos imigrantes desta época deve-se a esses fatos históricos. O pai de Kin é de Nagano e a mãe de Fukushima.

Excerto 4.29

Kin: minha família deve ter chegado por volta de 1935 por aí.

P: ummm, 35. Você sabe qual foi o motivo da imigração?

Kin: ahhh, eu não sei, eles não contaram a história assim toda, mas também com relação à **Problema financeiro lá no Japão, né.**

P: eu acho que era mundial, né,

Kin: eu acho que era problema sério

P: mundial, trinta foi época da depressão mundial

Kin: **foi, exatamente.** Eles vieram pra indústria de, digamos assim, **de alguma sorte pra tentar melhoria de vida, né.**

P: eles pretendiam voltar logo pro Japão?

Kin: **acho que meus avós tinham.** Meus pais já se assentaram um pouco mais, já viram a situação diferente pós-guerra, principalmente né, e provavelmente, eles já tinham decidido ficar aqui no Brasil.

(Entrevista Kin, p.1, linha 27)

Os pais de Kin tiveram seis filhos, dos quais, três mulheres e três homens. Kin revela no seu depoimento que a língua japonesa (variante colônia) era usada no dia-a-dia no domínio domiciliar na sua infância, ele usava a língua japonesa e língua portuguesa com os seus pais. Observamos que Kin faz o uso de mudança de código para poder se comunicar com os seus pais. Pelo seu depoimento, deduzimos que a mudança ocorre para preencher uma lacuna lingüística e, essa lacuna pode ser marcada tanto no

léxico como também na sintaxe. Assim ele alterna as duas línguas (ver Grosjean)¹³² na sua interação com os pais.

Excerto 4.30

P: a língua que, quando você utiliza com seu pai ou com a sua mãe, você usa?
Kin: eu misturo, tanto português como japonês. E vou falando em japonês até onde eu sei e quando não sei, já falo português né, aí fica aquela de japonês e português.

(Entrevista Kin, p. 4, linha 94)

Na interação com os seus irmãos, principalmente com os irmãos homens optam pela língua portuguesa na interação cotidiana, mesmo que o irmão mais velho saiba bem a língua japonesa. Essa escolha lingüística deve-se ao fato do outro irmão não saber a língua japonesa e para que a comunicação possa fluir normalmente, eles usam a língua em comum, nesse caso é o português.

Excerto 4.31

P: e vocês se comunicam em português? Qual a língua?
Kin: eh, gozado que eu com meus irmãos, os homens, praticamente, eles não sabem. Tenho irmão mais velho que ele sabe bem o japonês.

P: o mais velho?

Kin: o mais velho..

(Entrevista Kin, p.2, linha 43)

No caso da rede bilíngüe desta família, o fator casamento intraétnico não garante o uso da língua japonesa. Kin revela que o irmão é casado com uma *nikkei*, no entanto a língua em comum é a língua da sociedade majoritária.

No caso das irmãs, Kin tem a impressão de que elas falam bem a língua japonesa, principalmente as duas irmãs que tiveram a oportunidade de morarem no Japão, uma para o estudo da língua japonesa e a outra para trabalhar. Ao se comunicar com essas irmãs, Kin tenta utilizar a língua japonesa (padrão).

Excerto 4.32

Kin: agora, as irmãs todas falam japonês, falam bem até

Kin: a minha irmã foi pro Japão, fez curso de japonês tudo, né.

Kin: a outra irmã do meio, ela foi pro Japão, foi como dekasegui, ficou três anos lá então, ela sabe falar muito bem o japonês e com ela, do meio, eu converso em japonês, pra treinar o meu japonês.

(Entrevista Kin, p.2, linha 49)

¹³² Grosjean (cf. cit.)

No domínio domiciliar as duas línguas, isto é, o português e o japonês (padrão e colônia) estão presentes. Através do dado colhido no questionário e no depoimento de Kin, inferimos que seus pais também são bilíngües. Sendo assim, as línguas transitam livremente no domínio domiciliar com maior transitividade do português, por ser a língua em comum entre os irmãos. A presença dominante da língua abrangente pode restringir o uso da língua japonesa nesse domínio.

Os imigrantes para superarem a dificuldade que tiveram na aquisição de língua portuguesa, faziam questão que os seus filhos aprendessem e falassem bem a língua portuguesa, incentivando-os à terem instrução escolar.

A consciência de que a 'terra' desses descendentes não era a terra do sol nascente, favoreceu-os a vincular-se com a sociedade hospedeira. Essa conscientização promoveu o ensino da língua portuguesa que, em parte, contribui para o deslocamento dessa língua.

Excerto 4.33

P: **na sua infância os seus pais obrigavam falar japonês?**

Kin: **não, nunca obrigaram a falar**

P: **ah é**

Kin: **eles falaram pra eu estudar o japonês, mas que o português seria a minha língua oficial.**

(Entrevista Kin, p.5, linha 137)

Um perfil assim definido poderia tender a um deslocamento da língua japonesa, mas o fato de Kin usar a língua japonesa com suas irmãs colabora para a manutenção da língua, uma estratégia inconsciente usada pelo *nikkei* de pesquisa acaba resgatando a língua japonesa no domínio domiciliar.

A atitude positiva em relação à língua e à cultura japonesa favorece a manutenção dessa língua. Kin atribui a importância do saber a língua japonesa ao fato de ela ser a língua de seus ancestrais e aquela que representa a identidade lingüística da comunidade nipo-brasileira. Kin é aluno de licenciatura em língua japonesa e tem muito interesse em adquirir mais conhecimento sobre a língua, a cultura e a sociedade japonesa.

Excerto 4.34

P: **Você acha que é importante saber japonês aqui no Brasil?**

Kin: **eu acho assim que, existe uma importância de saber a língua japonesa, em termos de Sociedade nikkei aqui, eu acho que entre nós aqui ou no mais, pensando pouco mais amplamente, um pouquinho de grandeza seria um pouco mais a nível econômico-social, a nível de governo. Eu acho que isso é uma coisa que ta um pouquinho além, talvez da nossa expectativa. Mas eu acho que fora isto, acho que, no geral, no dia-a-dia do brasileiro, acho que não existe essa importância.**

(Entrevista Kin, p. 12, linha 355)

Quanto ao domínio social, Kin pertence a uma geração que cultiva a cultura e língua de origem. Ele participa das atividades culturais promovidas pela comunidade *nikkei* e nessas oportunidades ele usa a língua japonesa na interação com os *nikkeis*. Uma das atividades que os *nikkeis* mantêm são os encontros nos finais de semana no clube da comunidade. Nesses encontros eles promovem entretenimento como almoços, bingos, jantares, Karaokê e jogos esportivos como baseball, Kendo,¹³³ entre outros.

Os *nikkeis* bilíngües dessa geração, geralmente usam os dois códigos (português e japonês) numa interação, portanto é comum a alternância de códigos que ocorre de forma inconsciente na fala dos *nikkeis*. Como a língua portuguesa é a língua da maioria, ela tende a ser mais dominante nessa interação. A língua japonesa que referimos é a **variante colônia**.

Excerto 4.35

P: além de seus pais, você tem outro lugares **que você fala a língua japonesa, a variante colônia?**
Kin: hoje, atualmente né, ehnh porque tou em Brasília, meus parentes todos são de Paraná e São Paulo. **Agora, aqui em Brasília, único lugar que eu converso mais é no clube.**
Kin: no clube, lá no clube Nipo, **então lá nós conversamos em japonês que é basicamente, esse mesmo japonês, né da colônia, que a gente fala *koroniago*,**

(Entrevista Kin, p.5, linha 111)

Kin além de usar a variante colônia com os *nikkeis*, ele tenta usar a língua japonesa (padrão) nesses domínios analisados. Assim exposto, observamos que a rede social do Kin contribui para a manutenção da língua japonesa, mesmo que a língua dominante seja a língua portuguesa.

No caso da **variante colônia**, notamos que essa variante começa a se posicionar para o deslocamento e pode acarretar numa substituição lingüística. Esse deslocamento tende a ocorrer, mesmo que a sua L1 tenha sido a **variante colônia** e ter sido a variante de uso domiciliar e social ao longo da sua vida. Como a instrução que tem recebido durante os últimos anos tem sido **variante padrão** é ela que tende à prevalecer.

A **variante colônia** é a variante de minoria lingüística, cuja situação contribui para a substituição dessa variante pelo **padrão**, uma vez que o **padrão** representa a variante da maioria e reconhecida internacionalmente. Essa situação

¹³³ Kendo: arte macial japonês praticado pelos samurais e que tem como filosofia a obtenção da disciplina, aperfeiçoamento espiritual e o respeito com os próximos através do Ken=espada; Do=caminho. Esta arte milenar é mantida nas escolas japonesas do Japão até nos dias de hoje. A imigração trouxe como herança cultural esta atividade que se mantém nas comunidades nipo-brasileiras.

lingüística concede-nos algumas reflexões em relação às posições das variantes, isto é, a **variante colônia** posicionando rumo à substituição.

Excerto 4.36

P: você começou utilizar muito esse código? Digamos, Quando a gente trabalha como código padrão e código colônia.
 Kin: sei
 P: Você está utilizando muito, ou você sempre está utilizando a variante colônia?
 Kin: não estou fazendo o possível pra usar o código padrão
 Kin: porque eu acho que, se ehéh, o japonês padrão esse que nós estamos estudando, porque não falar o japonês padrão, né. Inclusive meu pai, eh minhas irmãs já falam "pôxa vida, já ta parecendo, já está começando a falar como japonês", né. Já é alguma coisa diferente, já né.
 (Entrevista Kin, p. 5, linha 123)

A rede bilingüe desta família tem peculiaridade quanto ao uso das línguas, por esse motivo, dividimos em filhos homens e mulheres, baseando na escolha lingüística do *nikkei* de pesquisa quanto ao uso das línguas na interação cotidiana com seus familiares.

Quanto aos sinais utilizados neste gráfico segue a mesma orientação da Família Bilingüe I.

Quadro 8 Família Bilingüe III

LÍNGUA	Pai	Mãe	Filho 1 / Filho2	Filhas	NP
Variante I	-	-	X 0	X	X
Variante II	-	-	X/0 X/0	X/0	X/0*
Português	-	-	X X	X	X/0

Estratégia:

- 1) A língua materna dos filhos é **variante II**;
- 2) Entre os irmãos conversam em **português**;
- 3) A língua materna do **Kin** é a **variante II** e;
- 4) **Kin** conversa com seus irmãos mais velhos em **português** e com as irmãs em **variante I**.

Obs: *Apesar da variante II ter sido a L1 de Kin, ele tenta usar a variante padrão nas interações com os *nikkeis*.

Quadro 9 Comunidade da Família Bilingüe III

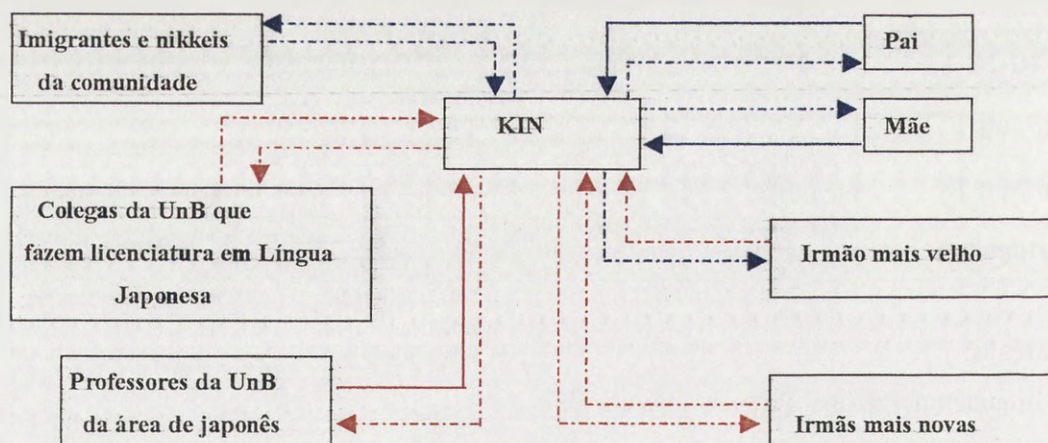
LINGUAS*	DOMÍNIO SOCIAL			DOMÍNIO SOCIAL	DOMÍNIO ESCOLAR
	Pai	Mãe	Filhos	NP	NP
Variante I	-	-	-	X	X
Variante II	-	-	-	X/0*	X/0*
Português	-	-	-	X	X/0

Comunidade:

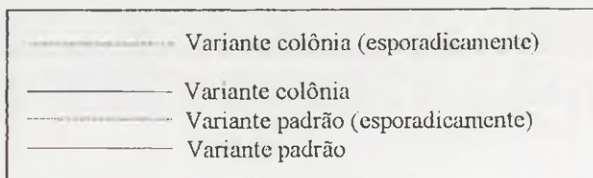
1) **Kin** participa ativamente nos eventos promovidos pela comunidade nipo-brasiliense, inclusive nos eventos esportivos que o clube Nipo propicia aos seus sócios. A variante usada entre eles é a **variante II**, entretanto tenta falar na **variante I**; e

2) **Kin** é o usuário das duas variantes. No domínio escolar usa **variante I**, esporadicamente a **variante II**.

Rede Lingüística da Família Bilingüe III



Legenda



LILY - FAMÍLIA "SEMI-BILÍNGÜE" DE LILY

Lily não soube precisar a época e o motivo pelo qual seus pais vieram para o Brasil. Segundo a sua conclusão vieram por motivos financeiros e devido à personalidade do seu pai que gosta de ser independente. Os pais de Lily casaram-se no Japão e vieram de Kagoshima para o Brasil. Aqui tiveram sete filhos, dois homens e cinco mulheres das quais Lily é a caçula.

Como imigrantes, eles se estabeleceram em São Paulo e permaneceram até a década de setenta. A migração desta família para Distrito Federal ocorreu na década de setenta para a zona rural de Brasília, onde continua até hoje na prática da agricultura.

Para essa família utilizamos o termo semi-bilíngüe ou bilíngüe parcial, na falta de um termo mais específico, referindo-se à alguns membros dessa família que não usam uma língua convergente que pudessem transitar no domínio domiciliar.

Segundo o depoimento de Lily, a interação com os seus pais torna-se difícil e unilateral, devido ao monolíngüismo em japonês da mãe e do semi-bilíngüismo dos filhos mais novos. O fato de o pai ser um 'bilíngüe', torna-o intermediador nas conversas em que os dois códigos estão presentes. Cada qual faz o uso da língua que é dominante e a ponte que liga uma língua à outra são os irmãos mais velhos. Na ausência desses irmãos, é o pai que, muitas vezes, recorre ao dicionário. O termo bilíngüe que aparece destacado com aspas, refere-se ao pai que usa a língua japonesa e a portuguesa. Como não foi possível averiguar o bilíngüismo do pai, utilizamos o termo com aspas devido ao pai sempre recorrer ao dicionário nas interações domiciliares. No entanto, não inferimos uma concepção do bilíngüe 'ideal', ou seja, um falante que apresenta competência igualitária em duas línguas.

A entrevista da Lily passou por duas etapas: a primeira que serviu de entrevista piloto e a segunda que seguiu os padrões das outras entrevistas. Como a entrevista tem informações pertinentes que não apareceram na segunda entrevista, optamos para o uso dessas duas entrevistas. Recorremos as seguintes siglas: **Ep= entrevista piloto** e **E= entrevista padrão**.

Excerto 4.37

P: mas Quando você quer falar coisas mais específicas, ou algumas coisa assim, digamos que precise de mais vocábulos, nesse caso você recorre a o quê?

Lily: ou recorro aos meus irmãos que sabem falar melhor, Quando eles não sabem também é meu pai, né.

P: seu pai, então seu pai que...

Lily: meu pai

P: ah hã, fica digamos no meio dando a ponte

Lily: isto, quando ele também não sabe ele faz, ele sabe procurar palavras no dicionário que ele tem dicionário dele antigos, né. Aí ele vai e mostra pra minha mãe, não ela tá querendo dizer isto aqui.

P: ahh, que interessante

Lily: então ela é desse jeito

P: ai quando sua mãe quer, digamos responder alguma coisa pra você e você não entendeu, aí o seu pai ou seus irmãos que interferem e...

Lily: falam

(Entrevista Piloto p.2, linha 43)

Lily alega ao monolingüismo da mãe, devido à sua dedicação no plantio da lavoura e por não ter tido contato com a sociedade majoritária. Além desses fatores, deve-se ao comportamento reservado da mãe que contribuiu em 'ilhar' em uma língua. Segundo Lily, a mãe nas horas de folga, ela sempre recorre a uma literatura japonesa e nunca leu uma revista em português. Notamos que o contato da mãe da Lily com a língua portuguesa é mínimo, mesmo na hora de lazer, como leitura de uma literatura ou assistir a um TV a cabo, sua escolha lingüística é na língua japonesa.

Muitos imigrantes transportaram o Japão para o Brasil e criaram um mundo japonês na sociedade brasileira, vivendo-se de lembranças e alienados em relação à sociedade hospedeira. Essas pessoas acabam fechando a sua rede social e, à medida que o tempo passa, torna-se um indivíduo desvinculado da realidade lingüística hospedeira.

Quanto ao bilingüismo em andamento de Lily, refere-se à dificuldade de se manter o mesmo grau de bilingüismo apresentado por outros *nikkeis* de pesquisa pela própria situação lingüística vivenciada, que difere dos outros pesquisados. Lily alega que devido ao fato da mãe participar na produção da chácara, ela não estava muito presente na sua educação. Assim, nos primeiros anos de vida, a Lily ficou grande parte do tempo sob cuidados da irmã mais velha.

A rotina lingüística dessa *nikkei* de pesquisa era interagir com seus irmãos na língua majoritária. A situação fez com que a Lily tivesse a língua materna diferente da língua da mãe que, em parte, criou-se um obstáculo na comunicação domiciliar, já que a mãe não entende a língua portuguesa. Deduzimos que, mesmo que a Lily não fale a língua japonesa, pelo menos desenvolveu uma competência receptiva na língua. E essa

competência pode ser acionada à medida que ela vai interagindo em língua japonesa. O processo de *hibernação* que referimos no Capítulo II refere-se a essa situação.

Excerto 4.38

P: eu vi no seu questionário aqui, que você disse que a sua primeira língua foi a língua Portuguesa, a língua materna, assim a língua de primeiro contato.

Lily: é, porque em casa assim, os irmãos mais velhos tiveram sempre a primeira língua o Japonês, só que aí, eles trabalham em chácara, os meus pais e, como eu sou a última filha e, eles trabalhavam em chácara e como a minha irmã velha tem uma diferença muito grande entre mim de 15 anos, ela cuidava de mim, então eu aprendi o português na verdade, aprendi muito mais o português, tive muito mais contato assim, é comunicação mais com minha irmã, minhas irmãs, os irmãos mais velhos, todos os mais novos são assim, minha irmã mais nova...

P: também?

Lily: desse jeito, e agora não meus irmãos mais velhos sempre falavam até os quatro anos, sei lá, falavam japonês.

(Entrevista Piloto Lily, p. 1, linha 1)

Excerto 4.39

P: você se comunica em quantas línguas?

Lily: ah, em casa?

Lily: japonês e português?

P: ah, há, japonês e português

Lily: eh, só que tudo misturado (risos). Algumas frases são inteiras em japonês, inteiras em português mesmo, né. Agora com minha mãe, é normalmente misturado

P: ehh, ahhh seus irmãos você comunica em...

Lily: português, sempre em português, a não ser algumas palavras que, só algumas palavras, né.

P: algumas palavras?

Lily: ah, faz um gohan¹³⁴ aí. Faz essas coisas, né.

P: só os vocábulos?

Lily: é exato, algumas interjeições, por exemplo, aclamação, ai...

(Entrevista Lily, p.7, linha 166)

A escolha lingüística dessa família é marcada pelo interlocutor. Soma-se a esse aspecto a facilidade que o falante tem em relação à determinada língua e a necessidade do uso da língua. Nessa família, observamos a língua dominante entre os pais é o japonês e nos casos dos filhos, é o português. Na interação entre os filhos mais velhos e os pais a comunicação é feita em língua japonesa devido ao monolingüismo da mãe. Pelo depoimento, observamos que existe uma comunicação de reciprocidade entre os irmãos mais velhos e os pais. Já no caso da caçula Lily ou dos irmãos mais novos, a comunicação torna-se unilateral devido ao semi-bilingüismo da Lily e dos filhos mais novos e ao monolingüismo da mãe.

Excerto 4.40

Lily: se bem que, quando meus irmãos moraram no Japão, e voltaram, né. Então, agora eles falam japonês melhor. Aí, a comunicação acho que melhorou, né. Melhora...

(Entrevista Lily, p.7, linha 166)

¹³⁴ Gohan: Apesar do termo significar arroz cozido é utilizado como uma refeição (almoçar ou jantar).

Na história lingüística dessa família, notamos as línguas divididas em dois blocos, o primeiro bloco é a língua japonesa composto por pais e os irmãos mais velhos, e no segundo bloco a língua portuguesa compostos pelos filhos mais velhos e novos. Na interação entre a mãe e os filhos mais novos, recorre-se geralmente a um intermediário bilingüe da família que são os irmãos mais velhos ou o pai. Essa situação lingüística remete-nos ao Capítulo II, quando Fishman discute o parâmetro diglossia sem bilingüismo. Dada a situação acima, a língua japonesa é usada eventualmente pelos filhos mais velhos nas interações com seus pais. Mas para os filhos mais novos esse processo contribui para o impedimento à aquisição da língua japonesa.

Excerto 4.41

P: é muito mais entre os irmãos, **então se tem que discutir uma coisa importante a gente fala entre os irmãos, aí depois alguém vai falar com eles, sempre em casa foi assim...**

(Entrevista Piloto Lily, p. 4. Linha 141)

Excerto 4.42

Lily: **português. É como te falei né, basicamente (risos) falava mais com meus irmãos do que com meus pais né, sempre foi assim**

Lily: sempre tava no *hatake*¹³⁵. **Aí sempre foi mais, realmente português né.**

P: português, né

Lily: mas, **meus irmãos mais velhos não, nihongo**

(Entrevista p. 3, linha 73)

No caso dos pais com os filhos mais novos, incluindo a *nikkei* de pesquisa, usa-se o português ou a **variante colônia** para conversar com o seu pai. Na interação com a mãe, Lily tenta usar a **variante colônia** nos moldes de uso alternado, recorrendo à mudança de código. Nessas interações há presença de empréstimo lingüístico devido à falta de algum léxico ou de uma gramática no uso da L2 (língua japonesa). No depoimento da entrevista piloto, Lily relata que ela não consegue conversar com a sua mãe devido ao monolingüismo em japonês da mãe.

Segundo depoimento da Lily, os pais nunca exigiram que os filhos usassem a língua japonesa, mesmo a mãe sendo uma monolingüe. Observamos que os pais não recorreram às estratégias para o uso da língua japonesa no domínio domiciliar pelos filhos menores, cuja conseqüência notamos que houve uma dispersão da língua japonesa. Tal situação tenderia para o deslocamento lingüístico da língua japonesa, mas o fato dos filhos mais velhos migrarem para o Japão e retornarem com a língua japonesa adquirida, tornou-se uma variável importante para reforçar a manutenção.

¹³⁵ Hatake: lavoura

Outra variável favorável refere-se à atitude da *nikkei* em querer aprender o japonês para melhorar a comunicação com seus pais. Assim, as estratégias inconscientes desses membros podem colaborar para a continuidade dessa língua nessa família.

Excerto 4.43

P: **você gostaria de manter a língua?**

Lily: **eu acho que sim.** Eu acho que eu, eu agora né, **que tó valorizando bem mais que antes,** né. Porque, quando eu fazia nihongo era criança, então aquela época não valorizava, não. Achava, ah, achava, ia por obrigação.

Lily: **agora faço por prazer, porque eu gosto mesmo.** E acho bem interessante. Porque eu acho que, **eu sinto que agora que, estou sentindo mais dificuldade.** Porque agora tó vivendo, praticamente, só eu e meus pais. Antes, estavam meus irmãos ali, então não achava que, não sentia falta né, **uma comunicação.** Agora que né, com passar do tempo que todo mundo já está morando fora, aí sente aquela dificuldade. Eu acho que isso também. Eu acho que por isso também.

(Entrevista Lily, p. 10, linha 274)

Um dos vínculos sociais lingüísticos seria com os parentes do Japão. No entanto, Lily escolhe a língua predominante ao se comunicar com os irmãos que migraram para o Japão. No caso dos parentes que vivem no Japão, resume-se em troca de cartão de natal que ocorre na modalidade escrita. Para Lily, a língua japonesa serve para manter a interação com os pais, já que os parentes moram no Japão e ela não os conhecem. O uso restrito da língua japonesa que praticamente ocorre nesses dois domínios (domiciliar e escolar) de forma esporádica contribui e acentua a aquisição tardia, dessa *nikkei*.

Excerto 4.44

P: **agora em que situação você fala a língua japonesa?**

Lily: **ah, só quando converso com minha mãe mais,** né

Lily: **pra perguntar alguma coisa que minha mãe não entende português.** Então pra falar com ela, assim, **ou quando é aqui (risos)**

P: **na UnB só**

Lily: **na UnB, na aula de japonês.**

P: **você mantém contato com alguém do Japão, ou não?**

Lily: **com meus irmãos que estão lá, mas tudo em português.** Porque meus parentes, que todos os tios, primos tudo no Japão né, esses a gente não tem contato. **Tem mais contato com minha batyan¹³⁶ né, a mãe do meu pai. Mas nem assim, só de mandar Cartão de Natal,** né

(Entrevista Lily, p.3, linha 79)

A família bilíngüe não participa das atividades promovidas pela comunidade nipo-brasiliense e os contatos com seus conterrâneos também não são significativos. Segundo depoimento da Lily, ela tem amigos *nikkeis* que falam muito bem o japonês, mesmo assim, eles não se interagem na língua japonesa. Essa situação deve-se ao fato

¹³⁶ Batyan= avó

de não existir nenhuma exigência por parte dos integrantes da comunidade que usem a língua japonesa, quando muito, basta que tenha uma competência receptiva.

Excerto 4.45

P: **você tem amigos que falam o japonês ou não?**
Lily: **ehh, fluentemente?**
P: **ahhh, da colônia mesmo, que agora**
Lily: **ah, têm, têm. Não, têm amigos que só falam, aliás fluentemente e falam e tão aprendendo, também**
P: **ah é você conversa com eles em, em japonês ou não?**
Lily: **não**

(Entrevista Lily, p. 6, linha 143)

Quanto ao uso da **variante colônia**, notamos que a Lily teve contato com essa variante desde sua infância. Na entrevista ela revela que atualmente os irmãos usam dessa **variante colônia**

Excerto 4.46

Lily: **aí, mas eh o que em casa tende a misturar muito, né. Fazer neologismo assim, colocar, começar palavras em português e terminar em japonês, mesma palavra transformar palavra (risos)**
P: **ah, é, como por exemplo, você pode me dizer?**
Lily: **ehhh, tipo qualquer verbo com, alguma coisa suru. Português e termina com suru, mas deixo ver ehhh...**
P: **léxico em português?**
Lily: **é léxico. Por exemplo, a gente ah, tipo shigoto suru. A gente sabe falar, mas um exemplo, a gente poderia falar trabalho suru¹³⁷. Ah eu falo muito**
Lily: **ah, é almoço shita ou ah, UnB... mas isso falo mais em japonês mesmo, mas tem muita coisa que a gente mistura mesmo**

(Entrevista Lily, p.5, linha 112)

Deduzimos, segundo depoimento da Lily, que a interação desses com seus pais sejam nessa **variante**, já que o pai também a usa na interação cotidiana.

Excerto 4.47

P: **agora, se você fala do jeito que você fala. Ahhh, digamos assim, desse estilo, dessa variante colônia, seu pai acha ruim, ele concerta, ele tenta...**
Lily **não**
P: **não**
Lily **ele também mistura**

(Entrevista Lily, p.9, linha 226)

A situação da **variante colônia** nesta família é favorável para a sua manutenção, porque essa variante é mais dominante que a **variante padrão**, uma vez que o pai e os filhos fazem uso dessa variante na interação cotidiana.

No caso da Lily, que adquiriu a **variante colônia**, pode-se ao longo do processo de aquisição da língua deslocar o seu código para o **padrão**. No entanto, Lily

¹³⁷ Suru; almoço shita: (cf. cit. no capítulo III- Sessão de Variante Colônia).

revela que existem coisas que estão internalizadas em **variante colônia** e por estar presente no dia-a-dia, são difíceis de serem transformadas ou substituídas. Esse depoimento favorece a manutenção da **variante colônia** pela Lily, pelo menos nesse domínio. O fato de os interlocutores interagirem com a Lily, cotidianamente no recinto domiciliar nessa **variante**, retarda o seu deslocamento.

Excerto 4.48

P: agora você está no japonês 3. Futuramente, de repente você pode ir pro Nihon e, ou mesmo aqui no Brasil. Ai, aquela variante que você utilizava até então pra comunicar, você acha que tende a sumir, tende a ser substituído?

Lily: ahhh, acho que sim, não, talvez não. Porque tem certas palavras misturadas que já virou assim, já virou um meio de comunicação, de expressão, já parece que tem mais força, se você falar daquele jeito.

(Entrevista p. 26, linha 741)

A rede bilíngüe dessa *nikkei* é restrita. No domínio social ela não usa a língua japonesa e no domínio domiciliar, a escolha lingüística pelo japonês é marcada apenas na interação com a sua mãe que, muitas vezes, elas recorrem ao auxílio do pai ou dos irmãos que usam a língua japonesa.

O quadro a seguir compõe a rede bilíngüe das línguas e das variantes dessa família e ilustra a situação lingüística destes códigos em domínio domiciliar e domínio social. As nomenclaturas são as mesmas das outras redes bilíngües.

Quadro 10 Família Bilíngüe IV

LÍNGUA	Pai	Mãe	Filhos+Velhos	Filhos+Novos	NP
Variante I	X	X	X	0	0
Variante II	X	-	X	X/0	X/0
Português	X	0	X	X	X

Pais:

- 1) Os pais usam a **variante I** para se comunicarem. O pai utiliza a **variante II** e o **português** para comunicar com os filhos; e
- 2) A mãe usa **variante I** para comunicar com os seus filhos, e não entende o **português**.

Estratégia:

- 1) O pai usa a **variante I, II** e o **português** para comunicar com os filhos;
- 2) A interação entre a mãe e os filhos mais velhos ocorre **na variante I**, porque esses filhos usam essa variante. Como a mãe não usa a língua predominante (português) dos

filhos mais novos, nessa situação o pai serve de intermediador (tradutor) dos filhos ou da mãe. Os filhos mais novos ficam expostos à língua da sociedade majoritária; e

3) A língua materna da Lily é o português. Como ela é caçula pede auxílio do pai ou dos irmãos mais velhos para comunicar com sua mãe, já que a Lily ainda tem dificuldade em falar a variante I e variante II.

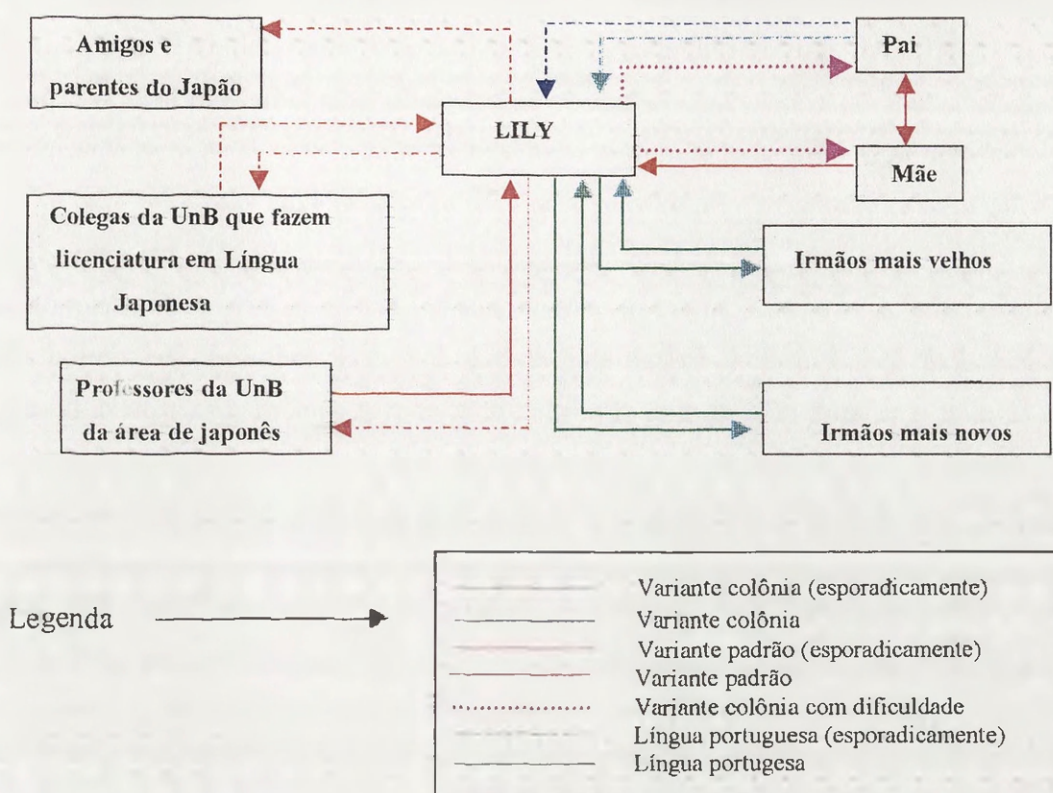
Quadro 11 Comunidade da Família Blingüe IV

DOMÍNIO SOCIAL				DOMÍNIO SOCIAL	DOMÍNIO ESCOLAR
LÍNGUAS	Pai	Mãe	Filhos	NP	NP
Variante I	-	-	-	-	X
Variante II	-	-	-	-	0
Português	-	-	-	X	X

Comunidade: Os pais de Lily não participam dos eventos promovidos pela comunidade *nikkei*.

- 1) Lily tem muitos amigos que usam as variantes I e II, mas eles se comunicam em português; e
- 2) Lily usa a variante I no domínio escolar.

Rede Lingüística da Família Bilingüe IV



4.3 Sumário das Famílias Bilingües

Os alunos universitários *nisseis* desta pesquisa geralmente são bilingües e desenvolveram o bilingüismo na infância, quando eles começaram a freqüentar uma instituição escolar brasileira. Em consequência dessa experiência lingüística, os *nikkeis* de pesquisa, tiveram a língua japonesa como L1 e língua portuguesa como L2, adquirida após sete anos de idade.

Com base no pressuposto de Klein, visto no Capítulo II, inferimos que o processo de aquisição de L2 ocorreu quando a L1 já tinha sido adquirido, então a língua japonesa é a L1 desses *nikkeis*. Exceto Lily, que não deu para precisar a sua L1, deduzimos que seja a língua portuguesa. Mesmo para aqueles que têm a língua japonesa como L1, a língua portuguesa é a mais predominante já que é a língua de instrução formal e de maior uso.

É importante observar que a língua japonesa a qual fazemos referência no parágrafo anterior, é a **variante** utilizada na comunidade *nikkei*.

Em termos de domínio domiciliar, notamos que a família que opta por viver concentrada nas comunidades agrícolas ou ‘fechadas’, tem ambiente favorável para a manutenção dos costumes japoneses e também da língua. No entanto, existem aspectos afetivos e emocionais que interferem para a manutenção da língua.

Notamos que em todas as famílias bilíngües, os filhos mais velhos tendem a falar a língua japonesa com os seus pais, porque dependem exclusivamente deles na sua educação. Mas à medida que os filhos vão nascendo, essa exclusividade começa a ser dividida e as tarefas de educação dos irmãos mais novos começam a ser divididas entre os irmãos mais velhos. Esses irmãos, nessa fase, estão na escola formal da instituição brasileira e a língua portuguesa é a língua de maior uso entre eles. Por esse motivo, mesmo que seja *nissei* e tenha nascido numa família que não usa o português, o repertório lingüístico vai depender do grau de contato e a experiência lingüística que cada membro vivencia ao longo de sua vida. Assim, numa mesma família encontramos irmãos que têm a língua materna como o japonês e outros o português e essa distinção é definida, muitas vezes pelo fator tempo.

A **variante colônia** destaca-se no uso domínio domiciliar dessas famílias bilíngües. Em termos de aquisição de primeira língua, é nessa variante que a maioria dos *nikkeis* tiveram a sua experiência lingüística. O fato dos *nikkeis* serem alunos de língua japonesa reforça a tendência ao deslocamento da **variante colônia** para **variante padrão**.

Uma das variáveis que contribuem para o deslocamento lingüístico é o grau do uso da língua com os integrantes do domínio (domiciliar/comunidade) e a ausência da diglossia. Como não há a força articuladora da diglossia (Fischman) a tendência da variante minoritária é ser substituída pela variante majoritária. Isso ocorre também, em termos de Língua Japonesa *versus* Língua Portuguesa. Notamos que pela dificuldade de se manter uma comunicação verbal na língua minoritária (língua japonesa seja padrão ou colônia), acaba enfraquecendo o uso da língua japonesa e que contribuiu para o processo de mudança rumo à língua majoritária (português).

É importante registrar que nas décadas anteriores a língua japonesa era a língua usada nos encontros da comunidade, e até hoje esses *nikkeis* mantêm a língua intragrupal nas interações. Já os grupos mais jovens (*nisseis*), optam pelo uso de

português, mesmo nas interações que ocorrem com pessoas que poderiam interagir em língua japonesa.

A restrição do uso dessa língua, seja no âmbito domiciliar ou social e a amplitude do uso da língua portuguesa, fazem com que a variante paulatinamente comece a se deslocar. A língua portuguesa passa, então, a predominar. Assim, a comunidade aos poucos vem perdendo um de seus traços étnicos, que é a língua.

Observando o comportamento lingüístico das famílias dos *nikkeis* de pesquisa, averiguamos que há decréscimo do uso da língua japonesa, principalmente com os filhos mais novos. Com referência a isso, observamos que a Nana e seus irmãos mais novos usam a língua portuguesa, o irmão menor de Jun não sabe falar em japonês e a Lily que é caçula também tem dificuldade de falar a língua japonesa.

Segundo as notas de campo que fizemos durante o processo de coleta de dados, observamos situações em que o *nikkei* bilíngüe falava em japonês e o outro usava o português, automaticamente acabam convergindo para a língua portuguesa. O fato da língua japonesa não prevalecer é inevitável e, a ocorrência da mudança de código para a língua mais forte acaba dominando a interação verbal desses *nikkeis*.

Em outras observações procuramos verificar o comportamento lingüístico das variantes. O *nikkei* ao iniciar uma interação verbal, tende a usar a **variante padrão**, mas na medida que a comunicação vai fluindo, a língua adquirida na infância surge de forma inconsciente e natural nas interações intragrupais e acaba convergindo em **variante** comum.

As amostras colhidas são de quatro alunos *nikkeis*, contendo o seguinte material de auxílio à análise, incluindo três questionários, uma entrevista piloto aliado a uma entrevista padrão e observação/diário extraclasse que serviram para averiguar, ainda que uma amostra singular, a rede bilíngüe desses alunos *nikkeis*.

A rede bilíngüe compõe de duas situações comunicativas: a de família e comunidade. A rede familiar refere-se ao contexto do lar que são aquelas situações em que o interlocutor pertence ao domicílio (pai, mãe, avós, tios etc.). O domínio do lar tem um papel fundamental, já que as primeiras experiências lingüísticas a nível individual manifestam-se nesse domínio.

O domínio em termos de comunidade equivale àquelas experiências lingüísticas que ocorrem fora do domínio do lar. Nesses contextos, os interlocutores são os amigos ou pessoas da comunidade nipo-brasiliense e que pertencem à mesma comunidade de fala. No nosso trabalho, incluímos o domínio comunidade e escolar.

A descrição da prática bilíngüe da comunidade nipo-brasiliense tem por base o conceito de domínio definido pelo Fishman, foi investigado a partir dos dois principais agentes de socialização.

As respostas registradas verificaram que a maioria dos pais dos *nikkeis* de pesquisa usa a **variante padrão [os pais da Nana, os pais da Lily, a mãe do Jun, e os pais do Kim]**. Quando se trata dos filhos mais velhos a maioria usa **variante padrão [os irmãos da Nana, da Lily e Jun (primogênito)]** para se comunicarem com seus pais e usa a língua portuguesa ou a **variante colônia** com os irmãos mais novos. Já nos casos de filhos mais novos, a maioria usa a **variante colônia** ou a língua portuguesa [**Nana e seus irmãos mais novos, Lily (caçula) e seus irmãos mais próximos e o irmão mais novo do Jun**]. Na interação comunicativa, usa a língua portuguesa entre os irmãos mais novos por ser a língua mais predominante. No caso da interação com os pais, a grande parte dos *nikkeis* de pesquisa comunicava ou comunica-se em **variante colônia [Nana, Lily, Jun e Kin]** mas tendendo a substituí-la para **variante padrão [Nana, Jun e Kin]**. Entre os irmãos que usam **variante padrão, os nikkeis** de pesquisa [**Kin, Jun, Nana**] tendem a usar **variante padrão** com intuito de melhorar o japonês.

Foi observado na entrevista que o comportamento lingüístico dos pais pode variar em relação aos filhos, com os filhos mais velhos, geralmente a comunicação é feita na **variante padrão** e, com os mais novos pode ser feita na **variante padrão, variante colônia** ou em português.

Normalmente, a experiência lingüística dos primeiros anos de vida dos *nikkeis* é na língua japonesa, porque fica aos cuidados da mãe ou de avó que usam a língua. Mas à medida que vão crescendo, vai se distanciando da língua materna e cada vez mais absorvendo a língua portuguesa. Esse processo é de esperar, uma vez que a língua usada no domínio do lar entre os irmãos é a língua portuguesa.

Inversamente, deve ser considerada àquelas famílias que participam efetivamente na produção familiar. Para esses casos, a criança fica grande parte do tempo aos cuidados dos irmãos mais velhos, enquanto os pais trabalham. Nessa situação, a experiência lingüística normalmente é na língua portuguesa. Mas deduzimos que, pelos menos adquiriu uma das competências, a competência receptiva. Essa competência adquirida pode ser acionada à medida que aumenta sua participação em sala de aula.

Pelas observações podemos mencionar algumas probabilidades preliminares de que a prática bilíngüe dentro domínio do lar é considerável, porque atinge a maioria

dos *nikkeis* pesquisados. A maioria dos pais que reside na zona rural fala entre si o japonês, e procura manter a língua com os seus filhos. Dos quatro *nikkeis* de pesquisa, três usam a **variante colônia**, sendo que um já está no processo de substituição da **variante colônia** para **padrão** e um *nikkei* já substituiu **variante colônia** para **variante padrão**.

No domínio comunidade dos quatro *nikkeis*, dois não usam a língua japonesa nesse domínio. Um *nikkei* de pesquisa usa **variante padrão** esporadicamente e um *nikkei* de pesquisa usa **variante colônia** com tendência à **variante padrão**, mesmo que os seus interlocutores usem o código intragrupal.

4.4 Situação do Uso Lingüístico

O questionário aplicado aborda em uma das suas questões a percepção que o falante tem quanto ao uso das duas línguas (japonês e português) e o uso das duas variantes (**padrão** e **colônia**).

As respostas do questionário mostraram que todos os *nikkeis* de pesquisa assinalaram a língua portuguesa sendo a língua com maior predominância, e uma *nikkei* de pesquisa relatou que a língua mais forte é o japonês.

Quanto ao uso das variantes dos *nikkeis* de pesquisa, notamos durante a entrevista que a maioria adquiriu e usou **variante colônia** para o uso domiciliar e uso intragrupal. É difícil precisar o uso das línguas japonesa e portuguesa, devido à falta de uma amostra mais específica e detalhada de quando, como e com quem está utilizando determinadas línguas. No momento, devido a carência de alguns dados, colhemos informações disponíveis através de questionários, entrevistas e entrevista livre ('bate-papo') nos corredores da UnB que serviram de apoio para esta análise preliminar.

Quando se trata das variantes, a tarefa é mais árdua já que não fomos colher informações no ambiente onde ocorre o uso destas variantes, apenas concentramos em alguns encontros como foi mencionado anteriormente. Como baseamos no depoimento dos *nikkeis* de pesquisa, podem apresentar um viés nas informações.

Notamos que as respostas obtidas nos questionários divergem um pouco da entrevista gravada, cuja divergência corrobora com a tese de que os instrumentos que utilizamos devem ser manuseados com muita cautela, devido à subjetividade que compõe o processo. A falta de consciência por parte do falante de quando está sendo usada uma determinada língua, também não é fácil de detectar. No caso da variante, a

dificuldade de interpretação é maior ainda, devido à falta de precisão do que vem a ser **variante colônia**.

A prática bilíngüe dos *nikkeis* de pesquisa pode variar de um indivíduo a outro, pois cada qual tem a sua história e a sua experiência lingüística. O uso lingüístico nas situações comunicativas de família e de comunidade revela-nos, que os bilíngües mais jovens têm menor oportunidade de usar a variante fora do domínio domiciliar, devido ao deslocamento da língua japonesa como L1. Sendo assim, o uso da língua japonesa fora do domínio domiciliar fica restrito apenas ao domínio escolar.

Os dados coletados revelam que apesar do uso dessas variantes se apresentarem equilibrados no contexto atual pelos *nikkeis* de pesquisa, no entanto esse quadro tende a modificar com a aquisição da **variante padrão**.

Podemos concluir agrupando a prática bilíngüe em três blocos: 1) o português como meio de comunicação social; 2) variante padrão como meio de comunicação internacional, utilizada nas instituições formais e com pessoas que utilizam esse código; e 3) **variante colônia** utilizada na interação intragrupal e/ou família.

Assim caracterizada, os bilíngües *nikkeis* utilizam **variante colônia** quando requer o código informal e **variante padrão** em situações relativamente tensas com o uso do código formal.

No repertório lingüístico das famílias bilíngües desta pesquisa, observamos que esses três universos acima descritos fazem parte do seu cotidiano, cada qual com o respectivo papel.

O monolingüismo ou o bilingüismo da comunidade nipo-brasileira segue, muitas vezes, o fluxo das gerações. O que se pode observar na comunidade nipo-brasiliense, especificamente os *nikkeis* de pesquisa, tende ao deslocamento na segunda geração e intensificando a substituição da língua japonesa pela língua portuguesa na terceira geração em diante.

4.5 Situação da Competência Lingüística

A entrevista e o questionário foram utilizados para averiguar a autopercepção dos *nikkeis* de pesquisa quanto à competência lingüísticas em termos de fala, escrita, leitura e compreensão. Para verificar essa conduta recorreremos as perguntas

como: Você fala bem **variante padrão** e/ou **variante colônia**? Você entende bem **variante padrão** e/ou **variante colônia**? Você escreve bem? Você lê bem?

Macnamara¹³⁸ qualifica um falante bilingüe nessas habilidades como:

*"o bilingüe é aquele que possui, pelo menos, uma competência em uma das quatro habilidades, a escrita, a fala, a compreensão em uma língua distinta da sua língua materna."*¹³⁹

Quanto à habilidade de compreensão, muitos sentem dificuldade na compreensão da variante padrão, devido à falta de léxicos ou de estruturas gramaticais no seu repertório linguístico. No caso da **variante colônia**, por ser a língua de maior uso domiciliar, torna-se a mais predominante.

Foi observado, durante a coleta de dados, que os *nikkeis* de pesquisa apresentaram uma certa insegurança em responder as perguntas nas habilidades de fala e de compreensão, assim como, a dificuldade na escrita e na leitura. No entanto, as respostas não refletem a verdadeira situação linguística desses *nikkeis* de pesquisa. Por esse motivo, nessa pesquisa, utilizamos como o grau de percepção que os *nikkeis* têm em relação à situação linguística dessas habilidades.

O quadro a seguir sintetiza a percepção que os *nikkeis* de pesquisa têm em relação às quatro habilidades descritas no parágrafo anterior.

Utilizamos as seguintes nomenclaturas:

- 1) Bem = B 2) Pouco = P 3) Muito Pouco = MP 4) Nada = N
 a) Kanji= K b) Estrutura = E
 I) Variante Colônia = V.C II) Variante Padrão = V.P

Quadro 12

Colaboradores de Pesquisa	Entende V.P	Entende V.C	Fala V.P	Fala V.C	Leitura V.P	Escrita V.P
Nana	B	B	P	B	Dificuldade K	Dificuldade K
Jun	B	B	P	N	Dificuldade K	Dificuldade K
Kin	P	B	MP	B	Dificuldade K + E	Dificuldade K + E
Lily	N	B	N	P	Dificuldade K + E	Dificuldade K + E

¹³⁸ Macnamara, apud Extebarria, 1995:15. "el individuo bilingüe es quel que posee una competencia minima e, al menos, una de las cuatro "habilidades lingüísticas", es decir, comprender, hablar, leer y escribir, en una lengua distinta a sua lengua materna"

¹³⁹ (n.t.)

A dificuldade na compreensão de leitura e de escrita por *nikkeis* é justificada devido à complexidade da escrita da língua japonesa que apresenta três formas de escrita:

- 1) o cursivo *Hiragana* é uma escrita fonográfica composta por 46 *hiragana*, é usado para escrever os sufixos, partículas e palavras de origem japonesa;
- 2) o *Katakana* é uma escrita fonográfica composta por 46 *katakana*, ele é usado para transcrever vocábulos ocidentais; e
- 3) o *Kanji* é a escrita ideográfica. A maioria das palavras plenas como, nomes, verbos, adjetivos e advérbios, é escrita nesses caracteres chineses (*kanji*). Quando se emprega o *Kanji*, por ser um empréstimo lingüístico-gráfico, temos duas formas de leitura: leitura em *Kun* (semântico) e a leitura em *On* (fonético). Além dessas leituras, dependendo do *Kanji* tem mais de um tipo de leitura, tanto na leitura em *Kun* ou em *On*. Para uma compreensão de textos escritos, é necessário que saiba, pelo menos, dois mil ideogramas. A origem de um dos obstáculos encontrado no processo de alfabetização é a identificação do *Kanji*.

A escrita é o principal instrumento para o processo de alfabetização. Mas, como freqüentar uma escola de língua japonesa não é uma obrigatoriedade, pelo menos na comunidade nipo-brasiliense, dificulta a aprendizagem dessas escritas. Sendo assim, o letramento não faz parte da vida de muitos *nikkeis*.

Com exceção de placas, faixas, folders, cartazes, estampa de roupa, slogans entre outros que, muitas vezes, são apelos visuais para atender o modismo da época. No entanto, essa prática não é suficiente para a retenção destas modalidades. A maioria dos *nikkeis* não tem o domínio total de toda a escrita e, quando eventualmente escreve aos pais monolíngües é realizado na escrita *Romaji*¹⁴⁰ ou *Kana*.

Essa observação adequa-se à realidade da comunidade, se considerarmos que a **variante colônia** é uma variante estritamente de tradição oral, mas é importante sublinhar que a **variante colônia** não é agrafa, existem literaturas da colônia (*Koronia Bungaku*) (*Yamaguti, Mitio*) que a insere nas suas poesias como recursos lingüísticos e estilísticos.

O centro oeste é consideravelmente distante de São Paulo, grande centro distribuidor de materiais timbrado (entre outros, revistas, mangás, jornais) que, em

¹⁴⁰ Romaji: Letra romana (alfabeto romano)

parte, somou as dificuldades na aquisição desses materiais, pelo menos, nas décadas passadas.

Nesse milênio, notamos um outro perfil de *nikkeis* de nova geração, devido à mídia ou o modismo da época que trazem no dia-a-dia dos brasileiros o fenômeno “Anime” e as revistas “Manga”, que despertaram nos *nikkeis* e nos *hi-nikkeis* certa curiosidade em conhecer as produções japonesas em materiais timbrados.

Para os *nikkeis* de pesquisa ‘falar bem’, implica em falar a **variante padrão**, mesmo que os colaboradores tenham habilidades em falar bem na sua variante. Registramos expressões que demonstram um certo preconceito em relação à sua fala, como nos excertos (4.49 e 4.50).

Excerto 4.49

Kin: Então, foi o primeiro constrangimento que eu tive, assim, que eu não sabia nada de japonês e falei: “Agora, vamos ver. Tem que estudar japonês.”

(Entrevista Kin, p.8, linha 215)

Excerto 4.50

Jun: ela gostou da língua, ela se interessou mais **em aprender a língua**

P: uh hun

Jun: por isso **ela fala melhor do que eu**

(Entrevista Jun: p. 3, linha 64)

A noção da competência lingüística foi mencionada nesse trabalho a fim de observar a situação bilíngüe dos *nikkeis* de pesquisa, e permitiu-nos relacionar as competências lingüísticas diferenciadas das línguas.

Para alguns estudiosos como Lambert,¹⁴¹ observam a competência em dois parâmetros: o bilíngüe equilibrado e o bilíngüe dominante.

O bilíngüe equilibrado refere-se ao bilíngüe que tenha uma competência igual em ambas as línguas. Muitos estudiosos acreditam que é quase uma utopia essa competência. O que podemos entender por competência equilibrada, seria aquelas situações em que os falantes bilíngües apresentam uma certa ‘habilidade equilibrada’ nas duas línguas.

No caso do bilíngüe dominante, refere-se àqueles que têm domínio maior em uma das línguas. No caso dos *nikkeis* de pesquisa a língua dominante é o português.

Para Grosjean¹⁴², o falante bilíngüe apresenta competência tanto no falar como no ouvir em ambas as línguas e pode vir a criar um terceiro código que seria a

¹⁴¹ Lambert,

¹⁴² Grosjean, 1982.

combinação dos dois códigos. Esse terceiro código desenvolvido na medida da necessidade do falante em interagir-se num determinado contexto, é a **variante colônia**, pressuposto em realce neste trabalho.

Existem várias definições em torno do bilingüismo, mas os estudos mostram que mensurar a competência de uma língua é tarefa difícil, e muitas vezes o seu resultado não é satisfatório. Assim, os estudos referentes ao bilingüismo devem ser abordados em um processo ‘*continuo*’.

Em outras observações procuramos verificar o comportamento lingüístico das variantes. Foi notada que, ao iniciar a comunicação o *nikkei* de pesquisa tende a usar a **variante padrão**, mas na medida que vai fluindo a interação, ocorre a mudança de código para a **variante colônia**.

Contextualizada o comportamento lingüístico desses *nikkeis* de pesquisa com relação ao uso e à manutenção ou deslocamento das variantes, doravante será analisado o fenômeno da diglossia.

4.6 O Fenômeno da Diglossia na Comunidade Nipo-Brasileira

Os estudos clássicos tendem para os fenômenos lingüísticos propriamente dito, mas para o estudo do bilingüismo é necessário agregar determinados valores políticos e sociais que afloram ao domínio, à função, às condições de substituição ou de manutenção que estão subjacentes no processo. A variante nipo-brasileira será analisada à luz do conceito de diglossia emanados por clássicos e consoante com o paradigma que trata do conflito diglósico.

Viabilizando este estudo, recorreremos ao arcabouço teórico de Ferguson¹⁴³ que busca na sua análise a coexistência harmoniosa das línguas ou das variedades das línguas que dividem o mesmo espaço físico sem o ‘*stress*’ lingüístico, porque as variedades se completam mutuamente. O que as diferenciam é a função, porque demonstra a funcionalidade das variantes conforme os diversos âmbitos da comunicação.

A diglossia clássica de Ferguson refere-se aos conceitos como de variante alta e variante baixa. Apesar das línguas manterem uma posição assimétrica, elas coexistem sem que haja o ‘viés da hierarquização’.

¹⁴³ Ferguson, (cf.cit.)

Pautada nessas considerações, podemos analisar a situação lingüística da comunidade nipo-brasileira. Por um lado, temos a língua portuguesa (alta) *versus* língua japonesa (baixa) e por outro, temos a coexistência da mesma variedade da língua japonesa, a **variante padrão** (alta) e a **variante colônia** (baixa). A comunidade *nikkei* convive com essa realidade lingüística.

Inferimos que no caso da primeira acepção, as línguas coexistem harmoniosamente sem o viés de hierarquização. Já no segundo caso, o convívio das duas variantes pode provocar uma tensão lingüística, devido ao juízo de valor que se faz às variantes. Assim, a variante alta, por ser legitimada e utilizada nas instituições escolares, representa a variante de maior prestígio e, é reconhecida internacionalmente como uma língua. No caso da **variante colônia**, por ser de menor prestígio lingüístico é caracterizada como variante da minoria. Essa posição desigual será o objeto de estudo para a nossa proposta de análise.

O enfoque do trabalho será dado sobre as variantes da mesma língua, nesse caso, a língua japonesa. Visto que essas variantes possuem funções distintas e próprias e o falante têm a consciência de usá-las de acordo com as situações ou funções.

A hierarquização da variante pode ser notada nos falantes bilíngües, principalmente, àqueles que detêm os dois códigos. Os falantes que têm a consciência lingüística apresentam uma preocupação em utilizar a língua padrão, porque ela representa 'língua polida e educada', diferentemente da **variante colônia** que representa a língua 'inapropriada'. Para definição dessas variantes, utilizo o termo [Ap] para **variante padrão** e o termo [Bc] para **variante colônia**.

No excerto a seguir o *nikkei* de pesquisa relata sobre a sua percepção com relação às variantes.

Excerto 4.51

Jun: como, grande maioria dos imigrantes que vieram do Japão são, era agricultores no Japão, então eles não teriam nível de refinamento da língua japonesa, como os japoneses classificam
(Entrevista Jun, p. 13, linha 356)

Excerto 4.52

Kin: Exatamente, Ehhh, a tendência acho que a minha, eu acredito que, como eu, o meu objetivo é tentar falar o melhor possível, da melhor maneira possível, enriquecer cada dia mais o meu vocabulário, então, em cima disso, acho que vou partir pra falar o que se chama código padrão.
(Entrevista Kin, p. 19, linha 563)

Ferguson menciona a existência de aspectos distintos que podem ser caracterizados em: função, prestígio, patrimônio literário, aquisição, padronização, estabilidade, gramática, léxico e fonológico.

Podemos contextualizar o objeto de estudo nos aspectos propostos pelo autor:

1- Função do Alto e do Baixo, denominados como [Ap] e [Bc] respectivamente: o falante faz o seu uso de acordo com a situação. Nas observações anotadas na pesquisa de campo, presenciamos o uso delas, quando o locutor usou a função [Ap] e [Bc]. O locutor usou [Ap] no discurso direcionado para a autoridade japonesa presente naquele estabelecimento. Mas ao se dirigir ao público presente (comunidade nipo-brasileira) o discurso foi realizado em [Bc]. Observamos que a escolha lingüística do locutor evidencia a função que elas desempenham no âmbito da comunicação. Além da funcionalidade dessas variantes, soma-se a ela o variável interlocutor que também determina o comportamento lingüístico (Gal)¹⁴⁴ do falante. Inferimos que a identidade/língua desempenha papel decisivo numa interação comunicativa.

No caso dos *nikkeis* de pesquisa, observamos no seu depoimento que a escolha lingüística se faz pautadas nessas considerações. Usa-se a [Bc] no domínio domiciliar e no domínio comunidade *nikkei*.

Excerto 4.53

Kin: no clube, lá no clube Nipo. Então, lá nós conversamos em japonês que é basicamente, esse mesmo japonês né, colônia, que a gente fala Koroniago, né

(Entrevista Kin, p. 3, linha 117)

Nana relatou que usa [Bc] para conversar no domínio domiciliar com seus pais.

Excerto 4.54

Nana: ahhh, eu uso mais o japonês colônia...

(Entrevista Nana, p.4, linha 101)

2- Quanto ao Prestígio, podemos dizer que a variante [Ap] tem prestígio, devido essa variante ser a língua oficial e ser a variante que representa de certa forma a mobilidade social e a [Bc] é considerada de pouco prestígio. Por ser a variante desenvolvida nos moldes de imigração, é comum os *nikkeis* considerarem a língua [Bc] como uma

¹⁴⁴ Gal, 1979.

'*língua caipira ou de roça*'. O preconceito em relação a esta variante nasce no seio da comunidade nipo-brasileira e se estende além mar.

Numa das entrevistas foi observada o seguinte depoimento.

Excerto 4.55

P: o que você diria da variante colônia?
Nana: **caipira (risos)**
P: caipira?
Nana: **é feio (risos)**
P: é feio, ok. E o padrão?
Nana: **padrão é melhor. Eu acho que tem que ser. Tem que continuar o padrão, sabe. Eu acho que todos têm que aprender o padrão e manter.**
(Entrevista Nana, p. 7, linha 189)

A percepção que a *nikkei* de pesquisa tem em relação às variantes é registrada no (excerto 4.55). Nesse excerto, demonstra a sua atitude não favorável à **variante colônia** em contraste com o padrão, que ela valoriza como uma variante que tem que ser aprendido e passar por processo de manutenção.

No excerto abaixo, Kin respondeu no seu questionário a sua percepção frente às variantes e compara as variantes em aquela que segue os passos da modernidade e a outra que segue o caminho natural de sobrevivência num contexto bilingüe. Apesar da sua atitude ser favorável à **variante padrão**, deduzimos que ele mantém uma relação de afetividade com a **variante colônia** quando ele diz “mas bem adaptada às condições locais.”

Excerto 4.56

a) Japonês “padrão” : **o vocabulário é mais rico, atualizado, pronúncia**
b) Japonês “colônia” : **linguagem regional (Brasil)**
Para você japonês “padrão” é : **aquela originária e usada atualmente no Japão**
E japonês “colônia” é: **aquela remanescente, desatualizada, mas bem adaptada às condições locais.**
(Questionário II, Kin)

Lily percebe que o uso da **variante colônia** é restrito e abrange apenas aos *nikkeis* que usam do mesmo código. Ela percebe que essa variante tem função específica e bem limitada. Já no caso da **variante padrão** ela tem certeza que o seu uso abrange todos os domínios sociais, portanto essa variante tem o poder de atuar em todas as funções.

Excerto 4.57

Lily: ah, **padrão né**. Porque fico pensando uma forma de generalizar, **se eu pudesse usar na Embaixada, por exemplo, que é uma forma mais polida**, não no sentido ah, tem que falar verbo bonitinho, no sentido assim de não misturar muito, né.
(Entrevista Lily, p. 20, linha 587)

3- **Patrimônio Literário:** Como acontece, normalmente, em todas as línguas o acervo literário em [Ap] têm em abundância, já não acontece com o [Bc], mesmo que essa variante não seja ágrafa. Existem trabalhos literários produzidos pela comunidade *nikkei*, que utilizam essa variante como recursos estilísticos ou lingüísticos, mas não se trata de uma literatura da **variante colônia**, propriamente dito. Assim, não temos nenhum registro escrito dessa variante, a não ser os estudos como de Suzuki, Doi, Joko, Kuyama, Nawa, entre outros que tentam resgatar esse falar histórico. Como a **variante colônia** é restritamente baseada na oralidade, acaba se perdendo com o tempo. Uma condição *sine qua non* para a sua manutenção é que haja transmissão desse falar de uma geração a outra para garantir a sua sobrevivência, mas isto também não garante a sobrevivência desse falar, principalmente nas civilizações dito ‘modernas’ que não valorizam o testemunho oral. Essa desvalorização deve-se em parte devido à crença de que a legitimidade de uma língua está baseada na escrita.

4- **Aquisição:** Nesse caso, usa-se o [Bc] de criança para outra criança, ou de adulto para a criança, nestes termos, podemos dizer que a língua [Bc] é a língua materna adquirida nos contextos familiares e grupais, enquanto que o [Ap] seria a língua de instrução adquirida num contexto formal (escola).

O quadro abaixo ilustra a língua materna dos *nikkeis* de pesquisa e marcaremos com X às variantes ou às línguas de aquisição.

Quadro 13 Perfil de aquisição da língua materna

Nikkei de Pesquisa	Variante Padrão [Ap]	Variante Colônia [Bc]	Português e [Bc]
Nana	X		
Jun		X	
Kin		X	
Lily			X X

5- **Padronização:** Sendo a língua [Ap] uma língua de instrução existe a norma fixa, na gramática, na pronúncia, estilo, enfim um material suficiente que leve à sua padronização. No caso do [Bc], por não existir uma padronização, existe uma ampla variação em termos de pronúncia, de gramática e de vocabulário. Observamos que o *nikkei* usou a [Bc] “*acho qui soo*”. O termo pode sofrer alterações na sua pronúncia, podendo ser dito como *achi qui sôo, achu qui sôo, ou acho qui sôo*.

Na entrevista com os *nikkeis* de pesquisa, notamos que essa variante surge sem uma regra ou normas determinadas, como no depoimento abaixo.

Excerto 4.58

Lily: ah, hã (risos). Ai, o japonês que, quando vem nihonjin né, que vem lá em casa, aí fala ah *Acho Qui soo. Hai soo*¹⁴⁵.

P: é, muito, muito achu qui, achu qui, vê muito

Lily: (risos) *achu qui*, isso mesmo

(Entrevista Lily, p. 6, linha 134)

A construção abaixo do uso do verbo *mochinai* (ter) não é uma estrutura da variante padrão. No caso da [Ap] seria *motimassen* (forma formal) e *motanai* ((informal). O argumento proposto pela Joko¹⁴⁶ seria o seguinte: como existe na língua japonesa a estrutura *motteinai* (não tenho), a aluna não percebeu a consoante dobrada por ser uma característica da fonologia da língua japonesa e que não tem na fonologia da língua portuguesa. Portanto, percebeu como *moteinai* e, como a sílaba é átona teve a redução dessa sílaba e conseqüentemente o *te* foi assimilado como *ti*. O grau de alteração ou de quebra de regras gramaticais que existe na variante colônia não pudemos precisar, mas foi verificado que existem essas variações nas construções frasais de um falante *nikkei*.

Excerto 4.59

P: ah, aquela gravação que nós fizemos naquele dia, você ... da prova oral com a Selma, teve uma parte que você utiliza "opa não era pra falar assim"

Lily: (risos)

P: você consertou né, mas aquela é a forma que você usa na sua casa?

Lily: é *mochinai*. *Masen* coisas assim, não fala, não.

(Entrevista Lily, p.26, linha 754)

A variante colônia usada pela Lily e seus irmãos pode ser diferente daquela usada pelos *nikkeis* da comunidade. Apesar da carência de dados que indiquem quais são as diferenças existentes entre elas, deduzimos que a variante colônia não se manteria uniforme, ela passou ou passa por uma evolução lingüística que contribui para o surgimento de novos fenômenos. Fica como sugestão para estudos posteriores que deveriam investigar variante na sua evolução lingüística e detectar as tendências lingüísticas da variante colônia.

¹⁴⁵ Acho qui sôo. Hai sôo: acho que sim. É sim.

¹⁴⁶ Joko, 1987.

No excerto abaixo, a *nikkei* usa o neologismo ou outras estratégias para falar o japonês. Esses depoimentos indicam que a [Bc] está num processo evolutivo da língua. Isso evidencia que as características de outrora podem não ser mais pertinentes nesse milênio.

Excerto 4.60

Lily: aí, mas ehh o que em casa **tende a misturar muito, né. Fazer neologismo assim, colocar, começar palavras em português e terminar em japonês, mesma palavra, transformar palavra.**

P: ah, é, como por exemplo, você pode me dizer?

Lily: ehhh, tipo qualquer verbo com, **alguma coisa suru. Português e termina com suru**, mas deixo ver ehhh...

Lily: **é léxico. Por exemplo, a gente ah, tipo shigoto suru. A gente sabe falar, mas um exemplo, a gente poderia falar trabalho suru.**¹⁴⁷ Ah, eu falo muito.

(Entrevista Lily, p. 5, linha 112)

6- Estabilidade: Para alguns estudiosos a diglossia se articula na instabilidade, mas a história de grupos étnicos mostra outra face da diglossia. Notamos que algumas diglossias permanecem vivas até nos dias de hoje, principalmente para àqueles grupos que mantêm a língua como um traço étnico. O nosso objeto de estudo também sobrevive a quase um século, graças à representação simbólica dessa variante perante a comunidade *nikkei*. Ela representa o código da solidariedade, das relações íntimas e de identificação étnica. No depoimento do excerto 4.61, observamos que mudar o código de [Bc] para [Ap] não é uma tarefa fácil, devido o papel dessa variante na sua vida linguística.

Excerto 4.61

P: e quando você está numa comunidade *nikkei*, estão seus colegas né, por exemplo, **utilizando aquele falar mais ehh da comunidade, aí você simplesmente muda esses dois códigos, como é que você faz?**

Jun: **é complicado de mudar os códigos, às vezes?**

Jun: um pouco complicado (risos). Você acaba falando o japonês que está estudando, no momento.

P: uhun, uh, hun. Isso quer dizer que aos poucos, aquele japonês que você usava, digamos assim, **aquele japonês da comunidade aos poucos ela está sendo substituída.**

Jun: ahhh, tá substituída, transformada até a palavra correta.

(Entrevista Jun, p. 7, linha 186)

Estamos entrando num novo milênio e a preocupação acentua em relação a essa variante que está tendendo a uma substituição. A [Bc] que era um dos traços da comunidade nipo-brasileira, gradativamente está sendo substituída pela variante [Ap], já que as gerações posteriores não mantiveram ou não mantêm a [Bc]. Assim, os filhos de *nisseis* geralmente têm a língua portuguesa como L1 e quando têm interesse pela

¹⁴⁷ Trabalho suru: trabalhar

língua japonesa, estudam como LE numa instituição formal. Com isso, a [Bc] está perdendo o seu espaço de L1 ou de L2 e assumindo o papel de LE.

7- **Gramática:** A diferença entre o [Ap] e o [Bc] pode ser notada quanto à estruturação gramatical. Os componentes gramaticais que são da [Ap], podem não ser marcadas na estrutura da [Bc] e, quando elas são marcadas aparecem sempre na categoria informal ou na forma não polida da língua japonesa. Nesses termos, podemos dizer que a variante [Bc] apresenta uma 'gramática reduzida e simplória' e notamos a ausência das partículas. Uma das características predominantes é a estruturação frasal marcada no código informal da língua japonesa.

Para contextualizar esse estudo exploratório, exemplificamos a ocorrência do fenômeno que pode ser inserido como uma **variante colônia**.

O quadro a seguir exemplifica as modalidades **padrão versus colônia**.

Quadro 14

<i>Variedade da Língua Japonesa</i>			
Tempo Presente	Variante Padrão [Ap] (Forma Polida)	Variedade Informal Forma Não Polida	Variante [Bc] Colônia
Verbo: bebo	Nomimasu	Nomu	<i>Nomu</i>
Verbo: faço	Shimasu	Suru	<i>Suru</i>
Exemplo Trabalho suru			
(Entrevista Lily, p.5 linha 122)			

Quadro 15

<i>Variedade da Língua Japonesa</i>			
Tempo Passado	Variante Padrão [Ap] Forma Polida	Variedade Informal Forma Não Polida	Variante [Bc] Colônia
Verbo: bebi	Nomimashita	Nonda	<i>Nonda</i>
Verbo: fiz	Shimashita	Shita	<i>Shita</i>
Exemplo: Almoço shita			
(Entrevista Lily: p.5, linha 12)			

O quadro demonstra que existe na variedade informal da língua japonesa o mesmo fenômeno notado na **variante colônia**. O que difere de uma variedade da língua japonesa e da **variante colônia** é que a gramática é reduzida. Além da redução insere também nos vocábulos os componentes da língua portuguesa.

Quanto à gramática reduzida, ilustramos essa ocorrência no quadro abaixo.

Quadro 16

Variante Padrão [Ap] Forma Polida	Variedade Informal Forma Não Polida	Variante Colônia [Bc]
Anata wa koohi wo nomimasuka?	Anata, koohi wo nomu?	<i>Anata, café nomu?</i>
Tradução: Você bebe café?		

Notamos no quadro exposto que existe uma simplificação da gramática, uma vez que as partículas {*wa*} e {*o*} estão omissas na sentença da **variante colônia** dessa *nikkei*. A variedade informal apresenta a omissão da partícula {*wa*}, devido à contextualização desse falar que segue as normas de um falar cotidiano da língua japonesa. No entanto, mesmo na escolha de uma variedade informal da língua japonesa a partícula {*o*} que liga o objeto direto ao verbo deveria estar presente para marcar o seu objeto *Koohi* (café).

Numa entrevista gravada com a *nikkei* de pesquisa foi observado o uso do vocábulo *mamai*. É interessante notar que essa *nikkei* de pesquisa tem a língua portuguesa como a L1, portanto deveria dizer **mamãe** e não **mamai**, mas houve nesse caso o empréstimo lingüístico do léxico português mamãe em forma de um empréstimo lexical adaptado à fonologia da língua japonesa. Em termos fonéticos não existe na língua japonesa vogais nasais e por esse motivo deduzimos que a vogal nasal, foi adaptado à vogal oral da língua japonesa (Joko).

Quadro 17

Variante Padrão [Ap] Forma Polida	Variedade Informal Forma Não Polida	Variante Colônia [Bc]
Okaasan nandesuka?	Okaasan nannano? Okaasan nani?	<i>Mamai nani, nani?</i>
O que é, mamãe?	Mãe, o quê?	

8- **Léxico** : A variante [Ap] apresenta léxicos formais e expressões formais elaboradas, que não têm equivalentes em variante [Bc], devido ao seu uso ser restrito em um contexto informal. A [Bc] é normalmente usada nos assuntos cotidianos seja no contexto familiar ou nos assuntos intragrúpicos. Por ser usado em um contexto informal, os termos acadêmicos ou formais deixam de ser usados no dia-a-dia do falante.

No entanto, o valor da [Bc] está justamente ligada à estratégia que o bilíngüe utiliza na interação com a comunidade de fala. Assim, a criatividade do [Bc] supera as suas deficiências, tornando a variante um falar ‘peculiar e única’.

9- **Fonologia**: Em termos de fonologia remetemos aos trabalhos de Doi e Joko¹⁴⁸ que tratam especificamente do assunto. Assim, em termos fonológicos a [Bc] pode apresentar similitude ou diferença entre eles. Por ser uma área rica em diversidade de dados, cada bilíngüe *nikkei* pode apresentar diversidade na fala.

Na nossa pesquisa o que se nota em termos de segmentos fonológicos da língua [Ap] em contraste com a língua [Bc] é que os nisseis e outras gerações subsequentes, por terem o ‘hábito articulatório’ preparado para a língua portuguesa do Brasil, acabam transferindo alguns sons para a língua [Bc] criando um ‘sotaque nipo-brasileiro’ (Doi), com a tonicidade e melodia diferente da variante [Ap].

4.7 Situação de Tensão Diglossica

O traço que representa a etnia dessa comunidade traz um elemento de contraste que não atua na mesma proporção do traço internacional [Ap] e esse desnivelamento da variante pode ter colaborado para essa situação de tensão diglósica, enquanto que o uso da **variante padrão** é efetuado em todas as funções porque abrange a sociedade mais ampla e representa o ‘status’ da língua internacional, a **variante colônia** não serve para todas as funções, devido a sua peculiaridade e ser específico aos membros da comunidade que dispõem dessa variante no seu repertório lingüístico.

A importância da estrutura social vinculada na dimensão lingüística é uma condição *sine qua non* nos estudos dos fenômenos lingüísticos, pois nas entrelinhas dos fenômenos lingüísticos são articulados os aspectos como prestígio e estigma social.

As línguas se distribuem aleatoriamente na comunidade e na sociedade mais ampla e cada qual vai ocupando o seu espaço de acordo com as oportunidades das

¹⁴⁸ Dói, Joko (cf. cit.)

respectivas funções. A situação de tensão lingüística foi se caracterizando lentamente pelas condições histórico-sociais, na qual a comunidade nipo-brasileira se viu submetida, que acabou manifestando uma relação de contraste entre eles *nikkei* (identidade da comunidade nipo-brasileira) e o *nihon-jin* (nacionalidade japonesa), fenômeno esse que acabou refletindo, entre outros aspectos, no comportamento lingüístico da comunidade nipo-brasileira.

É comum, *a priori*, na comunidade nipo-brasileira fazer uma distinção entre um *nikkei* e um *nihon-jin* (japonês). Aquele que se identifica como *nikkei* pertence a um grupo caracterizado por uma ascendência comum, e os *nihon-jin* para aqueles que nasceram no Japão. Além do contraste em termos de identidade étnica, verificamos também a existência desse fenômeno no uso lingüístico, em que a **variante colônia** representa símbolo de valores intragrupais.

Gumperz analisou a importância do uso das variedades lingüísticas, sob duas óticas as de relações intragrupais e intergrupais. A relação intragrupal na nossa pesquisa corresponde ao uso da **variante colônia** com as pessoas ou por pessoas que pertencem à mesma comunidade de fala. Já no caso das relações intergrupais, o que prevalece é o uso da **variante padrão**.

Se a língua é um traço distintivo, a **variante colônia** é carregada de símbolos de valores intragrupais e com ela se estabelece a oposição entre *o nikkei* e *o nihon-jin*.

Excerto 4.62

P: você tem outros lugares que fala língua japonesa, a variante colônia?

Kin: o único lugar que eu converso mais é **no clube**

Kin: no clube, lá no clube NIPO, então lá **nós conversamos em japonês**, que é basicamente, **esse mesmo japonês né, colônia, que a gente fala Koroniago, né**

(Entrevista Kin: p.5, linha 111)

O grupo étnico manifesta o seu laço através de cumprimentos, trocas de informações pessoais e do uso da **variante colônia** na comunicação informal. Nesse cenário a **variante colônia** simboliza a língua e cultura comum, isto é, o sentimento de identificação comum. A posição distinta do mundo dual, 'nosso mundo' e o 'mundo deles,' reflete no comportamento lingüístico destes *nikkeis* que acaba provocando uma tensão lingüística no uso das variantes.

Excerto 4.63

P: Você por acaso, alguma vez já sentiu, assim, um pouco acanhado, ou né por estar falando a língua colônia?

Kin: Já, já tive em Brasília, foi em 86. Eu lembro que tem um amigo meu que falou “Oh Kin, tá tendo uma vaga pra trabalhar na embaixada...”

Kin: aí, eu fui lá pra saber como era... Aí eu comecei a falar em japonês. Ele ficou olhando assim. Aí eu vi que eu acho que tava num lugar errado.

Kin: Esse foi o meu primeiro constrangimento que eu tive, porque, por não falar o japonês e que o meu japonês não tinha nada ver com japonês dele.

(Entrevista Kin, p.7, linha 187).

A tensão lingüística observada nos *nikkeis* de pesquisa revela que, a concepção da diglossia em estado de tensão necessita de uma dedicação maior para verificar quais são os valores simbólicos associados a cada variante e, como esses valores são percebidas pelo falante bilíngüe.

O fenômeno diglossico da comunidade em questão pode ter-se manifestado por diversos aspectos. Um dos aspectos que podemos realçar é fazendo uma retrospectiva histórica da imigração e confrontando-a com o desenvolvimento da nação japonesa no cenário mundial.

Os *nikkeis* percebem o ‘status’ de **variante padrão**, uma vez que o seu uso está associado ao ingresso no mercado de trabalho e ao sucesso profissional. Se por um lado temos a variante com que simboliza o primeiro mundo, por outro lado, o seu contraste a variante que simboliza ‘a época da colonização japonesa’.

Verificamos numa entrevista em que o *nikkei* de pesquisa disse o seguinte:

Excerto 4.64

Jun: “como a grande maioria dos **imigrantes vieram do Japão são, eram agricultores no Japão, então eles não teriam nível de refinamento da língua japonesa**, como os japoneses classificam, eles falam japonês da forma que eles aprenderam e veio aprendendo dos pais, dos avós...”

(Entrevista Jun, p. 13, linha 356)

O *nikkei* de pesquisa relatou que a sua percepção em relação à **variante colônia** até então era desfavorável. No seu depoimento, revela uma mudança de atitude em relação a essa variante. Deduzimos que essa mudança de atitude deve-se a conscientização desses *nikkeis* em valorizar o seu repertório lingüístico já adquirido.

Foi observada à época, no primeiro semestre de 2000 que um *nikkei* de pesquisa não falava em japonês. Por não querer manifestar-se em língua japonesa, chamou-nos atenção e a confirmação desta indagação surgiu nos ‘bate papos’ entre o *nikkei* de pesquisa e a pesquisadora. Ele mencionou que seu falar ainda tinha

característica de *koronia-go* (**variante colônia**). Por essa razão, ele achava que não falava a língua japonesa. A percepção que ele tinha em relação a sua variante era negativa e incluía os adjetivos que a desclassificavam. Essa percepção negativa levou o aluno a optar pelo silêncio.

Como foi exposto no decorrer deste trabalho, a pesquisadora teve acesso à pesquisa participante que favoreceu na triangulação de dados, isto é, a pesquisadora pode acompanhar o desenvolvimento dos alunos, inclusive na mudança de atitude desse *nikkei*. No excerto 4.65, revela a sua percepção transformada em relação à variante.

Excerto 4.65

P: legal, isso é muito bom. Porque, antes você dizia o quê do japonês colônia?

Jun: eh, japonês incorreto, falava feio

Jun: feio, incorreto, eh eh caipira (risos)

(Entrevista Jun, p. 3, linha 113)

Em termos de discriminação da **variante colônia**, observamos no excerto seguinte que a *nikkei* de pesquisa sentiu-se constrangida por não usar o código da língua japonesa padrão. Inferimos nessa análise, a percepção que a *nikkei* e o interlocutor têm em relação à variante, distinguindo-a como sendo um falar incorreto ou até inapropriado.

Excerto 4.66

Q: Você já sentiu discriminado (a) por não falar japonês “padrão”?

Lily: Sim, pois algumas pessoas exigem que se fale o japonês da forma mais correta.

(Questionário I Lily, p. 9, questão 3.40)

Na mesma entrevista a *nikkei* de pesquisa revela a sua percepção positiva em relação a **variante padrão**, inclusive os adjetivos que ela utiliza são favoráveis à **variante padrão**.

Excerto 4.67

Q: Você gostaria de falar a língua padrão?

Lily: Sim. Exatamente por ser a forma mais correta, polida e inclusive, mais bonita e agradável.

(Questionário I Lily, p. 7, questão 3.23)

A *nikkei* de pesquisa no excerto 4.68(EP) relatou a sua percepção negativa em relação à fala dos irmãos. Como o objetivo da nossa pesquisa não analisa o falar dos membros que compõem o domínio domiciliar dos *nikkeis* de pesquisa, não foi possível precisar o termo precário utilizado na entrevista. No entanto, leva-nos a deduzir que a

nikkei faz uma comparação entre as variantes. Pelo fato de **variante colônia** estar desgarrado da língua padrão, a *nikkei* de pesquisa percebe a diferença e acaba qualificando-a como precária.

Excerto 4.68

Lily: então o mais engraçado é que meus irmãos eles sabiam japonês, mas também era o **Japonês bem precário**.

(Entrevista P. Lily, p. 10, linha 478)

A imagem desfavorável em relação à **variante colônia** acaba refletindo negativamente no comportamento lingüístico dos *nikkeis*, que contribui para o surgimento de um fenômeno, o que denominamos de tensão lingüística.

Giles ¹⁴⁹ propõe dois enfoques nas suas investigações sobre o tema: a hipótese de valor inerente e a hipótese de valor imposto. No primeiro caso, temos uma variedade que é melhor que a outra variedade e no segundo caso, uma variedade é considerada melhor que a outra variedade, por ser utilizada por um grupo com mais prestígio social.

No caso da comunidade *nikkei*, as duas hipóteses podem ser consideradas pertinentes. A hipótese de valor inerente refere-se àquelas concepções pré-concebidas das variantes como já foi mencionada no decorrer deste trabalho. No caso da hipótese de valor imposto, temos que recorrer à história da imigração japonesa e buscar, paralelamente, o respaldo histórico da colonização japonesa. Os imigrantes na sua maioria, vieram em busca de riqueza ou uma alternativa de vida. Assim, a comunidade nipo-brasileira desenvolveu ao longo da história a sua cultura voltada em duas perspectivas, uma para a origem e a outra desenvolvida no contato com a comunidade brasileira. A língua japonesa também sofre mudanças no seu repertório lingüístico, paulatinamente começa a se distanciar da língua de origem, e culminou no falar peculiar. À medida que o país de origem vai se projetando no cenário internacional cria-se também um mito em relação ao país 'rico' que ficou para trás e o país 'pobre' em que vive. Essa imagem, provida de preconceito interfere no comportamento lingüístico dos *nikkeis*. A distância criada em termos de ideologia lingüística provoca uma tensão no uso das variantes que pode conduzir a um 'stress lingüístico'. No excerto a seguir observaremos uma situação de tensão.

¹⁴⁹ Giles, H., Saint Jacques apud Appel & Muysken, 1996: 34
123

Excerto 4.69

P: você se encontrasse com alguém da embaixada, pra você conversar em japonês, você puxaria a conversa ou você deixa de conversar?

Kin: naturalmente, a gente fica assim, ehhh fica constrangido. Fica assim, pôxa vida, é aquela coisa de falr assim, a timi, a timidez chega, né. Porque você fala assim, “e se eu falar errado, agora de novo” né. Então prefiro não falar.

(Entrevista Kin, p. 8, linha 220)

Observamos pelos depoimentos dos *nikkeis* de pesquisa que ele se intimida com as pessoas que não fazem parte do seu grupo lingüístico e, nessas ocasiões a sua opção é não usar a língua japonesa. Essa situação caracteriza a presença da ideologia lingüística interagindo no processo comunicativo, isto é, as entidades Governamentais e ou não Governamentais reforçam o uso da norma culta ou o uso da língua portuguesa¹⁵⁰. *Nikkei* percebe que a **variante colônia** é concebida isoladamente de relações sociais, enquanto que **variante padrão**, por ser uma língua institucionalizada, sustenta-se por si só a promoção lingüística.

Excerto 4.70

P: se for variante colônia e variante padrão, você escolheria?

Lily: ah, **padrão**, né. Porque fico pensando **uma forma de generalizar**, se eu pudesse usar na **embaixada**, por exemplo, que é uma forma mais polida, não no sentido ah, tem que falar verbo tudo bonitinho, no sentido assim de não misturar muito, né.

(Entrevista Lily, p. 20, linha 586)

A *nikkei* de pesquisa percebe que existe uma hierarquia entre as variantes, principalmente nas situações em que a **variante colônia** deixa de ser adequada para o uso em todas as situações comunicativas. A consciência desse aspecto revela à *nikkei* que é necessário assimilar novas normas de uso lingüístico. A assimetria entre as variantes é percebida, nesse excerto 4.70, pela *nikkei* de pesquisa.

Pelo fato de perceberem os valores desiguais entre as variantes, fazem com que gradativamente se desagreguem da sua variante e vão incorporando a língua de ‘*status* lingüístico’. Essa posição é previsível, uma vez que os *nikkeis* desta pesquisa estão estudando numa instituição formal e tem como objetivo adquirir a **variante padrão**. Contextualizando a situação lingüística destes *nikkeis* de pesquisa, notamos que eles são, em parte, agentes ativos que podem levar ao deslocamento da **variante colônia**.

¹⁵⁰ Aalisando a noção de desenvolvimento sustentado Ribeiro (2000:23) afirma que, “em várias situações as populações locais acabam se encontrando sob o fogo cruzado de um sem número entidades governamentais e não-governamentais que supostamente estão ali para fazer com que elas tenham desenvolvimento nos seus próprios termos”.

Excerto 4.71

Kin: tenta falar o melhor possível, falar o mais correto possível. Porque, principalmente, depois que a gente sabe que, que a gente começa, o que a gente falava é um pouquinho daquilo que é a realidade. Então, pôxa, porque a gente não fala né o que é o certo, né. Então toda vez que tem oportunidade, a gente tenta falar, mais corretamente possível.

(Entrevista Kin, p. 7, linha 168)

Os *nikkeis* vivenciam duas realidades lingüísticas: a **variante padrão** que simboliza o prestígio, o poder e a formalidade, atribui-se a ela a língua da cultura legítima e da instituição escolar. A **variante colônia** simboliza a língua de solidariedade, do aconchego e da intimidade, com ela mantém-se uma relação de reciprocidade e de identificação entre seus falantes.

Excerto 4.72

P: a língua mais forte você já tinha dito que era o japonês, né. A língua mais familiar, também seria...

Nana: mais familiar?

P: uh, hun

Nana: seria o português.

P: português?

Nana: por mais que seja, né. Se fosse japonês padrão, seria japonês colônia mais familiar.

P: **mais familiar pra você seria a colônia.**

Nana: é

(Entrevista Nana, p. 11, linha 289)

A percepção da valorização das variantes provoca uma situação nova para os *nikkeis*. O reconhecimento desses valores deduz uma posição dual no comportamento lingüístico destes *nikkeis* de pesquisa (excerto 4.72 e 4.73). Inferimos nessa observação que o *nikkei* distingue esse mundo dualístico, de um lado revela a língua do coração, do inconsciente e de identificação, do outro revela a língua da razão, a língua da consciência e a língua do 'outro'.

Excerto 4.73

Kin: Essa, então essa substituição né, da linguagem Koroniago, né. Hoje, **substituir essa Linguagem toda pra código padrão, embora seja mais realista. Eu não me sinto à vontade dentro de mim, alguma coisa que me faz...**

P: Parece que está falando, forçadamente (risos)

Kin: exatamente, dentro, **dentro aqui me faz ficar assim sufocado** pra poder falar, tentar falar, não sei se agora é momentâneo. Se depois que eu começar a falar fluentemente, espero que consiga falar né, fluentemente em japonês, **talvez libere essa pressão que existe aqui dentro pra tentar, forçar a gente falar, atualmente...**

(Entrevista Kin, p. 19, linha 575)

O mundo dual lingüístico entra em atrito na interação comunicativa do *nikkei* de pesquisa que demonstra um certo desconforto em substituir a sua variante para um novo código. No seu depoimento, notamos que para este *nikkei* de pesquisa a

variante faz parte do seu contexto de vida e deixar de usá-la, significa deixar uma lacuna na sua história etnolingüística. Essa ansiedade é observada quando ele diz: “**substituir essa linguagem toda pra código padrão, embora seja mais realista. Eu não me sinto à vontade dentro de mim, alguma coisa que me faz ficar assim, sufocado**”. Podemos inferir nessa fala do *nikkei* de pesquisa a importância da língua no construto do ‘eu’ étnico.

Excerto 4.74

P: agora, Quando você escuta alguém falando, alguém falando essa variante, o que você acha? Te chama atenção? Ou passa despercebido?

Kin: ahhh, **também passa despercebido, porque existe esse código dentro de mim também, ainda.**

(Entrevista Kin, p. 9, linha 234)

Na coleta de dados extraclasse foi observada uma situação que revela a importância desta variante para um *nikkei*. A pesquisadora em um dos ‘bate-papos’ com os *nikkeis* de pesquisa, perguntou o que achava da **variante colônia** e a resposta do *nikkei* de pesquisa foi bem clara ao responder “**É mais fácil de comunicar**”. A resposta dada nos leva a concluir que essa variante faz parte da ‘minha unidade’, portanto refere-se a ‘minha língua’ e a ‘minha identidade lingüística’.

O estudo de língua e da etnicidade numa comunidade bilingüe tem sido objeto de estudos de várias áreas. A sociolingüística nos últimos decênios tem direcionado o seu estudo na intenção de preservar a minoria lingüística. Essa preocupação, deve-se pela tendência do mundo globalizado em englobar os grupos étnicos nos moldes do grupo dominante ou do grupo majoritário. Essa condição sutilmente imposta, induz ao falante abandonar a sua cultura, o seu estilo de vida, a sua língua, e conseqüentemente a própria identidade. Fischman argumenta que a língua é um símbolo da etnicidade. Através dela expressamos a nossa visão de mundo e com ela estabelecemos e transformamos a nossa realidade.

Através dos depoimentos e observação de campo podemos definir a comunidade *nikkei* como uma organização social, cujos indivíduos se identificam e são identificados como membros da comunidade, o que implica num reconhecimento de valores e traços culturais comuns compartilhados entre os membros do seu grupo.

Podemos distinguir a identidade da comunidade nipo-brasileira em três categorias: um grupo que se considera japonês; outro grupo que se identificam como brasileiro; e o último grupo que se identifica como brasileiro e japonês (*nikkei*).

No excerto abaixo, verificamos que o *nikkei* de pesquisa percebe que o seu fenotipo (japonês) é diferente de outras etnias. Portanto mesmo que diga que é brasileiro, os outros declaram “está na cara que é japonês”, contrariando a sua nacionalidade brasileira. Por esse motivo, a identidade deve ser baseada em etnicidade (japonês + brasileiro= *nikkei*).

Excerto 4.75

P: você tinha me dito que sua identidade, que você é um, você é um brasileiro, né.
Kin: sim
P: agora em termos de identidade étnica você é o quê?
Kin: eu me sinto japonês.
P: um japonês ou um *nikkei*?
Kin: um *nikkei*. É um *nikkei*, porque acho assim que pode olhar no espelho, olhar a sua volta
P: (risos) pode lavar, mas não adianta
Kin: não, não sai, né. Mas, eh, quando a gente acorda você vê, acorda com aquela coisa de você é, sempre tem aquela coisa que você tem uma linhagem japonesa
P: não tem jeito, né
Kin: não tem jeito, não sai.
P: você é sempre identificado, né
Kin: identificado, não só fisicamente, né. Porque eu acho assim que, a gente, eu até falei, nós sem que a gente queira, a gente trás aqui dentro, uma parte daquilo que é do japonês.
Kin: eu ponho de lado, mas a gente sempre é brasileiro, mas existe aquele lado japonês também, as nossas raízes.

(Entrevista Kin, p. 13, linha 385)

Ao analisar as respostas dos *nikkeis* de pesquisa, tanto nos questionários quanto nas entrevistas as respostas foram unânimes ao responder “Eu sou *nikkei*”. Nas entrevistas averiguamos que os *nikkeis* de pesquisa, exceto uma, responderam que eram brasileiros referindo-se à sua nacionalidade. Mas quando perguntamos na mesma entrevista sobre a identidade étnica, obtivemos resposta como exposta no excerto abaixo.

Excerto 4.76

P: o que é ser um *nikkei*?
Jun: ser um japonês de uma forma diferente, como acho que pode se traduzir dessa forma que, como se diz, foi dito anteriormente. A cultura ser formas diferentes no Brasil e no Japão, então apesar da gente ter nascido no Brasil e ter uma cultura toda brasileira, acho que a gente foi criado em moldes japoneses, então pode ser que tenha, possa ser diferente. Mas a tradução que eu teria mais correto, ser japonês de uma forma diferente.

(Entrevista Jun, p.11, linha 300)

A língua é o instrumento pelo qual o indivíduo estabelece as suas relações entre ‘eu’ e o ‘mundo’ e com ela constrói o significado do mundo social. Observamos pelos depoimentos, que existe uma relação intrínseca entre a língua e identidade étnica dos *nikkeis* desta pesquisa. No questionário I, foi observado que o *nikkei* dá importância

na **variante colônia** como um dos símbolos de uma herança cultural, hoje transformada em herança cultural nipo-brasileira.

Excerto 4.77

Q: Para você japonês colônia é : **aquela remanescente, desatualizada, mas bem adaptada às condições locais.**

(Questionário Kin I, perg. 4.42)

Para Romaine¹⁵¹ a consciência que o falante tem em relação à identidade é que vai influenciar na seleção da língua. Assim, quando o falante seleciona a língua ou as variantes da língua, está, simplesmente, realizando a sua identificação. Se a realização da sua identidade implica numa escolha lingüística, podemos contextualizar no excerto abaixo como um resultado desse processo. Por esse motivo, é de suma importância que os falantes tenham uma atitude positiva em relação à língua, aos costumes e à cultura que caracterizam o seu grupo étnico.

Excerto 4.78

P: ...porque, por eu ser **uma nikkei**

Kin: Uh, hum

P: **a pessoa tem mais facilidade, porque eu transito tanto um tanto noutro, sem preconceito**

Kin: correto

P: então, foi o que o meu aluno colocou uma vez. Aí ele falou “sensei com você posso conversar, eu posso dizer, **suru, taberu**”

Kin: eu também, **pode ter certeza. Com você eu acho assim que eu converso, naturalmente, sabendo que mesmo, aquela história, estou errando, eu sei, mas e que eu tenho essa receptividade.**

P: então, você com outra pessoa você policiaria mais

Kin: **muito mais, pode ter certeza.**

(Entrevista Kin, p. 17, linha 506)

Pelo depoimento de Kin, observamos que ele estabelece uma relação comunicativa baseada na identificação. Mesmo quando esse seja um professor, a interação ocorre sem traumas quando ela é estabelecida sob a ótica de traços lingüísticos comuns. Assim, nas situações lingüísticas em que a interação comunicativa é realizada entre professor/aluno, tende a fluir naturalmente quando o interlocutor tiver a mesma identidade étnica. Observamos que nessa situação, o *nikkei* de pesquisa sente-se confortável em utilizar os dois códigos.

No depoimento do excerto 4.78, o termo “**sabendo que mesmo, aquela história, estou errando**” utilizado por *nikkei* de pesquisa refere-se à **variante colônia**. Neste depoimento, transparece a percepção polarizada em correto *versus* incorreto que o

¹⁵¹ Romaine (cf. cit.)

nikkei de pesquisa percebe em relação às variantes. Pelo fato de ele ser o aluno de língua japonesa, pressupõe que a cobrança seja maior em querer falar na **variante padrão**.

Através do questionário e da entrevista averiguamos que os *nikkeis* de pesquisa usam a **variante colônia** no domínio domiciliar, mas quando a comunicação ocorre fora do ambiente familiar, o uso das variantes está condicionado à identidade do interlocutor. A variável local (escola, embaixada, consulado, entre outros) interfere no uso dessas variantes, prevalecendo nessas ocasiões o uso da **variante padrão**.

Participar dos eventos ou das associações nipo-brasileiras faz parte do dia-a-dia de alguns bilíngües *nisseis* da comunidade nipo-brasiliense, que acaba reforçando um orgulho intragrupal. Nessas ocasiões, a **variante colônia** passa a ser o código comum entre alguns falantes *nikkeis*.

Registramos nos eventos promovidos pela comunidade nipo-brasileira que o apresentador *issei* bilíngüe direciona a sua fala para a autoridade presente utilizando **variante padrão**. Logo em seguida, ao se dirigir à sua comunidade utilizou a **variante colônia**. Podemos considerar que, muitas vezes, o falante usa-se da mudança de código como uma estratégia ou um mecanismo para manter uma relação de proximidade com o seu interlocutor e nessas situações manifesta-se, um sentimento de pertencimento e de identificação, já que a maioria era membro da comunidade nipo-brasiliense. A escolha lingüística é uma opção etnolingüística, sendo esses insumos importantes tanto para a construção da identidade de um grupo étnico quanto para a manutenção dessa comunidade lingüística.

Excerto 4.79

P: então é essa variante que você utiliza com seus pais?

Kin: sim, essa variante. Porque é o que aprendi né, e aqui a gente conversa, diariamente, ou pelo menos o cotidiano, Quando a gente encontra outros, outros *nikkeis* assim. É o que a gente conversa. É a nossa linguagem é essa, então

P: da comunidade

Kin: da comunidade

P: agora, você eh além de seus pais, você tem outros lugares que você fala língua Japonesa, a variante colônia?

Kin: hoje, atualmente né... Agora, aqui em Brasília, único lugar que eu converso é no Clube

Kin: no clube, lá no clube Nipo. Então, lá nós conversamos em japonês que é, basicamente, esse japonês né, colônia, que a gente fala *Koroniago*, né

(Entrevista Kin, p. 4, linha 105)

Não se pode negar que as línguas coexistem em função de algum tipo de relacionamento. Seja de forma direta ou não, é com ela que o homem se expressa as suas necessidades e compartilha seus sentimentos. A fala nativa de um indivíduo

constitui como uma parte de sua história familiar, um sinal de identidade lingüística. Assim, através dela que o homem reafirma sua filiação e se integra socialmente.

Em uma comunidade bi(multi)lígüe, mesmo que a língua seja de minoria lingüística, uma vez caracterizada como um elemento responsável pela transmissão de normas e valores culturais de grupo, prevalece a sua importância. No caso da comunidade *nikkei*, a **variante colônia** tem a sua função pautada em valores etnolingüísticos, esse traço distintivo opera também para o construto de identidade *nikkei*.

Mesmo que o *nikkei* tenta se adaptar à **variante padrão**, existe aquele código que pertence ao seu comportamento lingüístico. Nessas situações comunicativas esse código ainda sobrepõe ao novo código. Por base neste depoimento do excerto 4.80, verificamos que esse aspecto pode favorecer para a continuidade da **variante colônia**.

Excerto 4.80

Kin: “Porque acho que ainda, eu falo, ainda existe dentro, a mesma forma de falar. Aquela história, eu recebo essa informação, essa mensagem, mas só que quando vou transmitir eu tento usar de uma outra forma. Então, eu tou tentando me adaptar ao novo código”.

(Entrevista Kin, p.9. linha 239)

Observamos na instituição universitária que a **variante colônia** é pouco usada, geralmente nos intervalos entre uma aula e outra. Em se tratando de sala de aula, verificou-se que o uso desta variante ocorre de forma dissimulada.

Quanto à aquisição das línguas desse grupo universitário, eles adquiriram a **variante colônia** na sua infância como já foi mencionado anteriormente. O contexto e a idade de aquisição de variante colônia e de português segue ao paradigma de Savedra¹⁵² que considera algumas situações para a condição bilígüe.

Savedra considera L1 para ambas as línguas, quando o processo de aquisição das duas línguas ocorre de forma simultânea. Assim teremos a situação **L1a + L1b**. No caso da nossa pesquisa, inferimos que dentre os quatro *nikkeis* de pesquisa, apenas uma *nikkei* segue esse paradigma. A Lily é a única que a L1 é o português, mas como a mãe é monolígüe em japonês, deduzimos que essa *nikkei* tenha desenvolvido o bilingüismo receptivo. No caso da Nana, pelas informações obtidas, deduzimos que segue esse paradigma, mas num contexto peculiar, já que se trata da mesma língua, portanto é uma situação atípica em que as duas variantes são adquiridas

¹⁵² Savedra, 1994.

simultaneamente. Por tratar de variantes recorreremos ao mesmo termo usado na diglossia [Bc] e [Ap]. A situação linguística da Nana fica caracterizada como **L1bc e L1ap**.

No caso dos outros *nikkeis* de pesquisa compartilha do paradigma de **L1 + L2**. Segundo Savedra, essa situação ocorre quando as línguas são adquiridas de forma consecutiva na infância ou em alguns casos na adolescência. Os *nikkeis* desta pesquisa adquiriram na sua infância a variante colônia e desenvolveram o bilingüismo quando entraram numa instituição escolar brasileira.

Savedra refere-se à **LM + LA**, aquela situação em a aquisição da língua-alvo ocorre quando já atingiu a maturidade linguística e isso ocorre geralmente na idade adulta. O quadro ilustra a idade da aquisição das variantes ou das línguas destes *nikkeis* de pesquisa. Marcaremos com a letra **X** a aquisição.

Quadro 18 Situação de Aquisição das Variantes e/ou das Línguas

Nikkei de Pesquisa	Fase de Aquisição	Variante Colônia [Bc]	Variante Padrão [Ap]	Português	Situação
Nana	Infância	X	X	X	L1bc+ L1ap + L2
	Adolescência	X			
	Adulta	X	X		
Jun	Infância	X		X	L1 + L2
	Adolescência	X			
	Adulta		X		
Kin	Infância	X		X	L1 + L2
	Adolescência	X			
	Adulta	X	X		
Lily	Infância	X		X	L1a + L1b
	Adolescência	X			
	Adulta	X	X		

Exceto Lily, os *nikkeis* de pesquisa desenvolveram o bilingüismo ao ingressar numa escola brasileira. Sendo assim, a aquisição das línguas segue a sequência de **L1= japonês e na idade escolar L2= português (L1+L2)**.

Para esse grupo analisado, a língua japonesa passa-se por um processo de re-aquisição da língua, isto é, aquisição de **variante padrão**. Em face dessa situação a aquisição da língua japonesa desse grupo deve estar pautada nos paradigmas de L1 e ou L2.

Por tratar de uma língua que já foi adquirida na infância, mesmo com elementos peculiares da **variante colônia**, esses *nikkeis* de pesquisa apresentam a base e os componentes necessários para a estruturação da língua japonesa. A **variante colônia**

adquirida nos moldes de aquisição de L1 confronta com um novo paradigma a re-aquisição de L1 nos moldes de L2.

Nas entrevistas colhidas durante o processo desta pesquisa, observamos que além dos aspectos relevantes do processo de aquisição da língua alvo, existe também nas entrelinhas desse processo, o fenômeno diglossia que atua consideravelmente na aquisição da **variante padrão**. O preconceito que se cria em relação à sua variante, pode provocar um desconforto na aquisição da variante alvo. Quando a tensão diglósica se entrelaça com a aquisição de **variante padrão**, cria-se uma situação de tensão na aquisição dessa variante. Observamos nos depoimentos dos *nikkeis* de pesquisa algumas situações pertinentes que consideramos importantes para o processo de re-aquisição da **variante-padrão**.

Excerto 4.81

P: você acha que sabendo a língua da colônia ajudou você na aprendizagem aqui, da língua padrão?
Nana: ajudou
P: ou na aquisição da língua padrão?
P: só ajudou, né
Nana: ajudou, não, em termos atrapalhou às vezes, porque muito costume, né de falar errado, então aprender o padrão, às vezes, é difícil. Porque já tá, né.

(Entrevista Nana, p. 11, linha 304)

Pelo depoimento, notamos que a *nikkei* de pesquisa tem a percepção desfavorável em relação à variante adquirida na sua infância. Percebe-se no excerto acima que a **variante colônia** é um ‘falar errado’, isso, em parte não contribui para a aquisição da **variante padrão**, pelo contrário, ela é marcada como interferência para a aquisição da variante alvo. Essa percepção da *nikkei* leva-nos a uma reflexão dessa **variante colônia** em termos de interlíngua e de fossilização. Se partirmos do princípio que ela é uma interlíngua no processo de aprendizagem, esse fenômeno é caracterizado como uma das etapas que os alunos vão vencendo no decorrer do processo até atingir as etapas mais complexas. Schumann¹⁵³ refere-se à essa situação como ‘pidgnizante’, um processo semelhante às etapas de uma aquisição. Existe, por outro lado, um aspecto que não favorece o aluno a seguir e avançar a sua meta que é a presença da fossilização dessa situação.

¹⁵³ Schumann, 1986.

A *nikkei* de pesquisa identifica a **variante colônia** como um ‘falar errado’. Observamos que ela percebe a sua variante negativamente e o estereótipo criado interfere de forma desfavorável no processo de re-aquisição da **variante padrão**.

Seguindo a dicotomia de Krashen quanto à aprendizagem e aquisição, inferimos que a **variante colônia** foi adquirida num ambiente natural de forma direta, e inconsciente. Por ser inconsciente, a interação comunicativa tende a fluir sem a presença do monitoramento das regras gramaticais. Portanto, não se preocupa em ‘como dizer’, mas sim em ‘o que dizer’. No caso da aquisição da **variante padrão** que se realiza numa instituição formal, em um ambiente escolar, os *nikkeis* dessa pesquisa usam do monitoramento para averiguar se está falando de forma correta ou não. Nesses termos, o *nikkei* preocupa-se em não dar uma ‘escorregada’ na **variante colônia**. O uso excessivo desse monitor pode bloquear a interação comunicativa dos sujeitos de pesquisa. No excerto abaixo verificamos a presença desse monitoramento na aquisição da variante alvo. Mas, se a atitude for favorável, o aluno pode abreviar a sua re-aquisição utilizando a variante como um suporte lingüístico.

Excerto 4.82

Lily: Ahhh, deixo ver. Ehh, acho que uma coisa interessante é que japonês colônia. Eu não vou nem falar colônia, mas japonês que eu aprendi em casa, e o japonês que estou aprendendo né, certinho forma formal. Têm algumas coisas que eu fico percebendo que eu falo naturalmente em casa. E quando chega aqui pra aprender mesmo como é não importa se é forma polida ou não, eu sei como que é, mas na hora não falo. Não sai, não falo, né. Eu acho que é uma questão do contexto, do momento mesmo, que você tá lá, você não pensa no que vai falar.

Lily: Tipo como é coisa que você já internalizou e você sai, sai espontaneamente. E às vezes aqui eu, tipo né *matte kudasai*. A forma *te*, eu nunca pensei que tivesse uma regra, antes de fazer o nihongo, aqui na UnB. Nunca imaginei que regra de *u* fica *itte*, né. Essas coisas que eu sempre eu falava, muitos verbos em forma *te* que falava errado, porque eu não imaginava que tivesse uma regra, não me importava muito mesmo, sabe. Então ...

P: O fato de policiar também é um bloqueio, né?

Lily: É um bloqueio. Exatamente. Agora, tem certos verbos que sai com maior facilidade. Agora fico pensando, gente será que falei certo. Agora fico me lembrando da regra assim...

(Entrevista Lily, p. 11, linha 298)

Mesmo as estruturas simples que já foram adquiridas e superadas na infância são bloqueadas, devido ao acionamento do monitor que regula a espontaneidade do ato comunicativo. A presença do monitor é mais ativa para os *nikkeis* que têm a percepção negativa da sua variante materna, procurando monitorar a sua fala de forma correta e sem desvios. Pelo fato de ser um *nikkei*, deve-se ou sente-se na ‘obrigação de’ falar corretamente a **variante padrão**. Essa crença favorece o acionamento do monitor que acaba criando uma situação de ‘desconforto’. Esse desconforto provoca uma tensão na aquisição dessa variante.

Excerto 4.83

P: agora você faz a inversão, por exemplo, você pensa em Koroniago e depois você coloca em padrão?

Kin: às vezes faço isso

Kin: eu to me policiando, por isso em cima disso que eu tou tentando, mas só que está Começando a se tornar prática.

(Entrevista Kin, p. 18, linha 533)

Excerto 4.84

Kin: só aquilo que a gente, eh, começava a falar e se preocupar com “pohh será que estou falando certo ou não. Hoje eu tenho certeza que aquelas estruturas que me foi passado nas aulas, tá me servindo pra corrigir automaticamente já.

(Entrevista Kin, p. 18, linha 542)

O processo de re-aquisição da variante apresenta uma outra faceta que intervem e age negativamente nesse processo que é a interferência do fenômeno diglótico. A situação diglótica favorece o acionamento do monitor, principalmente quando os *nikkeis* de pesquisa reconhecem essas diferenças pautadas em *status* lingüístico. Essa distinção caracterizada em torno de crença, preconceito e valor social somada à própria condição de aquisição, acaba influenciando e retardando a aprendizagem da variante alvo.

A **variante colônia**, como qualquer língua, sofreu a evolução no decorrer da sua história. Se antes tinha características restritamente da língua japonesa, hoje as características podem ser pautadas em direção à língua portuguesa. Sendo assim, atualmente a **variante colônia** pode trazer elementos das duas estruturas lingüísticas. O que não pudemos precisar foi, qual seria a estrutura é mais marcada. São reflexões pertinentes que servem para um estudo posterior.

No caso de ensino da língua japonesa, observamos que os *nikkeis* de pesquisa adquiriram a **variante colônia** em casa ou na comunidade lingüística espontaneamente. O processo de aquisição seguiu a sua ordem natural em que as formas, as gramáticas ou os vocábulos são menos complexos. No entanto, as formas simples começam a se tornar limitadas para manter uma comunicação fora do contexto familiar ou da comunidade. Os *nikkeis* de pesquisa percebem a necessidade de falar uma variante que transite também em todos os domínios. Uma vez adquirida a **variante colônia**, mesmo que seja de forma simples, ela pode contribuir para a aquisição de novas estruturas e conquistar as regras mais complexas.

Excerto 4.85

P: **você acha que, por você saber a língua, a variante colônia te ajudou bastante?**

Kin: **sim, sempre ajuda... interessantes, né. Eu lembro que teve um caso de, eu tava numa cidade onde tinha uma pessoa que não sabia falar o português. Eu não lembro onde foi, mas aconteceu e a pessoa, totalmente perdida numa cidade. ...Fui ver o que se passa, né. Peguei e fui lá conversar, mas não, realmente tava procurando um lugar pra poder viajar... Eu falei tudo bem, ainda traduzi alguma coisa...**

(Entrevista Kin, p. 15, linha 463)

Excerto 4.86

P: **você sentia assim muito inseguro ainda em relação à língua, ou o seu modo de falar, por exemplo, você achava que a sua gramática não estava correta e que no final, hoje você está vendo que aquilo só somou, né.**

Jun: **Só somou mais**

(Entrevista Jun, p. 10, linha 273)

No decorrer desta pesquisa inserimos algumas considerações a respeito da **variante colônia**. Se ela é considerada pelos alguns integrantes da comunidade *nikkei* como uma variante de pouco prestígio, por perceberem negativamente, consequentemente a auto-estima em relação à sua fala também é baixa. Nessa perspectiva, ao passar por filtro afetivo ela é identificada imediatamente e acaba prejudicando ou retardando a aquisição da **variante padrão**. O que ocorre com os *nikkeis* de pesquisa e outros *nikkeis* bilíngües é de policiar a sua fala para que não ‘dê uma escorregada’ na **variante colônia**.

No caso dos *nikkeis* de pesquisa, deduzimos que se a atitude for positiva em relação a L1 pode ajudar na aquisição da L2, mas se a atitude for negativa em relação a **variante colônia**, o filtro afetivo assume a sua posição e não propicia condições favoráveis para o ensino.

No estudo de caso realizado nos fins de novembro de ano 2000, em uma turma de Língua Japonesa II com alguns *nikkeis* de pesquisa, percebemos que os alunos começaram a ser mais espontâneos, quando mencionamos a importância dessa variante para a comunidade nipo-brasileira. Pelo fato da pesquisadora ser uma observadora participante, teve oportunidade de colocar em prática as nossas indagações e colher dados que fossem pertinentes e importantes no processo de aprendizagem da variante alvo para os *nikkeis* bilíngües.

Contextualizando essa aula, a pesquisadora-participante expôs nessa turma os valores culturais, lingüísticos e étnicos da **variante colônia**, bem como a vantagem dos *nikkeis* bilíngües em saber falar a língua japonesa, mesmo que seja a **variante colônia**. A sua importância foi enfatizada não só em termos de comunidade *nikkei*, mas

também em termos de aquisição, já que representa uma iniciação da **variante padrão**. Portanto, **variante colônia** têm subsídios básicos para que os processos mais complexos da língua sejam adquiridas paulatinamente.

A intenção da pesquisadora também foi de averiguar se os alunos *nikkeis* falavam a **variante colônia** ou como eles percebiam o seu modo de falar.

Observamos que nas aulas posteriores o aluno *nikkei* que, raramente falava, começou a responder em dois códigos (**variante colônia/variante padrão**). Quando a resposta era dada em **variante colônia**, o aluno imediatamente fazia a auto-correção para **variante padrão**. A situação poderia ser despercebida se o aluno *nikkei* tivesse manifestado em **variante colônia** nas aulas anteriores a essa aula. Deduzimos que o *nikkei* percebeu que a sua variante tinha espaço também naquela situação e assim o aluno *nikkei* foi expondo o seu comentário sem constrangimento. Esse aluno *nikkei* seria um dos membros desta pesquisa, no entanto devido à greve perdemos o contato e o que ficou desse aluno foram apenas o primeiro questionário e as observações anotadas no decorrer das aulas dos semestres.

Um episódio interessante anotado foi com a *nikkei* de pesquisa. Essa aluna também é da mesma sala do aluno *nikkei* do parágrafo anterior. Observamos que houve uma mudança no comportamento linguístico, isto é, ela também mudou a sua atitude numa das aulas ao responder à pergunta da professora. A *nikkei* respondeu em **variante colônia** e depois explicou o seu uso. Para ilustrar o episódio, descrevemos um trecho dessa situação.

Excerto 4.87

Professoro:	<i>darega syukudai wo shimashitaka</i> ¹⁵⁴ (variante formal)
Aluna <i>nikkei</i> :	<i>watashiga shita</i> (variante informal/colônia)
Aluna <i>não nikkei</i> :	o que você respondeu Lylisan?
Aluna <i>nikkei</i> :	<i>watashiga shita</i> é mesmo de <i>watashiga shimashita</i> (v. formal) Só que <i>watashiga shita</i> é uma outra forma de dizer, né <i>sensei</i> ¹⁵⁵ .

O episódio não teria tanta importância se fosse com um aluno espontâneo e participativo. No entanto esta aluna sempre foi muito quieta e introvertida com pouca participação e, ela nunca demonstrou em nenhum momento, no decorrer do semestre, que soubesse falar a língua japonesa, mesmo que seja **variante colônia**. Para contextualizar o exemplo desse episódio, observamos que ele ocorreu após a colocação

¹⁵⁴ Darega syukudai wo shimashitaka? Quem fez a lição de casa? Watashiga shita. Eu fiz. (tradução)

¹⁵⁵ Sensei – professor

da pesquisadora em relação à importância da **variante colônia**. Essa situação corrobora com a indagação de que a percepção que o bilíngüe tem em relação a variante já adquirida pode intervir no processo de aprendizagem. Inferimos que se o fenômeno da tensão diglósica estiver atuando, pode intervir e retardar o processo de aquisição da **variante padrão**. Se a auto estima estiver baixa em relação à **variante colônia** pode ser um elemento ‘bloqueador’ e pode comprometer o processo da aquisição da **variante padrão**.

No depoimento, “**é uma outra forma de dizer, né sensei**”, observamos que a aluna procura a confirmação ou apoio da professora na sua colocação. Deduzimos que esse comportamento ocorreu pelo fato de ela perceber que a professora não tinha preconceito em relação ao seu comportamento lingüístico. Sentindo-se a vontade na variante adquirida, ela consegue tranquilamente transitar na **variante padrão**, sem medo de ser discriminada, por estar falando um japonês inadequado para muitos professores de língua japonesa. A atitude do professor pode inibir, inclusive o uso da **variante colônia** em outros domínios e essa situação lingüística contribui para o deslocamento desta variante em direção à substituição lingüística.

A **variante colônia** não é bem aceita na comunidade dito *japonesa*¹⁵⁶, em que fazem parte alguns professores que não estão atentos para lidar com esses fenômenos e discriminam o seu uso. A atitude negativa do professor ou da comunidade japonesa em relação a **variante colônia** pode reforçar o preconceito e levar a aquisição da variante alvo ao insucesso.

É normal o desconforto ao deparar com a língua e a cultura nova no processo de aprendizagem, principalmente quando essa distinção é pautada em valor social das línguas. Nesse caso, o preconceito atua com mais intensidade e provoca um *stress* lingüístico.

Os fatores afetivos que a psicologia aponta estão intimamente ligados no processo de aquisição. Negar esses aspectos significa negar todo o processo de aquisição da L2.

Schumann¹⁵⁷ aponta que é importante a atitude positiva de ambos os grupos (L1 e L2) para que a aprendizagem ocorra sem traumas. A atitude negativa dos *nikkeis* de segunda geração em relação à **variante colônia** foi exposta no decorrer deste

¹⁵⁶ Comunidade japonesa- Utilizo este termo para diferenciar a comunidade nikkei dos japoneses. A comunidade japonesa, refere-se àqueles grupos que tem o domínio do dialeto padrão.

¹⁵⁷ Schumann, 1986.

trabalho. O preconceito atua e pode trazer seqüela no ensino de L2, mesmo porque o preconceito em relação à língua pode ser estendido à construção da sua identidade étnica.

No caso do ensino de língua japonesa para os *nikkeis*, traz nas suas entrelinhas idéia de desigualdade social, ou de distanciamento social entre a *cultura nikkei* e a *cultura japonesa*. O distanciamento deve-se, em parte, ao motivo pelo qual o imigrante veio para o Brasil. Para se entender essa conotação negativa, temos que recorrer à história que colaborou para a formação desse *status* social. A ascensão do Japão nas últimas décadas, contribui na criação de um mito em relação ao ‘ser’ um japonês, cuja imagem baseia-se nos parâmetros da cultura de primeiro mundo. Deduzimos que isso possa provocar uma certa alienação e aumenta a distância entre essas culturas a de ‘ser’ *nikkei* e a de ‘ser’ japonês. Assim, adaptar-se ao ‘outro’ significa, em parte abrir a mão da sua identidade lingüística. Essa perda pode provocar a falta de uma referência de si mesma e não propicia assimilação à língua alvo, principalmente quando essa língua alvo significa ‘poder e dominação’. O distanciamento que se estabelece entre elas propiciam situações desfavoráveis para o ensino.

O primeiro passo é a sua desmistificação e na medida que for desmistificando o estereótipo, gradativamente vai reconstituindo o ‘eu’ despido de preconceito. Essa reconstituição favorece ao aluno a adquirir a variante alvo sem ‘tensão’.

Com a identidade étnica definida, o grupo pode fazer o juízo de valor e transitar nessa cultura sem estigma social, porque a partir do momento que assume a sua cultura, começa a entender a cultura do outro, isso significa ‘olhar com os olhos do outro’.

Ao identificar o limite da sua cultura e da língua, acaba criando ambiente favorável para a aquisição ou a re-aquisição da língua alvo, bem como para o fortalecimento e ou a manutenção da **variante colônia**.

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Penso que a língua japonesa padrão, como uma roupa social, é necessária mas, da mesma forma é necessária a língua com características confortáveis de uma roupa cotidiana."

Mase

Este estudo, realizado com estudantes universitários da Universidade de Brasília, todos *nikkeis* (no caso, descendentes de japoneses nascidos no Brasil) lança a semente a um desafio de busca da identidade etnolingüística da comunidade nipo-brasiliense, ainda pouco estudada.

Em nosso estudo, os falantes foram classificados em quatro subgrupos distintos quanto ao uso lingüístico: (1) monolíngües em português; (2) monolíngües parciais em japonês; (3) bilíngües em português e japonês (**variante padrão**); e (4) bilíngües em português e japonês (**variante colônia**)

Incluimos na categoria de 'parcialmente monolíngües', *isseis* imigrantes que vieram para o Brasil na fase adulta e que não tiveram acesso à instrução escolar em português. Eles, geralmente, pertencem às comunidades agrícolas, portanto geograficamente isoladas. São aqueles que se mantiveram em grupos fechados e coesos. O universo desses *isseis* é restrito resumindo-se à vida dentro da comunidade e muitas vezes, pode ser menor ainda, restrito apenas aos recintos familiares. Usamos o termo 'parcialmente monolíngües' para descrever esses imigrantes japoneses falantes das variantes da língua japonesa porque, na verdade, nas suas vidas existem uma infiltração da língua portuguesa – a língua da sociedade envolvente.

Como vimos no capítulo anterior, os *isseis*, que são da primeira geração de japoneses migrantes, usam o japonês. No uso do português, o grau de interferência da língua materna é alto, o que dificulta a sua compreensão.

A maioria dos *isseis* não teve acesso a instrução local, a não ser o caso dos *jun-isseis* que vieram para o Brasil, ainda crianças e em fase de escolarização. A oportunidade diferenciada de se instruir tanto na língua portuguesa quanto na japonesa,

priorizando, porém, a portuguesa, foi dada aos *nisseis* por seus pais, os *isseis*. Portanto os *nisseis* adquiriram os dois códigos (a língua japonesa e a língua portuguesa do Brasil) e conseqüentemente, desenvolveram o bilingüismo.

A história mostra que o falante em contato com outra comunidade lingüística desenvolve o bilingüismo e, por esse motivo, é difícil manter o binômio ‘uma pessoa, uma língua’. A língua dominante ou a língua mais ampla acaba prevalecendo, mantendo-se, apenas, a língua de origem no caso dela ter prestígio social e ter o ‘status’ de língua internacional, ou no caso dos falantes quererem fortalecer a identidade lingüística.

Apesar do contato assíduo que muitos dos *nisseis* mantêm ou mantiveram com o idioma falado pelos pais e avós, em geral eles desenvolveram o bilingüismo passivo ou receptivo, ou seja, a capacidade de compreensão do falante, sem que eles se expressem na língua-alvo. Em nosso estudo, os *nikkeis* de segunda geração que tiveram poucas oportunidades de usar o japonês acabaram perdendo a habilidade da fala, embora tenham mantido a compreensão da língua falada pelos familiares.

Coube então, aos *nisseis* o papel fundamental na sobrevivência da língua e dos costumes japoneses¹⁵⁸.

A interrupção no processo “contínuo” da língua e de costumes pode levar a uma substituição lingüística. No entanto, com o novo cenário do fluxo migratório dos *Dekassegui*, muda-se também o cenário lingüístico da comunidade nipo-brasileira. Se outrora os *isseis* e *nisseis* eram os protagonistas do “repasso” da língua japonesa, hoje temos a contribuição daquelas pessoas que estão transitando no território japonês que ao voltarem para o Brasil, trazem consigo a língua japonesa.

Nosso estudo averiguou a situação lingüística de uma comunidade nipo-brasileira no Distrito Federal, na qual a competência no manejo das duas línguas desenvolveu-se de acordo com a história de vida de cada falante. Verificamos que tanto os fatores lingüísticos, quanto os aspectos extralingüísticos contribuíram, decisivamente, na caracterização do perfil lingüístico da referida comunidade. Os dados obtidos mostraram que o uso de uma ou outra língua é determinado pela necessidade do dia-a-dia dos falantes.

A situação bilíngüe, por ser um fenômeno individual, é ao mesmo tempo social. Deve-se levar em consideração alguns aspectos interferentes tais como: a idade

¹⁵⁸ Saito, 1973.

de aquisição da L2 (no caso, o português), a quantidade e qualidade do seu uso, a atitude em relação a uma e outra língua (japonês e português) e o *status* das duas línguas ou das variantes.

Os dados deste estudo mostraram que o falante bilíngüe *nikkei* tem uma concepção idealizada do ‘ser bilíngüe’. Entre os *nikkeis* de pesquisa, estiveram presentes expressões como “**eu não sei falar bem japonês**”, sendo que esses sujeitos se comunicavam muito bem nas horas de intervalo com a pesquisadora.

Nas entrelinhas do “**eu não sei falar bem o japonês**” foi observado que o *nikkei* tende a valer seu desempenho verbal na língua japonesa, comparando com a **variante padrão** veiculada nas instituições escolares. Dessa forma, a **variante colônia** falada por esse *nikkei* passa a ser considerada como uma língua menor, daí dizer ele que não sabe falar bem o japonês.

O nível de proficiência lingüística considerado pelo *nikkei* de pesquisa é, em verdade, medido pela sua competência gramatical segundo as normas do japonês padrão. Seu nível lingüístico é classificado pelos critérios do exame de proficiência da língua japonesa (Nooryoku Shiken) da Fundação Japão que estabelece uma ordem decrescente de 4 a 1, quando se atinge o nível de proficiência plena,¹⁵⁹

Os dados mostram que o contato das duas variantes provoca no *nikkei* uma consciência da existência de uma diversidade lingüística na qual a sua primeira língua (**a variante colônia**) não tem o mesmo prestígio da **variante padrão**.

Frequentar instituição escolar da língua japonesa não é obrigatoriedade na vida dos *nikkeis* e nesse sentido, coloca-se em confronto com o repertório lingüístico já adquirido ao introduzir uma variante da língua japonesa distante. A revelação da diversidade lingüística reforça a auto-avaliação negativa da **variante colônia**. Portanto, ‘falar bem’ e ‘falar corretamente’ é referir-se a variante padrão, como demonstra os dados.¹⁶⁰ Essa atitude desfavorável em relação à língua é amenizada quando a comunicação ocorre num contexto entre grupos (comunicação intragrupal) pertencentes à mesma comunidade de fala. Quando os indivíduos falam a **variante padrão** e os interlocutores não pertencem à mesma comunidade de fala (comunicação intergruppal), a atitude é desfavorável para a **variante colônia**.

¹⁵⁹ Ver Entrevista Jun, p. 3, linha 45 (anexo

¹⁶⁰ Ver Entrevista Kin, p.4, linha 106 (anexo

Observamos que nas instituições escolares de língua japonesa do Distrito Federal, nos eventos ou nas outras situações promovidas pela comunidade, os *nikkeis* percebem que existe uma hierarquia entre as variantes da língua. Quando nesses eventos há a presença de *nihon-jin* (nacionalidade japonesa) e/ou representantes da Embaixada do Japão ou de outros Órgãos Governamentais¹⁶¹, eles sentem dificuldades em usar o código **padrão**. Preferem o uso do português, pelo qual serão desculpados, se não foi proficiente. Nesse caso, as entidades não estão ali para submeter ou subjulgar para que os nipo-brasileiros tenham desenvolvimento nos seus próprios termos, pelo menos no que se refere à nova língua (**variante colônia**). Reforçam sim padrões da norma culta (**variante padrão**) ou aceitam a representação lingüística do outro, a língua portuguesa.

A função das variantes ficou bem clara e definida nos nossos dados: enquanto uma representa uma língua (**padrão**) de ascensão social, a outra (**colônia**) representa uma variante utilizada apenas na comunidade. A estratificação lingüística das variantes impede a participação dos *nikkeis* em certos domínios da sociedade mais ampla, o que acaba restringindo sua atuação no domínio domiciliar e na comunidade.

A percepção negativa em relação à **variante colônia** provém da própria história da imigração japonesa. O fato de sair da sua terra natal em busca de melhoria de vida, acaba criando um ‘mito’ em relação à imagem de um imigrante. Os imigrantes na sua maioria, vieram em busca de riqueza ou de uma alternativa de vida. O sonho de muitos imigrantes era alcançar logo o seu objetivo e retornar para Terra do Sol Nascente, mas a história mostrou outra face desse sonho, uma realidade pautada pela luta sofrida e suada pela sua sobrevivência. Enquanto os imigrantes tentavam se adaptar à nova terra, o Japão começou paulatinamente a ascender no cenário internacional, aparecendo no *ranking* dos países de primeiro mundo. O contraste ideológico entre o país rico que ficou para trás e o país hospedeiro que ainda atravessa dificuldades econômicas, também pode interferir no comportamento lingüístico dos migrantes e seus descendentes. Para se entender a tensão diglósica dos sujeitos de pesquisa, é necessário abordar os aspectos ideológicos subjacentes que cooperam no comportamento lingüístico.

A tensão diglósica interfere na interação comunicativa a ponto de criar situações difíceis para o falante. Quando o uso da língua japonesa não flui com naturalidade ou de forma espontânea, havendo receio de se usar a **variante colônia**. O

¹⁶¹ Órgãos Governamentais: entre eles, Embaixada, Consulado, JICA (Japan International Cooperation Agency) e Fundação Japão.

nikkei de pesquisa tem a percepção de que a sua variante é inadequada para algumas situações que requer a variante internacional. Para não se sentir constrangido, opta pelo silêncio ou pela omissão da **variante colônia**.

Inferimos que a tensão diglósica é amenizada pelo fato dos *nikkeis* saberem uma língua alternativa, a língua da sociedade majoritária (português) que veicula nas instituições formais e é reconhecida internacionalmente. A língua portuguesa funciona como um apoio. Assim, a língua portuguesa tem papel de balisador da tensão para que não efetive o conflito diglósico.

Querer falar como um japonês escolarizado é um sonho idealizado por muitos *nikkeis* que não tiveram acesso à variante padrão. Esse comportamento se devem, em parte, ao valor que se atribui a cada uma das variantes¹⁶².

Neste estudo, os dados mostraram que um *nikkei* que tem a **variante colônia** como língua materna, que a usa como meio de comunicação no domínio domiciliar e no domínio da comunidade, gradativamente, está convergindo para a **variante padrão**, devido ao uso dessa variante nos últimos anos. Dessa forma, a **variante padrão** segue um rumo promissor nesse milênio, devido ao interesse dos *nikkeis* e dos *hi-nikkeis* em aprender a língua japonesa. Podemos sublinhar como um dos motivos principais o movimento expansionista das culturas asiáticas e/ou minoritárias que a mídia propaga através dos meios de comunicação de massa com ênfase as culturas, entre elas, a japonesa que acaba promovendo a língua japonesa.

Os *nikkeis*, cada vez mais incorporados à sociedade brasileira, encontram dificuldade em manterem o mesmo grau de vida associativa. O pouco contato enfraquece o uso do japonês e acelera o processo de assimilação do português que passa a ser a língua materna para os *nikkeis*.

Outra variável a ser considerada é o casamento interétnico. Ele pode contribuir para o abandono da língua japonesa, que deixa de ser falada no seio familiar. O (a) cônjuge *hi-nikkei*, pessoa que não pertence à etnia japonesa, portanto, raramente aprende a língua japonesa.

As crianças que têm um dos pais monolíngües vão desenvolver a língua comum entre eles, sendo que para a maioria a língua desenvolvida é da sociedade majoritária. Essa situação lingüística reflete no comportamento verbal das crianças, que no máximo vão desenvolver uma competência receptiva da língua minoritária adquirida

¹⁶² Ver entrevista Kin, p.5, linha 130.

no domínio familiar com maior frequência e/ou no domínio da comunidade, com menor frequência. Por conseguinte, para os filhos deste casal, a língua japonesa vem a se tornar uma LE (língua estrangeira).

Os *nikkeis* saem da comunidade ‘fechada’ em busca da melhoria econômica e ascensão social, e essa mobilidade contribui também ao deslocamento e substituição da língua japonesa pela língua portuguesa, com exceção ao *Dekassegui*, cuja mobilidade contribui para o ‘*continuo*’ da língua japonesa.

Outro fator que contribui para o deslocamento da língua japonesa deve-se à posição da comunidade nipo-brasileira frente à língua japonesa. O *nikkei* não é pressionado a usar a língua japonesa na comunidade. Quando muito, é-lhe apenas requerida a competência receptiva. Já a sociedade envolvente lhe exige o uso do português. Assim, o *nikkei* vai perdendo um dos traços étnicos de sua origem, a língua.

O perfil da comunidade estudada não é diferente de outras comunidades transplantadas no Brasil. À medida que se intensificou a interação com os brasileiros, houve a interação da língua da sociedade hospedeira nos domínios da família, da amizade e dos eventos promovidos pela comunidade. A força articuladora da diglossia, perde-se paulatinamente, quando a língua começa a se posicionar em direção ao deslocamento. Nessa questão, notamos que as gerações atuais preferem a língua portuguesa à japonesa.

Não obstante, nossos dados mostraram que para a maioria dos *nikkeis* de pesquisa, a importância da continuidade linguística (o japonês) aponta como símbolo da herança etnocultural.

Observamos, ainda, em relação às variantes da língua japonesa, que na comunidade estudada, os *nikkeis* percebem a sua variante como uma língua imprópria, ou até mesmo, inferiorizada, em relação à língua japonesa do Japão. Essa atitude contribui para a promoção da **variante padrão**.

Respondendo às perguntas de pesquisa, criamos os quadros sobre a diglossia nipo-brasiliense, a tensão diglósica no processo de aquisição da língua japonesa pelos *nikkeis* e por fim a percepção e o uso desta variante.

Quadro 19: Diglossia Nipo-Brasiliense

- 1) Variante Padrão - Função Alta- mais prestígio porque é uma variante legitimada e utilizada nas instituições escolares e tem 'status' de uma língua.
Variante Colônia – Função baixa- menor prestígio social é a língua estigmatizada.
- 2) Variante Padrão – maior trânsito comunicativo(língua internacional). Por ser a língua oficial, representa de certa forma, a ascensão social.
Variante Colônia – mais restrita por ser uma variante que nasceu no seio da imigração japonesa. Ela é restrita e representa a língua da comunidade nipo-brasileira (língua étnica).
- 3) Variante Padrão - acervo literário.
Variante Colônia - baseada na oralidade.
- 4) Variante Padrão - adquirida nas instituições escolares.
Variante Colônia – língua materna - adquirida nos contextos familiares e grupais.
- 5) Variante Padrão - língua de instrução, regras fixas (gramática, estilo, pronúncia).
Variante Colônia - variação na estrutura da língua, apresentando gramática reduzida e informal.
- 6) Quando os *nikkeis* de pesquisa aprendem a Variante Padrão tendem a usá-la , porque ela representa a língua polida e educada, enquanto que a Variante Colônia representa a língua “inapropriada, caipira, feia, ultrapassada”. Por ser língua estigmatizada, a Variante Colônia apresenta instável e pode provocar o seu deslocamento (substituição).

Quadro 20: Tensão Diglósica

- 1) O traço lingüístico que representa a etnia dessa comunidade traz um elemento de contraste que não atua na mesma proporção do traço lingüístico internacional. A Variante Padrão por ser uma língua institucionalizada sustenta-se por si só a promoção lingüística e, portanto ela pode ser usada para todas as funções. Torna-se um dos símbolos da mobilidade social, enquanto que a Variante Colônia é considerada de menor prestígio devido à restrição no seu uso e soma-se a ela o preconceito,. A imagem desfavorável em relação à variante acaba refletindo negativamente no comportamento lingüístico dos *nikkeis*. Isso contribui para o surgimento de um fenômeno chamado Tensão Diglósica.
- 2) A situação de tensão lingüística foi-se caracterizando lentamente pelas condições históricas e sociais, nas quais a comunidade nipo-brasileira se viu submetida e acabou manifestando uma relação de contraste. Por essa razão, a manifestação da Tensão Diglósica tem raízes no história da imigração japonesa.

- 3) A criação de um mito - país de “primeiro mundo” *versus* “país emergente” (ideologia lingüística).
- 4) A situação lingüística dual entra em atrito na interação comunicativa – Porque de um lado revela a língua do coração, do inconsciente, da intimidade e de identificação, é a “nossa língua”. Por outro lado, a Variante Padrão revela a língua de ascensão, de uso internacional, da instrução, da formalidade e é a língua do “outro”.
- 5) O preconceito que se cria em relação à Variante Colônia pode provocar um desconforto na aquisição da Variante Padrão. O juízo de valor que se dá às variantes provoca esse desconforto.
- 6) Quando a tensão diglössica entrelaça com a aquisição da Variante Padrão, cria-se uma tensão na sua aquisição. Isso ocorre quando o *nikkei* de pesquisa tem percepção desfavorável em relação à variante adquirida na infância e essa variante torna-se um elemento bloqueador na aprendizagem.
- 7) O monitoramento das regras gramaticais pode provocar um bloqueio no processo de aquisição da Variante Padrão. Assim, como percebe negativamente a sua variante, as estruturas que já foram adquiridas e superadas na infância são bloqueadas, devido à presença do monitor que regula espontaneidade do ato comunicativo. O acionamento do monitor é mais ativo para os *nikkeis* que têm percepção negativa da sua variante.
- 8) A situação diglössica favorece o acionamento do monitor (Krashen).
- 9) Quando a auto-estima do *nikkei* de pesquisa em relação a Variante Colônia é baixa, a aquisição da Variante Padrão torna-se mais difícil devido ao filtro afetivo alto – se o fenômeno da tensão diglössica estiver atuando, pode intervir porque ao passar pelo filtro afetivo, logo é identificado e pode retardar o processo de aquisição da variante. Em contrapartida, quando se tem atitude favorável à língua, o aluno pode utilizar a sua variante como um apoio.
- 10) Os falantes da Variante Colônia apresentam vantagem na aprendizagem da Variante Padrão.
- 11) O primeiro passo é a desmistificação. À medida que for desmistificando, gradativamente vai reconstituindo a “minha língua” despida de preconceito. Essa reconstituição favorece condições saudáveis para a aquisição da Variante Padrão.
- 12) Tendo fortalecido sua identidade lingüística durante o processo de aprendizagem, os sujeitos pesquisados que falavam a Variante Colônia começaram a usá-la como uma ponte para o aprendizado da Variante Padrão.
- 13) Como consequência, eles afrouxaram o filtro afetivo para buscar mais insumo na Variante Colônia.
- 14) Eles também expressaram a crença de que a consciência de seu próprio uso da língua pudesse favorecer a re-aquisição da Variante Colônia.

15) A língua portuguesa tem função de equilibrar a Tensão Diglósica. Sem condições de falar a Variante Padrão, eles preferem usar o português no qual suas dificuldades lingüísticas seriam geralmente desculpadas.

Quadro 21: Percepção da Variante Colônia pelos *Nikkeis* de Pesquisa e o Uso dessa Variante

- 1) Os *nikkeis* de pesquisa tem atitude mais favorável a Variante Padrão, com rejeição velada à Variante Colônia.
- 2) Eles percebem a posição assimétrica e desigual das variantes - Por perceber os valores desiguais entre as variantes, faz com que gradativamente se desagregue da sua identidade lingüística e acaba incorporando a língua de *status* lingüístico.
- 3) Os *nikkeis* de pesquisa se intimidam em usar a Variante Colônia com os falantes da Variante Padrão (japoneses), optando pelo uso da língua portuguesa. O *nikkei* de pesquisa percebe que existe uma hierarquia entre as variantes, principalmente nas situações em que a Variante Colônia deixa de ser adequada para o uso em todas as situações comunicativas. Eles percebem que a sua variante é concebida isoladamente de relações sociais. Assim, eles optam pelo uso da língua portuguesa.
- 4) Em uma interação comunicativa intragrupo eles se sentem mais à vontade usando a Variante Colônia. Nessa perspectiva a Variante Colônia simboliza a língua e cultura comum, manifestando-se o sentimento de identificação comum.
- 5) Os *nikkeis* de pesquisa usam a Variante Colônia como parte de sua própria identidade cultural. Os *nikkeis* de pesquisa percebem que a Variante Colônia é o símbolo da sua etnicidade, um dos traços da sua herança cultural.
- 6) A consciência que o *nikkei* de pesquisa tem em relação à identidade é que influencia na sua escolha lingüística. Portanto é uma escolha etnolingüística, isto é, a interação é estabelecida sob a ótica de traços lingüísticos comuns.
- 7) O uso da Variante Colônia no domínio domiciliar é mais predominante.
- 8) Os *nikkeis* reportaram que o casamento interétnico entre descendentes de japoneses e brasileiros levava ao deslocamento da Variante Colônia, ao invés de incentivar o bilingüismo com o uso de ambas as línguas (Português e Variante Colônia).
- 9) Apesar do deslocamento da Variante Colônia, os *nikkeis* de pesquisa sentem um desconforto na substituição dessa variante pela Padrão, porque existe aquele código que pertence ao seu comportamento lingüístico.
- 10) Os *nikkeis* de pesquisa percebem que a Variante Colônia faz parte da sua história de vida, procuram mantê-la. Ela representa símbolo de valores intragrupais.

11) A continuidade da Variante Colônia depende da sua desmistificação. Desmistificar significa: olhar com “outro olhar”. Porque ela é única, peculiar, e faz parte da história lingüística da comunidade nipo-brasileira.

Chamamos a atenção para a importância do resgate desse ‘falar peculiar’, cujo valor é ímpar nessa comunidade, obedecendo, ao mesmo tempo, o ritmo dinâmico da própria sociedade, que constrói e reconstrói a sua história, a sua cultura, a sua língua e a sua etnicidade.

Se, tempos atrás, no Japão havia discriminação quanto ao uso dos dialetos regionais, hoje, o país busca a sua conservação. Assim, caminha a historicidade lingüística trazendo a reboque uma análise diáletica e propondo novos paradigmas. Os estudiosos da linguagem podem contribuir para manutenção e transformação do *status quo* das línguas ou das variedades lingüísticas minoritárias.

O efeito da globalização lingüística pode ser um dos aliados para a manutenção lingüística, ao induzir nas entrelinhas o poder hegemônico. Essa tendência pode refletir-se em duas vertentes: uma que provoca o deslocamento ou até a anulação das línguas minoritárias; e a outra corrente pautada na ideologia étnica da ‘busca por raízes’ e orgulho identitário. O efeito da globalização que tenderia a uma língua em comum, muitas vezes, provoca a necessidade das comunidades lingüísticas e étnicas minoritárias de manterem a sua integridade lingüística.

Diante dessa reflexão, acreditamos que as comunidades étnicas minoritárias devem manter a integridade como grupo étnico, mas sempre alerta às demandas da realidade vigente. O ideal lingüístico é quando as línguas ou as variedades lingüísticas puderem compartilhar o mesmo espaço físico sem a imposição e/ou a promoção de uma sobre a outra, tendo como regente o ‘habitat’, isto é, a vivência lingüística natural do grupo social.

Esta pesquisa pode vir a contribuir para o ensino da língua japonesa já que buscamos traçar caminhos para minimizar as tensões. O insucesso na aquisição da língua japonesa não recai apenas nas diferenças lingüísticas. Entendido isso, cabe aos profissionais da área, buscar a otimização do processo de aquisição da língua para equação do problema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÉ, M.E.D.A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papiрус, 2000.
- ____ **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.
- ANDERSEN, R. **Pidgnization and Creolozation as Language Acquisition**,1983.In ELLIS, R. **Understanding Second Acquisition**. New York: Oxford University Press, 1985.
- APPEL, René. & MUYSKEN, Pieter. **Bilingüismo y contacto de lenguas**. Barcelona: Editorial Ariel S.A, 1996.
- BACH, R. **Mensagens para Sempre** (tradução Regina Maria Fonseca Ferreira):Gráfica Melhoramentos, 2001:17.
- BARRY, McLaughlin. **Theories of Second Language Learning**. United States of America: Oxford University, 1987.
- BLOOMFIELD, L. **Language**. New York, 1933.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**, 1987. In SIGNORI (Org.). **Lingua(gem) e Identidade**. Campinas : Editora da Unicamp, 2001.
- BROWN, R. **A first language**. Cambridge: Harvard University Press, 1973.
- CAMAREON. D. et. al. **Researching languages : issues of power and method**. London: Routledge, 1992:1-29.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. **Estrutura familiar e mobilidade social: Estudo dos japoneses no estado de São Paulo**. São Paulo: FELCH, 1972.
- CARMO, A M. S. **Idade e Aptidão na Aquisição de Língua Estrangeira**. Brasília: Departamento de letras e Lingüística do Instituto de Expressão e Comunicação da Universidade de Brasília, 1978 (Tese de mestrado).
- CARROL.J.B. **O estudo da Linguagem**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1973.
- CAVALCANTI, Marilda & SIGNORINI (Orgs), **Lingüística Aplicada e Transdisciplinaridade**. Campinas: Mercado de Letras, 1998..
- CHAO, Y. R. **Línguas e sistemas simbólicos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- COBARRUBIAS, Juan, ‘**Multilingual Cities and Language Polices**’, Sous la direction de Kjell & Joseph G. Turi, New York, 2001.
- COELHO, Brito, C.M. **Interferência da Língua Japonesa**. Rio Grande do Sul: PUC, 1980 (Tese de Mestrado).
-

COUTO, H. H. **Introdução ao estudo das línguas Crioulas e Pidgin**. Brasília: UnB, 1996:15, 28 e 29.

CUNHA, M. J. Visões de Brasil na alternância de código de Updike, Dos passos e Uys, in Stevens, C. (org.) **Quando o Tio Sam toca o tamborim: uma visão transcultural do Brasil**. Brasília: Oficina Editorial do Instituto de Letras/Unb e Editora Plano, 2000: 75-110.

_____ Don't order, please! Request, will you? In: LEFFA, V.J. (ed) **Autonomy in Language – Learning**. Porto Alegre: Editora da universidade de Porto Alegre, 1994: 170-76 (co-autoria de L.G. Fortune e P. Santos).

_____ **The Social and Linguistic History of Xingu, Brasil**. In: Droit et language(s) d'enseignement/ Law and language of education/, Fleiner, T; Nelde, P.H; Turi, J.G. (org.) (Estudes et colloques PIFF no. 19), Institut du Federalisme de l'université de Friburg, Suíça, 2001: 223-261.

_____ **Karai versus Abi world: outer society values in the new social rules of small brasilian indigenous community after the introduction of dominant literacy practices**, In: Herbert, K.E Turi; J.G. (org.) **Law, Language and Multilingual Cities**. Abo Akademi University/University/University of Vaasa, 1999:1437-44.

_____ **'Estudo do Sotaque de Sônia Braga em Rebelião em Milagro'** (co-autoria de G. Chauvert e P. Santos). *Polifonia*, Ano 1,1: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso, 1994: 124-38.

_____ **May I not speak English?** *News letras* 3, UFMT, 1994: 2.

_____ **Que graça (ou desgraça) de sotaque?** *Anais do ENPULI, Encontro Nacional de Professores universitários de Língua Inglesa*. Rio de Janeiro- PUC, 1991: 5.9.1-13 (vol II).

_____ **'The Brazilian Language policy towards minorities from colonial times to the present'**. Working Paper Series (760. Center for Language in Social life, Lancaster university, 1996.

_____ **The right of Learnig the Language of the people: teaching Juruna (L1) along with Portuguesa (L2) in there Yudja school**. Comunicação apresentada na sétima Conferência sobre Direitos Lingüísticos. San Juan, Porto Rico, junho 2000.

_____ **'O ensino de línguas no século XXI'**. Seminário Nacional do Ensino de Língua Portuguesa. (A linguagem descobrindo mundos), Universidade Regional Integrada, Campus de Erechim, Rs, julho 2000.

DECAMP, David, **Introduction: The study of pidgin and creole languages**, 1971. In

- DeCamp, David, **Introduction: The study of pidgin and creole languages**, 1971. In COUTO, H. H. **Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins**: UnB, 1996:17.
- DECROSSE, A. 'Um mito histórico, a língua materna'. Campinas Unicamp: Coleção Repertórios, 1989:1-29.
- DOI, E. T. **A interferência fonológica no português falado pelos japoneses na região de Campinas**. Campinas:UNICAMP, 1983: (tese de Mestrado).
- _____'O Ritmo Bimoraico e as Moras Não-Plenas do Japonês- Reflexões sobre o Ensino da Língua Oral', *Anais de Lingüística aplicada*, 2201:55-56.
- DUBOIS, J. & GIACOMO, M. & GUESPI, LOUIS & MARCELLESI, C. & MARCELLESI, J.- B. & MEVEL, J.- P. **Dicionário de Lingüística**, 1973:330.
- DULAY, H. & BURT, KRASHEN, S. **Language Two** . New York Oxford: Oxford University Press, 1982.
- ELLIS, R. **Understanding Second Language Acquisition**. New York Oxford:Oxford University Press, 1985:256.
- ERICKSON . **Qualitative Methods in Research in Teaching and Learning – Volume 2**. New York: Macmillan Publishing Company, 1990 (Traduzido por BORTONI, Stella Marris).
- EXTEBARRIA, Maitena, A. **El Bilingüismo en el Estado Español**: Ediciones FBV, 1995.
- FERGUSON, C. 'A .Diglossia'. In FONSECA, Maria Stella, Vieira & NEVES Moema Facure Neves. **Sociolingüística**. Rio de Janeiro: Eldorado,1974:99-119 e 335.
- _____'Diglossia revisitada'. *Linguistic Association of the Southwest*, 1991:214-235, sem data.
- _____**Language in the USA**, Cambridge Universty Press, 1987:7-107.
- _____'Sociolinguistic Perspectives': **Papers on language in society 1959-1994**. Oxford University Press, 1996.
- FREEMAN D. L. & LONG M. H. **An Introduction to Second Language Acquisition Research**: Longman Group UK Limited, 1991.
- FISHMAN, J. **Advances in the sociology of language**: Yeshiva University, 1971.
- _____**A Who Speaks What Language to Whom and When**, 1965. In LORENZO, M.G. **Bilingüismo en Garcia – Problemas y Alternativas**: Universidad de Santiago de Compostela, 1985:39 e 55.
- _____**Language and Ethnicity**, 1977. In APPEL & MUYSKEN. **Bilingüismo y Contacto de Lenguas**. Córcega, Barcelona:Editora Ariel, 1996:26.
-

- FUNDAÇÃO JAPÃO. **Ensino de Língua Japonesa – Escolas e Cursos.** São Paulo, 2001:1.
- GAL, S. **Language Shift, Social Determinants of Linguistic Change in Bilingual Austria:** Academic Press, 1979.
- GALLISMO, R. e COSTE, E. **Dicionário de Didática das Línguas.** Coimbra:1983.
- GARFINKEL, H. **Studies in Ethnomethodology,** 1967. In HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia:** Vozes, 1987:49.
- GILES, H. **Language Ethnicity and intergroup relations.** London : Academic Press, 1977.
- _____ & Smith, P.M. **Language and social psychology.** Oxford: Basil Blackwell, 1979.
- _____ & TAYLOR **At the Crossroads of research in to language and ethnic relations,** 1977. In ELLIS, R. **Understanding Second Language Acquisition.** Oxford: OUP, 1985.
- GROSJEAN, F. **Life with two languages:** Harvard University Press, 1982.
- GUMPERZ, J.J. **Linguistic and social interaction in two communities,** 1964.
- _____ & D. HIMES (Eds.), **The ethnography of In communication.** *American Antropologist.* In GARCEZ & RIBEIRO, **Sociolingüística Interacional.** Porto Alegre: AGE Editora, 1998.
- _____ **Language and Social Identity:** Cambridge University, 1982:5..
- _____ **Verbal Strategies in Multilingual Societies,** 1970. In GAL, Susan, **Social Determinants of Linguistic Change in Bilingual Austria,** New Jersey: Academia Press, 1979:9.
- _____ **The Sociolinguistic Correctness and Role of the Academies in Latin América,** 1976. In APPEL, René & MUYSKEN, Pieter – **Bilingüismo y Contacto de Lenguas,** 1996:177.
- _____ **The Sociolinguistic Significance of Conversational Code-Switching,** 1976. In GROSJEAN, F. **Life With Two Languages:** Harvard university Press, 1982:153.
- _____ GUMPERZ & BLOM, **Directions in Sociolinguistics,** 1972. In RIBEIRO, B.T. & GARCEZ, P.M. **Sociolingüística Interacional,** Porto Alegre:Age, 1998: 407- 404.
- HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia.** São Paulo: Vozes, 1987:49.
- HALLIDAY, M.K. & MCKINTOSH A & STREVEENS, P. **As ciências lingüísticas e o ensino de línguas.** Rio de Janeiro: Vozes, 1974:99, 101 e 126.
-

- HAMEL, R. E. & SIERRA, M. T. 'Diglosía y conflicto intercultural', 1983.
- HANAOKA, McGloin, 1987. In MATSUMOTO, Hiroshi. **The Relationship Between Various Types of Teachers Language and Comprehension in the Acquisition of Intermediate Japanese**. Lanam, New York: Oxford, 1998.
- HANDA, Tomoo. **Imim no seikatsu no rekishi: Burajiru nikkeijin no ayunda michi. O Imigrante Japonês: História de sua Vida no Brasil**:T.A. Queiroz, 1987:11 e12.
- HARDING,E. & RILEY, P. **La família bilingüe**: Cambridge University Press, 1998.
- HERBERTS K. & TURI, J.G. **Multilingual cities and language policies**. Finland-Filande: Abo Akademi University, Social Science Research Unit Institute för finlandssvensk samhällsforskning. Filand-Finlande: 1999:1-16.
- HINKEL, E. **Culture in Second Language Teaching and Learning**: Cambridge University Press, 1999.
- HONDA, H. K. **Japoneses e Asiáticos nas Américas**. In Oliveira, A.C. Repensando a identidade dentro da emigração *dekassegui*: Boitempo, 1999.
- INAMOTO, Noboru. **Colloquial Japanese with Important Construtction and Grammar Notes**. Japan: Tuttle Language Library, 1993.
- KANNO, Kazue. **The Acquisition of Japanese as a Second Language**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1999.
- JOKO, A.T. **Análise contrastiva do sistema fonológico do japonês e do português- Subsídios para o ensino de japonês falantes do português do Brasil**. Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula da Universidade de Brasília: UnB , 1986 (Tese de Mestrado).
- JOHSON, D. J. & MYKLEBUST, H. R. **Distúrbios de Aprendizagem**. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
- KENNEDY, John, **Ascensão e Queda das Grandes Potências**: 1989.
- KLEIN. W. **Second language Acquisition. Cambridge Textbooks In Linguistics**: Cambridge University Press, 1986: 3 e 15.
- KOYAMA Tsuguo, 1980 . In SATO, Hiroshi (org.), **A presença Japonesa no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz, editora da Universidade de São Paulo, 1980:11.
- KRASHEN, S. & BURT, M. & DULAY, H. **Language two**. New York: Oxford University Press, 1982.
- KRASHEN, S. & TERREL, T. D . **The natural approach language acquisition in the classroom**: Alemany,1984:26-27.
-

- _____ In McLAUGHLIN, B. **Theories of second Language Learning**. London:Edward Arnold, 1987:30 e 52.
- KUYAMA, Megumi, **O Uso da Língua Japonesa na Comunidade Nipo- Brasileira: O Empréstimo Lexical no Japonês Falado pelos Imigrantes – Caso Distrito Federal**. São Paulo: USP, 1999 (Tese de Mestrado).
- LABOV, W. & HARRIS, W. A. **De facto segregation of black and white Vernaculars**: University of Pennsylvania, 1983:1-21.
- _____ In MILROY, L. **Language and Social Networks**: Basil Blackwell, 1980:9.
- LADO, R. **Introdução à Lingüística Aplicada** (tradução de Vicente Pereira de Souza). Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1972.
- LADO, R. 1964. In ELLIS, R. **Understanding Second Language Acquisition**: Oxford University Press, 1983:23.
- LAINIO, J. 'Immigrant Language in Europe': Guus Extra and Ludo Verhoeven, Utilingual Matters Ltd, Clevedon Fildelphia, 2001.
- LAMBERT, W.E. **Culture and Language as factors in learning and education**, 1975. In ROMAINE, S. **Bilingualism**:Basil Blackwell, 1989.
- LANZONI, H. P. **Percepção de Fossilização e fatores Associados na Interlingua de Brasileiros Adultos Aprendendo Inglês**. São Paulo: Unicamp, 1998.
- LOPES, Edward. **Fundamentos da Lingüística Contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1995.
- LORENZO, M.G. **Bilingüismo en Galicia – Problemas y alternativas**: Universidad de Santiago de Compostela, 1985:8.
- MACKEY, W.F. **The Description of Bilingualism**. In ROMAINE, S. **Bilingualism**: Basil Blackwell, 1987:7.
- MACNAMARA, **Bilingualism and Primary Education**,1966. In EXTEBARRIA, M. A. **Bilingüismo en el Estado Español**: Ediciones FBV, 1995.
- MAEYAMA, Takashi & SAITO, Hiroshi, **Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil**. São Paulo: Vozes/USP, 1973.
- MARIN, Francisco M. e LOBATO Jesus S. **Lingüística Aplicada**. Madri: Editorial Sínteses, 1991.
- MASE, Y. **Burajiru Dayori – Burajiru nikkeijin no nihongo** (o japonês dos nipo-brasileiros) Guengo Seikatsu, 1986.
-

_____ O ensino da língua japonesa: situação atual e perspectiva. ANAIS – IX Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa. Unesp, Assis, 1995.

MATSUMOTO, Noriko & SOGA, Matsuo, **Foundations of Japanese Language Canada**: Taishukan Publishing Company, 1977.

MATSUMOTO, Hiroshi. **The Relationship Between Various Types of Teachers” Language and Comprehension in the Acquisition of Intermediate Japanese**. USA: University Press of America, 1998.

McLAUGHLIN, B. **Language Learning**. Santa Cruz: University of California, 1978:308-332.

_____ **Theories of Second-Language Learning**: Arnold, 1987.

MELLO, Heloisa Augusta Brito, **O Falar Bilíngüe**. Goiânia: Editora UFG, 1999.

MERCER, **Linguistic and Cultural Affiation Amongst Young Asian People in Leicester**. In APPEL & MUYSKEN, **Bilingüismo y Contacto de Lenguas**, Córcega, Barcelona: Editorial Ariel, 1996.

MILTROY, Lesley. **Language and Social Networks**. Oxford: Basil Blackwell, 1980.

NAKAYAMA, Haruka, **Terminologia Aplicada à Ciência da Informação: Bilíngüe(português-japonês, japonês-português) do Ensino da Língua japonesa**, São Paulo:USP, (tese de doutorado).

NAWA, T. **Bilingüismo e mudança de código: uma proposta de análise com os nipo-brasileiros residentes em Brasília**. Departamento de Linguística e Línguas Clássicas e Vernáculas da Universidade de Brasília . Brasília: UnB, 1988 (Tese de Mestrado).

NINOMIYA, Masato (organizador e tradutor). Seminário: **“Desenvolvimento das Relações Brasil – Japão à Luz da Expansão Econômica da Região Ásia Pacífico”**. Realização Consulado Geral do Japão no Rio de Janeiro e Escola Superior de Guerra. São Paulo: Kalei dos Primus, 1996.

OLIVEIRA, Capuano, Adriana. In REIS, Rossana R. & SALES Teresa, **Cenas do Brasil Migrante**: Boitempo, 1999:283.

OLLER, J & BACA, L. & VIGIL, F. **Attitudes and attained proficiency in ESL: A sociolinguistic study of mexican americans in the Southwest**:Tesol Quarterly, 1977:173-183.

- OLLER, J. & HUDSON, A. J. & LIU, P.F. **Attitudes and attained proficiency in ESL: A sociolinguistic study of native speakers of chinese in the United States**, *Language Learning*, 1977:1-27.
- PÁDUA, Elisabete Matollo Marchesini. **Metodologia de pesquisa – Abordagem Teórico – Prático**. São Paulo: Editora Papyrus, 1996.
- PASSEL, Frans, Van, **Ensino de Línguas para Adultos**, Editora Pioneira, 1974.
- POPLACK, S. **Sometimes I'll Start a Sentence in Spanish y Termino em Español**, 1980. In René Appel y Pieter Mysken, **Bilingüismo y Contacto de Lenguas**, Córcega, Barcelona: Ariel, 1996:178.
- REIS, Jane Faulstich, D. **O Conflito Diglósico Português-Terena em Limão Verde: Um Estudo de Sociolingüística Indígena**: UnB, 1990 (tese de Mestrado).
- REIS, Rossana Rocha & SALES, Teresa (org.). **Cenas do Brasil Migrante**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- REVUZ, C. 'A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio'. In SIGNORINI, Inês (org.), **Língua(gem) e Identidade**. FAPESP/Unicamp: Mercado de Letras, 2001: 213-231.
- RIBEIRO, Branca Telles & Garcez Pedro M. **Sociolingüística Interacional**. Porto Alegre: Age Editora, 1998:31.
- RIBEIRO, Gustavo, Lins, **Cultura e Política no Mundo Contemporâneo**. Fundação Universidade de Brasília: Editora da universidade UnB, 2000.
- RICHARDS, J. C. & RODGERS, T. S. **Enfoques y Métodos en la enseñanza de Idiomas**: Cambridge University Press, 1998.
- RODRIGUES, Ariyon, Dall'igna. **Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Editora Loyola, 1986.
- _____ **Letras e Lingüística na UnB e algumas Perspectivas da Pesquisa Lingüística no Brasil**. UnB, 1998.
- ROMAINE, S. **BILINGUALISM**. Oxford: Basil Blackwell, 1989:18.
- ROSS, J.A. **Language and the Mobilization of Ethnic Identity**, 1979. In EXTEBARRIA, M. **El Bilingüismo en el Estado Español**: FBV:125.
- SAITO, H. **O japonês no Brasil. Estudos de Mobilidade e Fixação**. Fundação escola de Sociologia e política de São Paulo. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 1961.
- SAITO, H. & MAEYAMA, T. **Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil**. São Paulo: Editora Vozes, EDUSP, 1973.
-

- SAITO, Mitsuko & CONDON, John, C. **Intercultural Encounters With Japan – Communication – Contact and Conflict**. Japan: The Simuel Press, 1980.
- SAPIR, E. **A Linguagem - Introdução ao Estudo da Fala**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.
- SAVEDRA, Mônica, Maria, **Bilingüismo e Bilingualidade: O tempo passado no discurso em Língua Portuguesa e Língua Alemã**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- SCHULMANN, J. **The pidginization process**. Rowley, Mass.: Newbury House, 1978.
- _____. **Research on the Acculturation Model for Second Language Acquisition**, 1986. In ELLIS, R. **Understanding Second Language Acquisition**: Oxford University Press, 1983:54.
- SCOTTON, ‘Code-Switching as a “Saife Choice”’, 1979. In APPEL, René & MUYSKEN, Pieter, **Bilingüismo y Contacto de Lenguas**. Córcega, Barcelona: Ariel, 1996:179.
- SELINKER, L. **Interlanguage**. **International Review of Applied Linguistics**. In GROSJEAN, F. **Life With Two Languages**: Harvard University Press, 1982:295.
- SIEGEL, J. **Koines and Koninezation**. **Language in Society**, 1985. In Nawa, Takako, **Mudança de Código: Uma Proposta de Análise com os Nipo-brasileiros residentes em Brasília**, 1988.
- SIGNORINI, Inês (Org.). **Língua(gem) e Identidade**. Campinas – Unicamp: Mercado de Letras, 2001.
- STAUB, Augustinus, **Temas de Lingüística Aplicada**. São Paulo: Mercado de Letras, 1981:12.
- SUZUKI, Teiti. **The Japanese Imigrant in Brazil**. Japan: University of Tokyo Press, 1969.
- SUGIMOTO, T. **Pijin towa nanika? Cureôru towa nanika (Oque é pidgin? O que é Crioulo?)**, Gengo (língua): Tokyo, 1985. in KUYAMA, M. **O Uso da Língua Japonesa na Comunidade Nipo-Brasileira: O empréstimo lexical no japonês falado pelos imigrantes – caso Distrito Federal** (tese de mestrado), 1999:40 - 44.
- TAKASU, Fumiko, **O “Silêncio” na Interação entre Descendentes e não-Descendentes na Sala de Aula de Língua Japonesa**. Campinas-Unicamp, 1999.
- TSUJIMURA, Natsuo, **Japanese Linguistics**. USA: BLACKWELL, 1999.
- THE NATIONAL LANGUAGE RESEARCH INSTITUTE (a). **Bilingualism – North between Japan and the Word** -. Japan: 2000.
- _____. (b) **Bilingualism of Japanese Brazilians**. Japan: 2000.
-

YAMASHIRO, José, Trajetória de Duas Vidas – Uma História de Imigração e Integração. São Paulo: Bartira Gráfica e Editora, 1996.

WALD, P. Língua materna: produto de caracterização nacional. Campinas: Unicamp, 1989:89-109.

WEINREICH, Uriel, Languages in Contact. Paris: Mouton, 1974:1

WIERZBICKA, Anna, Emotions across Languages and Cultures. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1999.

WOLFRAM, W. Varieties of American English. In **Language in the USA**, edited by Charles A. Ferguson & Shirley Brice-Heath. Cambridge: CUP, 1987.
